

DTM

MATRIZ DE MONITORAMENTO DE DESLOCAMENTO (DTM) NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO INDÍGENA REFUGIADA E MIGRANTE VENEZUELANA

© Prefeitura Municipal de Santarém



GOVERNO FEDERAL
Ministério da Cidadania (MC)
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)
Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM)



DTM

MATRIZ DE MONITORAMENTO DE
DESLOCAMENTO (DTM) NACIONAL SOBRE A
**POPULAÇÃO INDÍGENA REFUGIADA E
MIGRANTE VENEZUELANA**

Organização Internacional para as migrações (OIM)
Brasília/DF, Brasil - Novembro de 2021

As opiniões expressas nas publicações da Organização Internacional para as Migrações (OIM) são dos autores e não refletem necessariamente a opinião da OIM ou de qualquer outra organização à qual os participantes possam estar profissionalmente vinculados. As denominações utilizadas no presente relatório e a maneira como são apresentados os dados não implicam, por parte da OIM, qualquer opinião sobre a condição jurídica dos países, territórios, cidades ou áreas, ou mesmo de suas autoridades, nem tampouco a respeito da delimitação de suas fronteiras ou limites.

A OIM está comprometida com o princípio de que a migração segura, ordenada e digna beneficia os migrantes e a sociedade. Por seu caráter de organização intergovernamental, a OIM atua com seus parceiros da comunidade internacional para: ajudar a enfrentar os crescentes desafios da gestão da migração; fomentar a compreensão das questões migratórias; promover o desenvolvimento social e econômico através da migração; e garantir o respeito à dignidade humana e ao bem-estar dos migrantes.

© Editorial

Organização Internacional para as Migrações (OIM) – Brasil
SAS Quadra 05, Bloco N, Ed. OAB, 3º Andar
Brasília-DF - 70070-913
iombrasil@iom.int

Expediente técnico da publicação

Revisão de língua portuguesa: Ana Terra
Projeto gráfico e diagramação: Hugo Pereira

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP Brasil)

Brasil. Ministério da Cidadania

Matriz de monitoramento de deslocamento (DTM) nacional sobre a população indígena refugiada e migrante venezuelana [livro eletrônico] / Brasil. Ministério da Cidadania ; coordenação Jennifer Alvarez. -- Brasília, DF : Organização Internacional Para as Migrações (OIM), 2021.

PDF

ISBN 978-65-87187-07-5

1. Brasil - Migração 2. Migração - Leis e legislação 3. Povos indígenas 4. Refugiados - Direitos fundamentais - Brasil 5. Venezuela - Política e governo I. Alvarez, Jennifer. II. Título.

21-89074

CDD-304.881

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Migrantes venezuelanos : Sociologia 304.881

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

© Organização Internacional para as Migrações (OIM)

Esse relatório foi publicado sem edição formal pela OIM

Expediente

GOVERNO FEDERAL

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministério da Cidadania

João Roma, *Ministro da Cidadania*

Alexandre Reis de Souza, *Secretário Especial do Desenvolvimento Social Adjunto*

Maria Yvelonia dos Santos de Araujo Barbosa, *Secretária Nacional de Assistência Social*

Danyel Iório de Lima, *Diretor de Proteção Social Especial Substituto*

Niusarete Margarida de Lima, *Assessora para Assuntos de Imigrações*

Monica Alves Silva, *Analista Técnica de Políticas Sociais*

Clara Clariana Ribeiro de Matos, *Assistente Sênior de Proteção*

Juliana Maria Fernandes Pereira, *Assessora*

Rizonete Lopes da Cunha, *Psicóloga, Posto de Atendimento Pacaraima-RR*

Silvana Rodrigues Lopes, *Assistente Social, Posto de Atendimento Boa Vista – RR*

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Damare Alves, *Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos*

Mariana Neris, *Secretária Nacional de Proteção Global*

Juliana dos Santos de Almeida Sampaio, *Coordenadora dos Direitos das Populações em Situação de Risco*

Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Marcelo Augusto Xavier da Silva, *Presidente*

André R. F. Ramos, *Coordenador de Processos Educativos*

Luiz Carlos Lages, *Indigenista Especializado*

Rodrigo Arthuso Arantes Faria, *Indigenista Especializado*

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM)

Stéphane Roustiaux, *Chefe de missão*

Cíntia Barros, *Coordenadora de Gestão da Informação*

Daniel Biagioni, *Assistente de Gestão da Informação*

Fernando Novoa, *Oficial de Gestão da Informação*

Jennifer Anyuli Pacheco Alvarez, *Coordenadora do DTM Nacional Indígena*

Marcelo Torelly, *Coordenador de Projetos*

Marina Brito Pinheiro, *Consultora*

Equipes de campo que atuaram na aplicação dos questionários

Norte

ALTAMIRA-PA Funai - CR CL Pará: Priscila Gabriel Caldas, indigenista especializada.

ARAGUAÍNA-TO Funai CTL - TO Coordenação Técnica Local de Araguaína-TO: Meiriam Silva Monteiro Leite, assist. administrativo; Cleso Fernandes de Moraes, assist. administrativo.

BELÉM-PA Secretaria Extraordinária de Cidadania e Direitos Humanos (SECDH) da Prefeitura de Belém: Max André Correa Costa, secretário; Mylena dos Santos Santana, assistente Social; Augusto Cleber Oliveira do Nascimento, assistente Administrativo; Fernanda Maristane Lopes, assessora. Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA): Alfredo Costa, Presidente; Danielle Santa Brígida, diretora DABE-CPSB; Ronaldo Martins Gomes, Coordenador NAMIR.

ITAITUBA-PA Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Itaituba. Funai - CR TPJ: Anderson Luis Ribeiro Moreira, indigenista especializado.

MANAUS-AM Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania do Município de Manaus: Ana Maria Lima de Carvalho, chefe do Departamento de Proteção Especial – DPSE; Janete Costa Barroso Oliveira, Coordenadora do abrigo Tarumã-Açu I; Simony Onofre de Costa, psicóloga; Joaquina Sales da Silva, coordenadora do abrigo Tarumã-Açu II; Adalgisa Aparecida Alves de Lima, psicóloga; Maria das Graças Clementino da Silva, psicóloga. Funai - CR MAO: Marcio Rojânio da Ponte Sales; Marcos Vieira da Silva, indigenista especializado.

PACARAÍMA-RR Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Pacaraima: - Maria Alfrancilange Bonfim, Coordenadora do CRAS; Ana Paula Pedroza Dos Santos, Educadora social do CRAS; Mariangel Del Carmen Pulido Carvajal, visitadora social do CRAS; Darlane Santos Alves, visitadora social do CRAS.

PALMAS-TO Funai - CR ATO Elcias da Silva Rios Júnior; Maysa Costa Neves; Maximino Régis dos Santos; Maria Doroteia Cabral Fernandes; Maria das Graças Medici da Costa Secretária Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Palmas: Patrícia Rodrigues do Amaral, Secretária; Katiúscia, Diretora de Proteção Social; Valdeir Ferreira dos Santos, técnico de referência do Serviço Social de Abordagem Social.

PARAUAPEBAS-PA Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Parauapebas: Cristianne de Area Leão Meneses, coordenadora de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade; José Luiz de Castro da Cruz, coordenador do Acolhimento para Migrantes; Yuri Pereira Nunes, vigilância Socioassistencial; Ramon José Pinheiro Souza; Brenha Alves Gomes; Vania Pereira Monteiro; .

PORTO VELHO-RO Secretaria Municipal de Assistência Social e Família (Semaf) da Prefeitura de Porto Velho: Giovany dos Santos Lima, psicólogo; Maria do Socorro Leite, educadora social; Clara Emile Franzolini dos Santos, estagiária da psicologia social; Joice de Melo Batista, estagiária da psicologia social; Lua Clara Melo Fernandes, estagiária de Psicologia, Universidade Federal de Rondônia (UNIR)/Secretaria de Assistência Social; Laís da Costa Souza.

SANTARÉM-PA Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social do Município de Santarém: Glauca da Silva Mello Fiori, coordenadora da Proteção Social Especial; Jamille Pereira Damasceno, CAAF; Alayne Flávia Viana de Oliveira Alves, CAAF; Adriany Oliveira de Arruda, Assessora da Proteção Social Especial-PSE/Casa e Acolhimento para Adultos e Famílias-CAAF. Funai - CTL Santarém: Geraldo de Almeida Dias, chefe da CTL.

Nordeste

RECIFE-PE Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas: Rosângela Aires Fontes, gerente de proteção social básica; Andrêza Patrícia Silva dos Santos; Andrea Raquel Gomes de Souza Pedrosa, assistente Social. Funai - CTL Recife e CR NE I: Gabriela Kelly Pacheco dos Santos, indigenista especializada e chefe do SEDISC-CR Nordeste I; Cláudia Costa Veras, psicóloga; Luzinete Cordeiro da Silva, programadora educacional; Gizélia Maria da Silva Pascaretta, programadora educacional; José Antonio de Araújo, engenheiro agrônomo; Ridalva Rodrigues Sobreira Maciel, programadora Educacional; André Duarte Pereira de Albuquerque, indigenista Especializado.

SÃO LUÍS-MA Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social: Ascensão de Maria Matos Rocha Muniz Mendes, ex secretária adjunta; Vanessa Nathalia Amorim da Silva, técnica assistente social; Inaldo Santos Nunes, Educador Social; Gleicyane da Luz Paz Nery, assistente social; Géssica Alves Costa, Pedagogia; Daniele Cristina Pereira vale, advogada; Edson Quaresma de Oliveira, educador social; Cleane Costa dos Santos, educadora social; Aurélia Santos da Silva, serviço social; Antonio Carlos da Silva Sousa, Educador Social.

Centro-Oeste

DISTRITO FEDERAL Cáritas Arquidiocesana de Brasília: Paulo Henrique de Moraes, Diretor Executivo; Cristian Eduardo Achique Herrera, Orientador Social; Jackson Gois Teixeira, Orientador Social; Simone Alves da Silva dos Santos, Orientadora Social; Elizângela Silva de Souza, Orientadora Social. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social: Jean Marcel Rates, coordenador Proteção Social Especial; Felipe Arede, diretor Proteção Social Especial de Média Complexidade; André Peredo, Especialista Assistência Social, DISEFI- Diretoria de Serviços Especializados à Famílias e Indivíduos/ Coordenação de Proteção Social Especial/ SUBSAS/SEDES/GDF.

GOIÂNIA-GO Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas: Rogério de Souza Borges, chefe da CTL; Camila Lopes Afonso, secretária; Roberto Célio Pereira da Silva, gerente de Defesa e promoção dos Direitos Humanos; Camila Araújo da Silva Camargo, Assistente Social; Roberto Campos Portela, assessor

para assuntos de refúgio e migração. Pastoral dos Migrantes - Arquidiocese de Goiânia: Irmã Glória dal Pozzo, Coordenadora; Roberto Portela, agente de proteção e documentação.

OIM Brasil

BELÉM-PA Francisco Batista, assistente de projeto.

BOA VISTA-RR Lia Poggio, coordenadora de Emergência Sênior: Giulia Camporez, coordenadora de proteção. Sandra Rodrigues, assistente de projetos. Alida Gómez, assistente de proteção. Cristian Gonzalo Urbaneja Henriquez, assistente de campo temporário. Dandara Moreira de Albuquerque, assistente de campo temporária. Emircy de los Angeles Leon Brito, assistente de campo temporária. Jonatan Vieira Neto, assistente de campo temporário. Nicolau Mallmann Chuery, assistente de campo temporário.

MANAUS-AM Jaqueline Almeida, coordenadora de Projeto. Dina Luz, assistente de projetos. Adriana Mercedes Rodriguez Munguia, assistente de campo temporária. Evelyn Coromoto Gonzalez Castro, assistente de campo temporária. Lina Sofia Valencia Montenegro, assistente de campo temporária.

PACARAIMA-RR Priscila Leite, coordenadora de Projeto. Lisbeth Sucre, assistente de projetos.

Agradecimentos

A presente pesquisa, comissionada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), contou com o apoio financeiro do Escritório para Populações, Refugiados e Migrações do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (PRM) e foi realizada em parceria com o Ministério da Cidadania (MC), o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) em todas as suas fases, no fornecimento de informações e sugestões para elaboração e revisão deste estudo.

O apoio da Operação Acolhida do governo federal foi relevante para a obtenção das informações e dos insumos para este projeto, em especial na Região Norte do país. Entre as organizações que igualmente contribuíram para a realização deste trabalho, destacamos e agradecemos ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), à Fraternidade – Federação Humanitária Internacional (FFHI) e a todas as equipes locais da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de Direitos Humanos, da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) do MC, e das Unidades Regionais da Funai.

Agradecemos especialmente aos indígenas dos povos Baniva, Ka'riña, E'ñepá, Pemón, Warao, Wayuu e Ye'kwana e não indígenas que fazem parte do convívio comunitário desses povos, que participaram voluntariamente das entrevistas e forneceram informações, sem as quais a presente pesquisa não teria sido possível. Esta publicação foi elaborada com o intuito de trazer à tona dados e evidências que propiciem melhorias efetivas nas políticas públicas voltadas a esses povos, e sua metodologia teve como princípio-guia a garantia do protagonismo dos próprios indígenas nos processos que impactam suas vidas.

Brasília, outubro de 2021



Sumário

EQUIPES DE CAMPO QUE ATUARAM NA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS	4
AGRADECIMENTOS	6
LISTA DE GRÁFICOS	9
LISTA DE FIGURAS	13
LISTA DE QUADROS	14
LISTA DE SIGLAS	15
RESUMO EXECUTIVO	16
1. INTRODUÇÃO	28
1.1 Dados da migração indígena venezuelana	29
1.2 O que é a DTM?	30
1.3 Piloto: DTM Maranhão	31
1.4 Justificativa	31
1.5 Estrutura do relatório	32
2. METODOLOGIA	33
2.1 Público	34
2.2 Objetivos	34
2.3 Desenho do questionário	34
2.4 Execução	35
2.5 Atores envolvidos na pesquisa	36
3. PERFIL GERAL	37
3.1 Pessoas	39
3.2 Famílias	40
3.3 Grupos	41
4. MOBILIDADE	43
4.1 Tempo de chegada	44
4.2 Motivações para o trânsito entre o Brasil e a Venezuela	45
4.3 Documentação	47
4.4 Nacionalidade	50
4.5 Cidades de origem, trajeto e local de moradia atual	51
4.6 Motivos para migrar dentro do Brasil e tempo de estadia na cidade atual	58
5. MORADIA	60
5.1 Interesse em se fixar na cidade atual e adquirir imóvel e presença de parentes em outras cidades brasileiras	61
5.2 Condições de moradia	65

6. ASSISTÊNCIA SOCIAL	67
6.1 Acesso ao Cadastro Único	68
6.2 Acesso a benefícios	68
6.3 Acesso a políticas de moradia	69
6.4 Acesso a serviços e unidades socioassistenciais	70
7. SEGURANÇA ALIMENTAR	72
7.1 Alimentos de consumo comum	73
7.2 Alimentos não consumidos	73
8. MEIOS DE VIDA	75
8.1 Renda mensal	76
8.2 Remessas	78
8.3 Aptidões e ocupações anteriores	79
8.4 Inserção no mercado de trabalho	79
8.5 Ocupações de interesse	81
8.6 Trabalhos realizados apenas por mulheres	82
8.7 Insumos necessários para a produção de artesanato	83
9. EDUCAÇÃO	84
9.1 Escolaridade	85
9.2 Acesso às políticas educacionais	86
9.3 Dificuldades no acesso a serviços educacionais e violações mais comuns	89
9.4 Línguas faladas	91
10. SAÚDE	92
10.1 Acesso a vacinação e serviços públicos de saúde	93
10.2 Saúde da mulher e saúde reprodutiva	94
10.3 Óbitos	95
10.4 Dificuldades no acesso a serviços de saúde	97
10.5 Práticas culturais de tratamento e cura	98
11. CONCLUSÕES	100
11.1 Como os dados podem auxiliar os órgãos no acompanhamento da mobilidade indígena?	101
11.2 Como o perfil populacional pode ser incluído no acesso às políticas públicas?	102
11.3 Como os dados corroboram os avanços feitos e apontam possíveis prioridades na garantia de direitos?	104
12. ANEXOS	106
Anexo 1. Ficha de apresentação da pesquisa (português e espanhol)	107
Anexo 2. Guia para aplicação coordenada do DTM Nacional Indígena	111
Anexo 3. Protocolo de prevenção de riscos relacionados à Covid-19 na realização das entrevistas	115
Anexo 4. Cards de comunicação (português e espanhol)	120
Anexo 5. Lista de comunidades, paróquias, cidades e estados de origem dos indígenas	122
Anexo 6. Número de pessoas, famílias e grupos mapeados por cidade e estado	123

Lista de gráficos

Gráfico 1.	Idade da população indígena refugiada e migrante mapeada	40
Gráfico 2.	Número de famílias por ano de chegada	44
Gráfico 3.	Principais razões para o grupo sair da Venezuela (número de vezes em que o motivo foi mencionado pelos grupos)	45
Gráfico 4.	Principais razões para o grupo escolher o Brasil (número de vezes em que o motivo foi mencionado pelos grupos)	46
Gráfico 5.	Principais razões para o grupo voltar à Venezuela (%)	47
Gráfico 6.	Número de pessoas por situação da documentação brasileira	49
Gráfico 7.	Nacionalidade por faixa etária (%)	50
Gráfico 8.	Motivos para o grupo migrar para a cidade onde reside atualmente (%)	58
Gráfico 9.	Tempo de estadia dos grupos na cidade em que moram atualmente e região (%)	59
Gráfico 10.	Tipos de moradia em que os grupos viveram na Venezuela (%)	65
Gráfico 11.	Tipos de moradia que os grupos habitaram em outras cidades brasileiras (%)	65
Gráfico 12.	Tipos de moradia em que os grupos vivem atualmente (%)	66
Gráfico 13.	Famílias cadastradas no CadÚnico (%)	68
Gráfico 14.	Famílias que recebem benefícios sociais, Bolsa Família e Auxílio Emergencial (%)	69
Gráfico 15.	Grupos que acessaram algum tipo de serviço ou unidade socioassistencial (%)	71
Gráfico 16.	Principais alimentos não consumidos pelos grupos, por região (%)	74
Gráfico 17.	Número médio de famílias que dividem os rendimentos, por faixa de renda	76
Gráfico 18.	Renda dos grupos no Centro-Oeste (%)	77
Gráfico 19.	Renda dos grupos no Nordeste (%)	77
Gráfico 20.	Renda dos grupos no Norte (%)	78
Gráfico 21.	Famílias que enviaram remessas de dinheiro a familiares na Venezuela recentemente, por região (%)	78
Gráfico 22.	Principais ocupações exercidas na Venezuela antes da migração, por sexo (%)*	79
Gráfico 23.	Pessoas ocupadas no momento da pesquisa por sexo e região (%)	80
Gráfico 24.	Tipo de inserção laboral das pessoas ocupadas, por sexo e região	80
Gráfico 25.	Principais ocupações de interesse entre aqueles que desejam trabalhar, por sexo (%)*	81
Gráfico 26.	Principais tarefas ou trabalhos que só as mulheres dos grupos realizam para gerar renda (%)	82
Gráfico 27.	Principais materiais necessários para a produção de artesanato pelos grupos (%)	83
Gráfico 28.	Escolaridade das pessoas indígenas refugiadas e migrantes por sexo (%)*	85
Gráfico 29.	Escolaridade de pessoas indígenas refugiadas e migrantes por idade (%)*	86
Gráfico 30.	Nível de ensino no qual os indígenas refugiados e migrantes estão matriculados no Brasil, por sexo (%)	88
Gráfico 31.	Nível de ensino no qual os indígenas refugiados e migrantes estão matriculados no Brasil, por idade (%)	88
Gráfico 32.	Grupos indígenas refugiadas e migrantes que afirmam precisar aprender a língua portuguesa para seguir os estudos, por região (%)	89
Gráfico 33.	Grupos indígenas refugiados e migrantes sem documentos comprobatórios de escolaridade, por região (%)	90
Gráfico 34.	Grupos indígenas refugiados e migrantes que não portam documentação pessoal para realizar matrícula, por região (%)	90
Gráfico 35.	Línguas faladas pelos grupos indígenas refugiados e migrantes, por região (%)	91
Gráfico 36.	Pessoas indígenas refugiadas e migrantes com cartão de vacina por sexo e região (%)	93
Gráfico 37.	Tipo de atendimento médico recebido pelos grupos indígenas refugiados e migrantes nos serviços de saúde pública no Brasil, por região (%)	94
Gráfico 38.	Mulheres indígenas refugiadas e migrantes grávidas por faixa etária (%)	95
Gráfico 39.	Principais causas de óbito mencionadas pelos indígenas migrantes e refugiados, por região (%)	96

Gráfico 40. Óbitos de indígenas migrantes e refugiados por região e faixa etária (%)	97
Gráfico 41. Dificuldades dos indígenas refugiados e migrantes para obter atendimento pela rede pública de saúde, por região (%)	98
Gráfico 42. Grupos indígenas refugiados e migrantes que afirmaram buscar alternativas de cura em práticas próprias, por região (%)	98
Gráfico 43. Alternativas de cura buscadas primeiro pelos grupos indígenas refugiados e migrantes, por região (%)	99

Lista de mapas

Mapa 1.	Cidade de origem dos grupos de pessoas indígenas refugiadas e migrantes venezuelanas por estado onde vivem atualmente	52
Mapa 2.	Cidade de origem dos grupos de pessoas indígenas refugiadas e migrantes venezuelanas por estado onde vivem atualmente	53
Mapa 3.	Cidade de origem dos grupos de pessoas indígenas refugiadas e migrantes venezuelanas por estado onde vivem atualmente	54
Mapa 4.	Cidades brasileiras por onde passaram os grupos antes de chegar ao local onde vivem atualmente	55
Mapa 5.	Cidades brasileiras por onde passaram os grupos antes de chegar ao local onde vivem atualmente	56
Mapa 6.	Cidades brasileiras por onde passaram os grupos antes de chegar ao local onde vivem atualmente	57
Mapa 7.	Cidades onde os grupos vivem atualmente e onde têm parentes	62
Mapa 8.	Cidades onde os grupos vivem atualmente e onde têm parentes	63
Mapa 9.	Cidades onde os grupos vivem atualmente e onde têm parentes	64

Lista de Tabelas

Tabela 1.	Número de pessoas, famílias e grupos mapeados por região e etnia – dados nacionais	38
Tabela 2.	Grupos, famílias e pessoas por etnia no universo da pesquisa	39
Tabela 3.	Necessidades do grupo para poder trabalhar nas áreas de interesse (%)*	81

Lista de figuras

Figura 1.	Número médio de famílias por grupo	42
Figura 2.	Porte de documentos venezuelanos por região (%)	48
Figura 3.	Porte de documentos por sexo (%)	49
Figura 4.	Porte de documentos por idade (%)	50
Figura 3.	Grupos que pretendem se fixar na cidade onde moram atualmente, com parentes em outras cidades do Brasil e interesse em adquirir imóvel, por região (%)	61
Figura 4.	Famílias e pessoas beneficiadas por iniciativas e políticas de moradia (%).	70
Figura 5.	Pessoas indígenas refugiadas e migrantes matriculadas em alguma instituição de ensino no Brasil, por sexo (para infográfico)	86
Figura 6.	Pessoas indígenas refugiadas e migrantes matriculadas em alguma instituição de ensino no Brasil, por região	87
Figura 7.	Pessoas indígenas refugiadas e migrantes matriculadas em alguma instituição de ensino no Brasil, por faixa etária (%).	87
Figura 8.	Grupos indígenas refugiados e migrantes que têm interesse em seguir os estudos no Brasil, por região (%)	89
Figura 9.	Grupos indígenas refugiados e migrantes que não tiveram acesso ao ensino por recusa da instituição de ensino, por região (%).	91
Figura 10.	Óbitos declarados por familiares de indígenas refugiados e migrantes, por região (%)	95

Lista de quadros

Quadro 1.	Cronograma local	112
Quadro 2.	Monitoramento do envio dos dados	114
Quadro 3.	Cálculo da viabilidade da aplicação da pesquisa	115
Quadro 4.	Restrições de circulação nas cidades	117
Quadro 5.	Medidas de prevenção contra a Covid-19 conforme o risco	118
Quadro 6.	Condição dos locais para a coleta de dados	119

Lista de siglas

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
Conare	Comitê Nacional para os Refugiados
Covid-19	Doença do novo coronavírus – 2019
CNS	Carteira Nacional de Saúde
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DTM	Matriz de Monitoramento de Deslocamento
EMRIP	Mecanismo de Especialistas em Direitos dos Povos Indígenas
FFHI	Fraternidade – Federação Humanitária Internacional
Funai	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MC	Ministério da Cidadania
MJSP	Ministério de Justiça e Segurança Pública
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
OIM	Organização Internacional para as Migrações
PRM	Escritório para Populações, Refugiados e Migrações do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
STI	Sistema de Tráfego Internacional



RESUMO EXECUTIVO

Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) Nacional sobre a População Indígena Refugiada E Migrante Venezuelana

Este relatório traz dados populacionais por região e informações gerais coletados na primeira aplicação da *Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) Nacional sobre a População Indígena Refugiada e Migrante Venezuelana no Brasil*, realizada no primeiro semestre de 2021 em 16 cidades e 9 estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. A publicação se encontra dentro do esforço do governo brasileiro, de governos locais e da Organização Internacional para as Migrações (OIM) em produzir dados e evidências que sirvam de norte para a elaboração de políticas públicas, o monitoramento desse fluxo particular e a melhor compreensão das peculiaridades do perfil dessa população.

Esta pesquisa focou a população indígena venezuelana no Brasil e teve como objetivo geral conhecer em maior profundidade as características gerais das diversas etnias indígenas mapeadas para subsidiar as políticas públicas para essa população. Este relatório oferece informações-chave sobre as principais razões para migrar, o perfil populacional e as necessidades prioritárias da população; traz à tona fatores que influenciam a situação de vulnerabilidade; trata de dificuldades no acesso aos serviços públicos; e fornece subsídios para a construção de respostas culturalmente sensíveis e soluções duradouras com base em uma análise dos dados realizada por região do Brasil e, a partir deles, considerações finais em nível nacional.

Número de pessoas, famílias e grupos mapeados, por região e etnia

Região	Agrupamento	Nacional								Total
		Baniwa	Eñepá	Karíña	Pemón	Warao	Wayuu	Ye'kwana	Outras*	
Norte	Pessoas	1	99	10	747	1951	4	17	151	2980
	Famílias	0	25	1	136	497	0	1	14	674
	Famílias Multiétnicos*	0	2	2	0	33	2	0	28	67
	Grupos	0	1	0	4	57	0	0	0	62
	Grupos Multiétnicos*	0	0	1	2	3	0	2	2	5
Nordeste	Pessoas	0	0	0	0	146	0	0	5	151
	Famílias	0	0	0	0	32	0	0	0	32
	Famílias Multiétnicos*	0	0	0	0	2	0	0	2	2
	Grupos	0	0	0	0	15	0	0	0	15
	Grupos Multiétnicos*	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Centro-oeste	Pessoas	0	0	0	0	181	0	0	16	197
	Famílias	0	0	0	0	50	0	0	0	50
	Famílias Multiétnicos*	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Grupos	0	0	0	0	9	0	0	0	9
	Grupos Multiétnicos*	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Nacional	Pessoas	1	99	10	747	2278	4	17	172	3328
	Famílias	0	25	1	136	579	0	1	14	756
	Famílias Multiétnicos	0	2	2	0	35	2	0	30	69
	Grupos	0	1	0	4	81	0	0	0	86
	Grupos Multiétnicos	0	0	1	2	3	0	2	2	5

Fonte: DTM Nacional – Pessoas/Famílias/Grupos

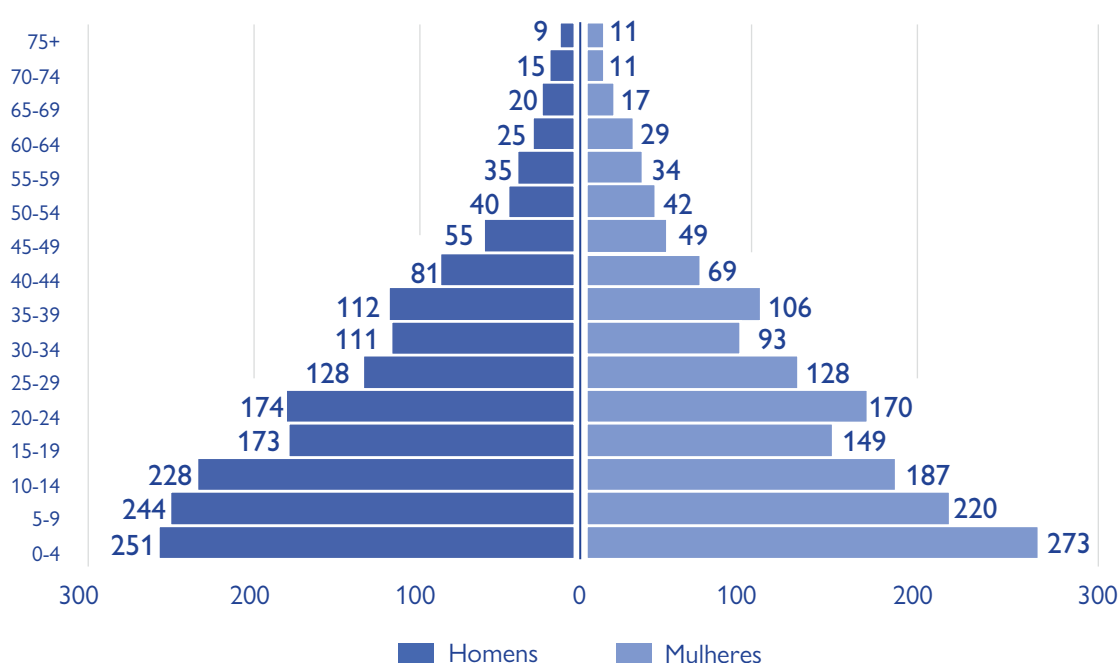
* Famílias e grupos multiétnicos não somam na linha, pois cada família/grupo possui mais de uma etnia

**Foram categorizadas como outras, pessoas declaradas como não indígenas e mestiças

Como mostram os dados da tabela acima, há presença majoritária, na Região Norte, de grupos e famílias multiétnicos, além de todos os sete povos indígenas mapeados pela pesquisa. Ainda que incipiente, também se nota a presença de famílias e grupos multiétnicos em convivência majoritária com os Warao, no Nordeste. Há, ainda, uma presença absoluta e não multiétnica dos Warao no Centro-Oeste entre as pessoas, as famílias e os grupos mapeados.

Do total das pessoas mapeadas, 52% são do sexo masculino e 48% do sexo feminino. Dezoito pessoas (1% do total) autodeclararam-se LGBTI e 1% preferiu não responder. Quanto ao recorte etário, no conjunto das etnias mapeadas, observa-se uma pirâmide jovem, em que 50% da população indígena mapeada está na faixa de 0 a 18 anos.

Idade da população indígena refugiada e migrante mapeada (n.º)

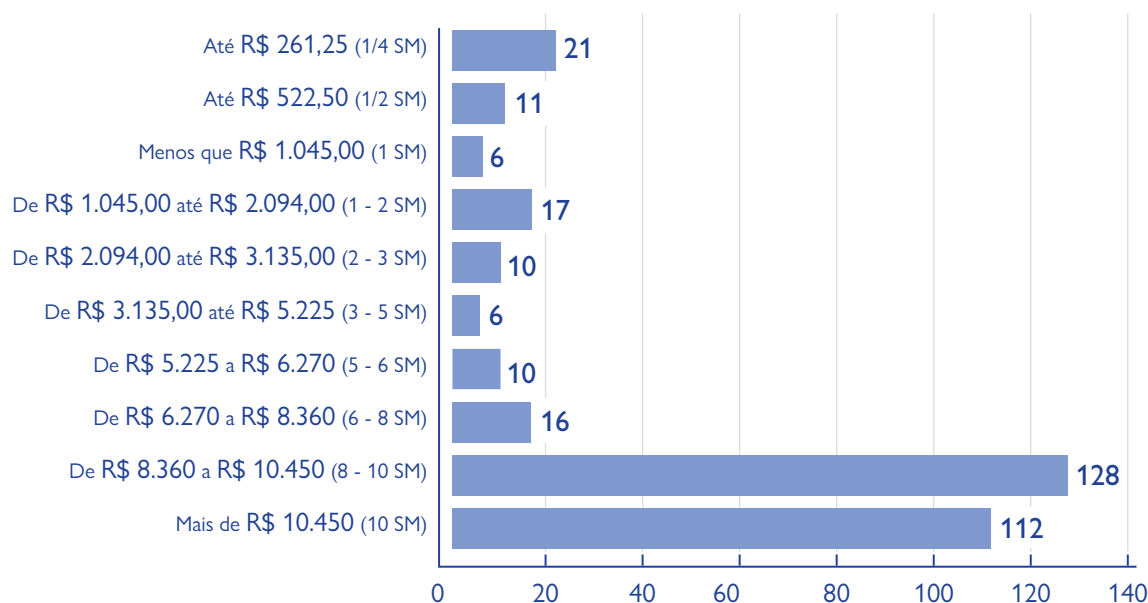


Fonte: DTM Nacional – Pessoas

Os grupos são formados, em geral, por 20 famílias, sendo que no Norte essa média sobe para 25 famílias por grupo. No Centro-Oeste, a média é de 6 e, no Nordeste, de 4 famílias por grupo. Na Venezuela, a maioria dos grupos mapeados costumavam morar em casas indígenas na beira do rio (50%) e no campo (33%). Já no Brasil, pelas cidades por onde passaram, esses grupos moraram majoritariamente em abrigos (64%). Atualmente, 73% dos grupos no Nordeste e 89% no Centro-Oeste vivem em casas alugadas, enquanto no Norte 60% moram em abrigos.

Boa parte dessas famílias encontra-se em situação de vulnerabilidade, tendo em vista os dados da baixa renda dos grupos em comparação ao número médio de famílias contidas neles e o fato de que, apesar de 36% das famílias estarem cadastradas no CadÚnico, somente 42% dessas famílias têm acesso aos benefícios do governo brasileiro.

Media do n.º de famílias que divide os rendimentos em um grupo, por faixa de renda



Fonte: DTM Nacional – Grupos

Para inserção laboral no Brasil, as pessoas mapeadas mostram interesse por áreas como a de serviços e trabalhos manuais e agricultura, majoritariamente. Na Venezuela, as principais ocupações já exercidas pelas pessoas mapeadas são o artesanato, por 47% das mulheres (e 13% dos homens), e o trabalho rural, por 37% dos homens (e 13% das mulheres). Ao mesmo tempo, o aprendizado da língua portuguesa é apontado como a maior necessidade para atuar nas áreas de interesse dos grupos. Outra necessidade mencionada pelos grupos para o exercício do artesanato é a obtenção da matéria-prima, como fibra de buriti, miçangas coloridas, tecidos e fios/lã.

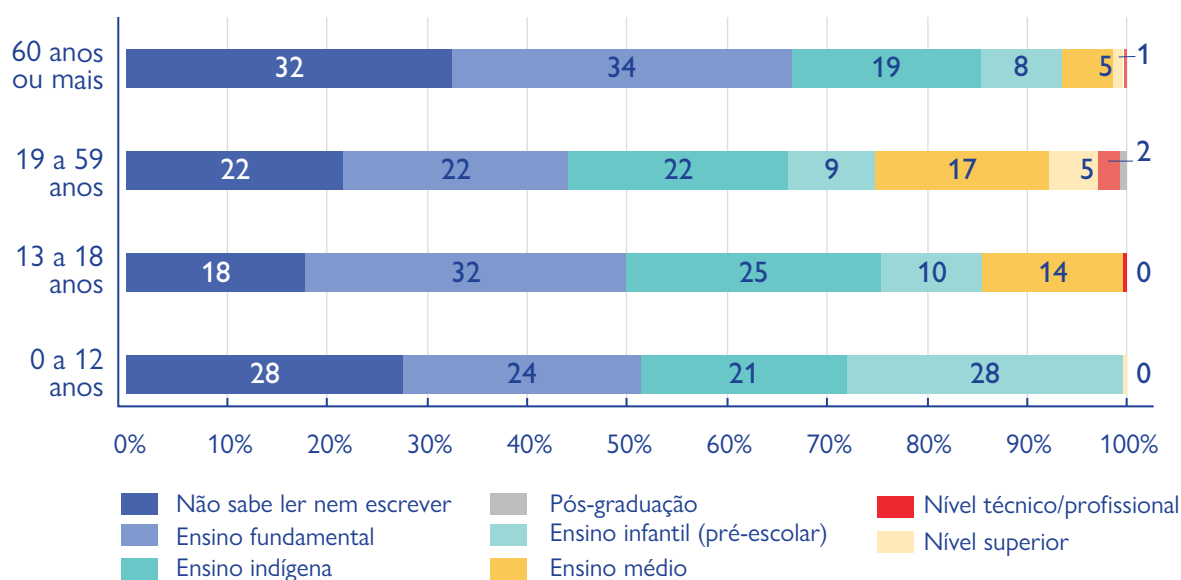
Necessidades do grupo para poder trabalhar nas áreas de interesse (%)

Necessidade	Serviços e trabalhos manuais	Agricultura	Saúde	Educação	Assistência social	Indústria	Segurança
Aprender português	72,5	63	43	54	40	34	40
Ter certificado ou diploma dessa profissão	33	32	35	36	27,5	29	32
Possuir licença para exercer a profissão	21	18	24	24	16,5	19	14
Entender melhor o mercado de trabalho no Brasil	33	23	14	14	18	13	15
Saber onde buscar por oportunidades no Brasil	42	43	14	20	14	14	13
Ter como comprovar a experiência anterior	20	13	11	12	9	11	12
Outros	12	15	4	4	2	2	4

Fonte: DTM Nacional – Grupos

Quanto à escolaridade, aponta-se com atenção para os índices de analfabetismo (24%) e ensino fundamental incompleto (15%), bem como a relevância da passagem pelo ensino indígena (22%) em todas as faixas etárias, conforme demonstrado no gráfico a seguir. No Brasil, 29% das mulheres e 18,5% dos homens migrantes estão matriculados em uma instituição de ensino. Por região, a inserção educacional é de 30% no Norte, 20% no Centro-Oeste e 15% no Nordeste.

Escolaridade de pessoas indígenas refugiadas e migrantes por idade (%)*



Fonte: DTM Nacional – Pessoas

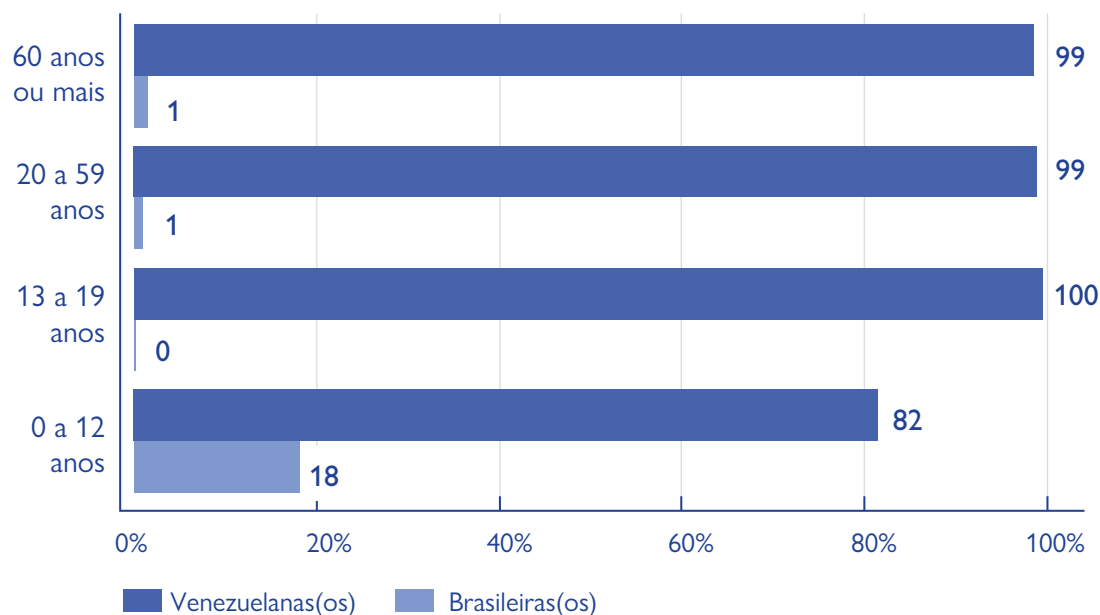
*As categorias apresentadas incluem tanto pessoas que não completaram a etapa de ensino como as que finalizaram os estudos nela

Outro ponto de destaque, além da pluralidade cultural, é a diversidade linguística. A pesquisa mapeou sete línguas nos grupos, das quais as mais faladas são Warao (92%), espanhol (77%) e português (40%).

Na área da saúde, 90% das pessoas portam cartão de vacinas, enquanto 20% das pessoas responderam espontaneamente ter o Cartão do SUS. Além disso, aproximadamente 4% das mulheres mapeadas estavam grávidas, 43% delas na faixa de 20 a 29 anos, 16% entre 13 e 19 anos e (20%) entre 30 e 39 anos. Sobre os serviços de saúde brasileiros, 37% dos grupos responderam procurar por atendimento. Os serviços mais acessados no geral estão relacionados com saúde da mulher, saúde reprodutiva, vacinação e acesso a itens de prevenção da Covid-19. Cabe destacar que, desses grupos que buscaram atendimento, 90% disseram ter recorrido primeiro às práticas de cura tradicionais.

Entre as comunidades indígenas oriundas da Venezuela acessadas pela pesquisa, outro ponto de destaque é a porcentagem significativa (18%) de crianças com nacionalidade brasileira.

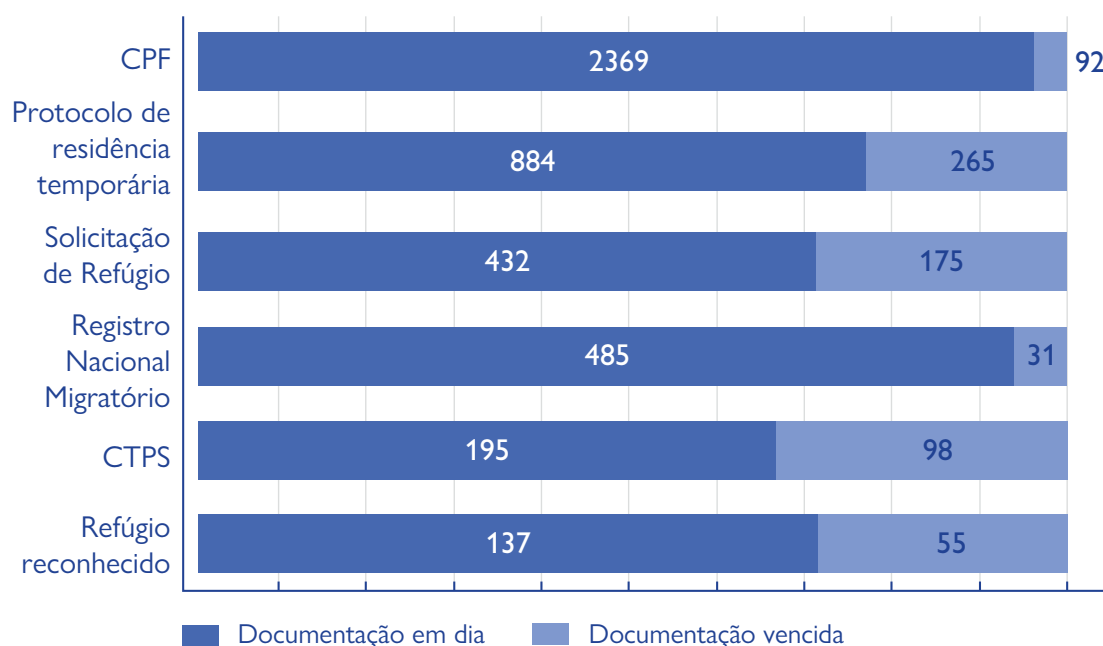
Nacionalidade por faixa etária (%)



Fonte: DTM Nacional – Pessoas

Além disso, de forma geral, 75% da população mapeada porta documentos venezuelanos e 87% portam documentos emitidos no Brasil. Observa-se também que 58% das crianças entre 0 e 12 anos têm documentação brasileira. Outro ponto importante são as documentações brasileiras vencidas, em particular as referentes à situação de refúgio (com 29% em média) e à Carteira de Trabalho e Previdência Social (33%).

Número de pessoas por situação da documentação (n.º)

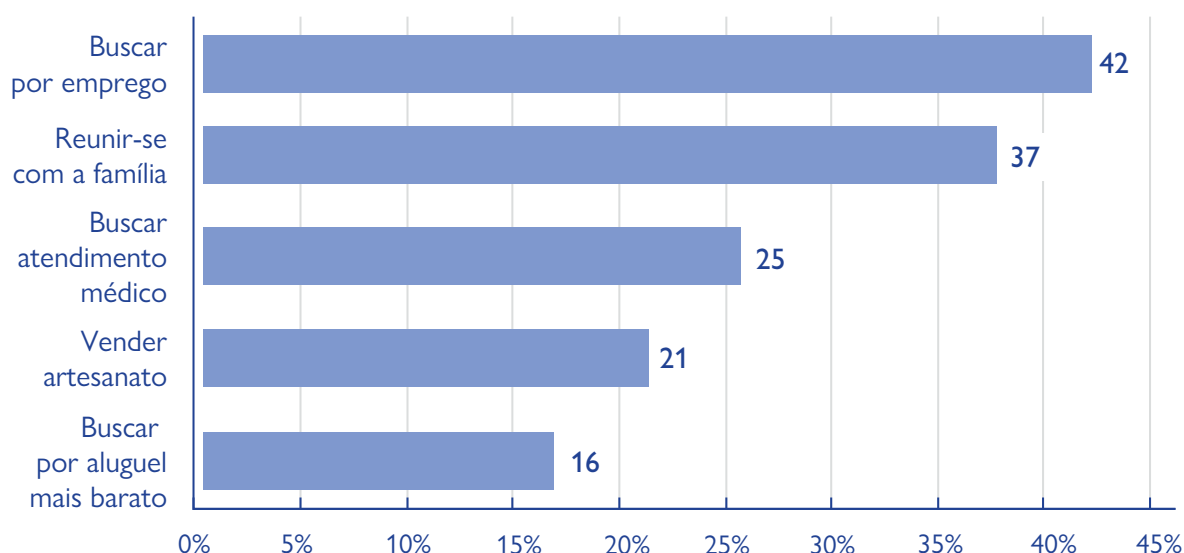


Fonte: DTM Nacional – Pessoas

Também merecem atenção as motivações de trânsito entre a Venezuela e o Brasil, que esclarecem a situação de vulnerabilidade social vivenciada pelas populações e as expectativas geradas no processo migratório. Os gráficos a seguir elencam as principais razões que levaram os grupos a sair da Venezuela, coletadas como respostas espontâneas a uma pergunta aberta, e os motivos para escolher o Brasil como destino.

Principais razões para sair da Venezuela (n.º)

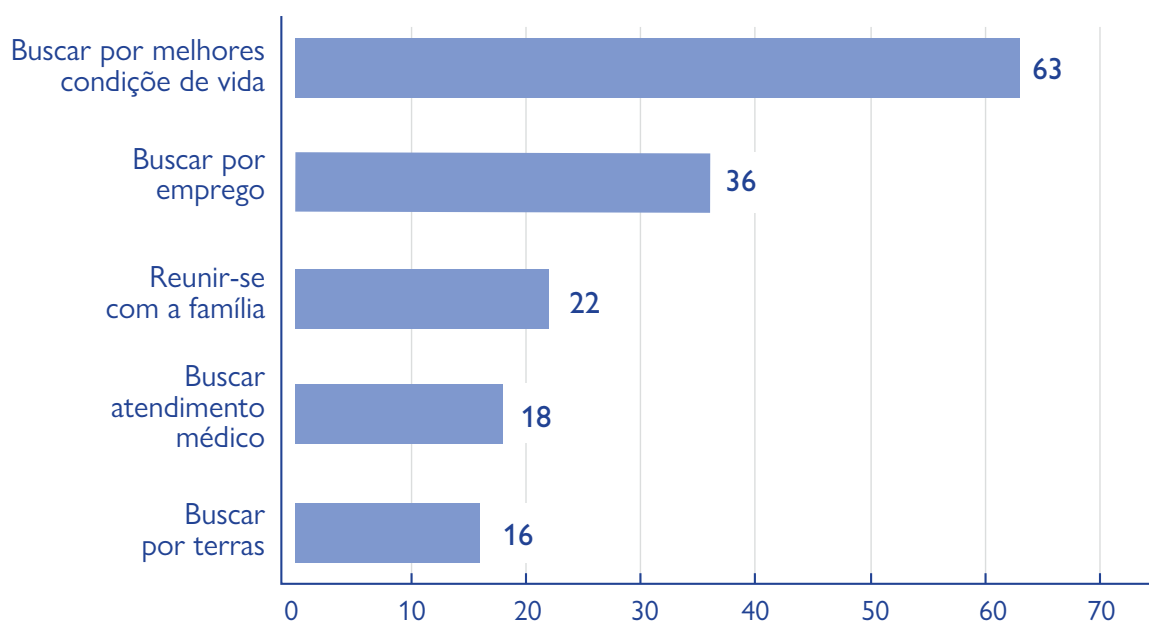
(número de vezes em que o motivo foi mencionado pelos grupos)



Fonte: DTM Nacional – Grupos

Principais razões para escolher o Brasil (n.º)

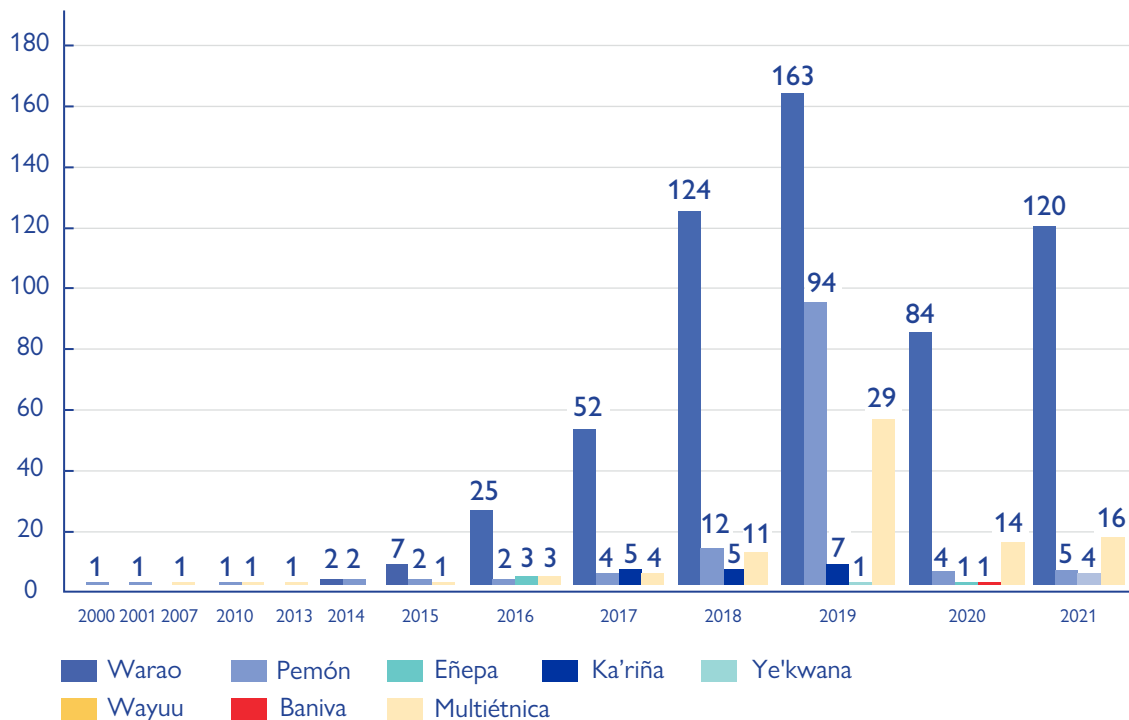
(número de vezes em que o motivo foi mencionado pelos grupos)



Fonte: DTM Nacional – Grupos

Outro dado importante é a linha temporal a seguir, que indica a chegada de famílias mapeadas da etnia Pemón ao Brasil desde o início dos anos 2000, a dos Warao desde 2014 e a das famílias Eñepá desde 2016.

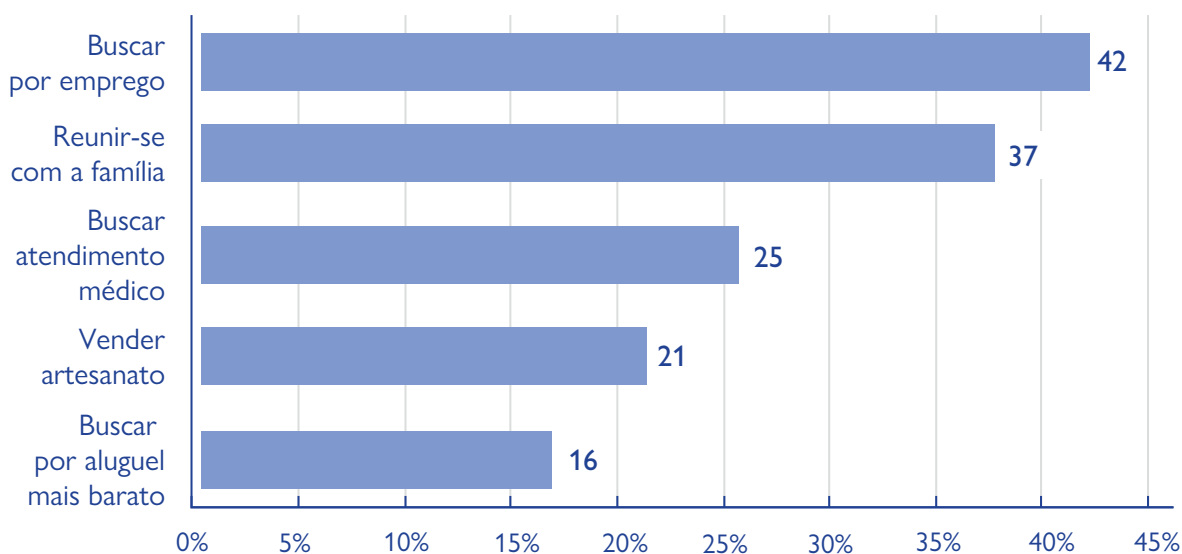
Número de famílias por ano de chegada (n.º)



Fonte: DTM Nacional – Famílias

Sobre o trânsito dessa população dentro do Brasil, há diversos fatores apontados pelos grupos para migrar de uma cidade a outra, conforme mostra o gráfico a seguir:

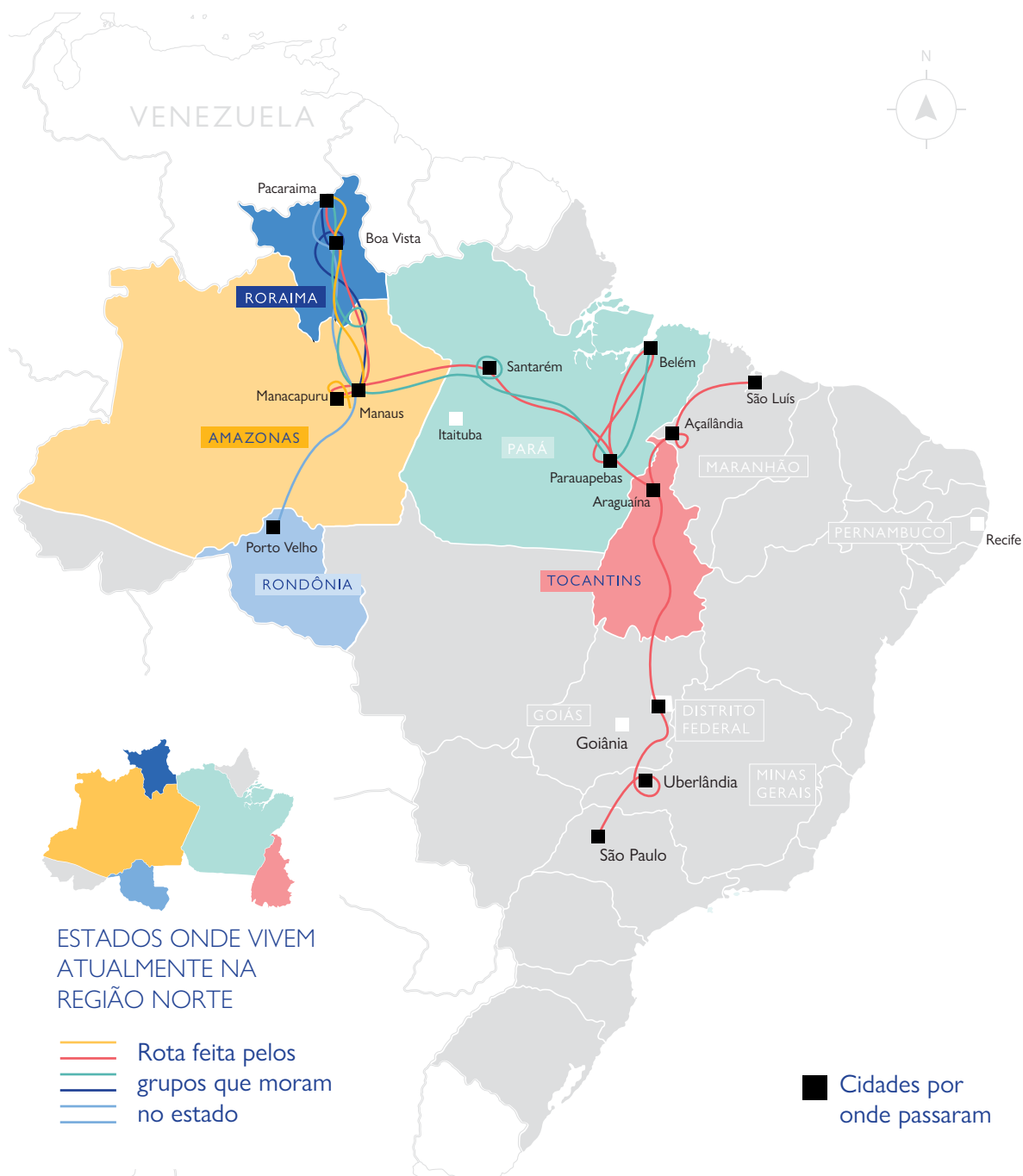
Motivos para o grupo migrar para a cidade onde reside atualmente (%)



Fonte: DTM Nacional – Grupos

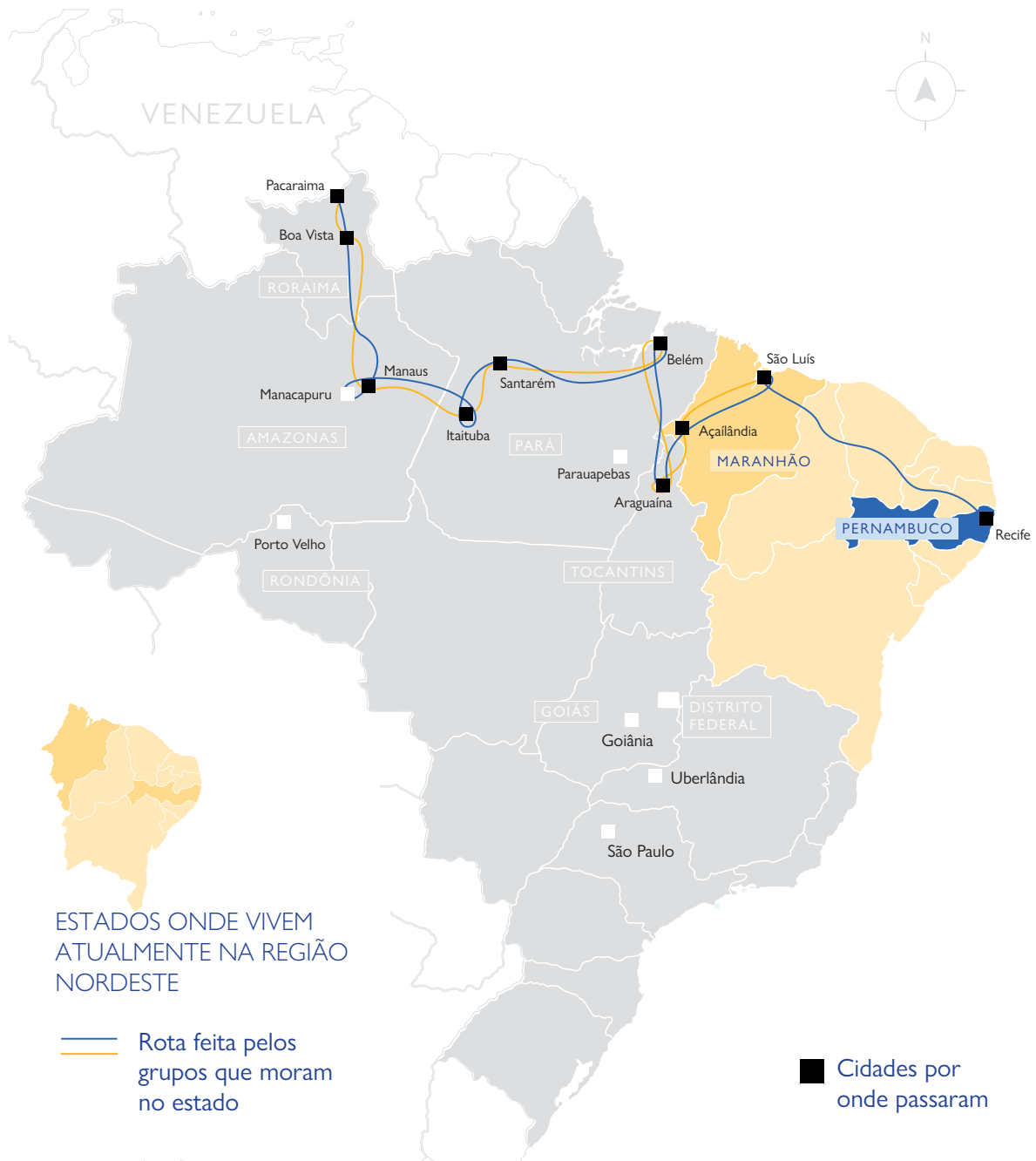
Por fim, destaca-se a mobilidade para as regiões além da Norte e a passagem por inúmeras cidades pelo Brasil, como sugerem os mapas a seguir. É interessante observar que os grupos que se encontravam no Norte no momento da pesquisa já tinham passado por São Luís (MA), São Paulo (SP) e Uberlândia (MG). No Centro-Oeste, há grupos da etnia Warao que passaram pelas cidades de Pacaraima (RR), Boa Vista (RR), Manaus (AM) e Porto Velho (RO) antes de chegar à região e, no Nordeste, os grupos informaram já haver passado por cidades como Pacaraima (RR), Boa Vista (RR), Manaus (AM), Santarém (PA), Belém (PA) e Itaituba (PA).

MAPA 5. Cidades por onde passaram os grupos que vivem atualmente na região Norte



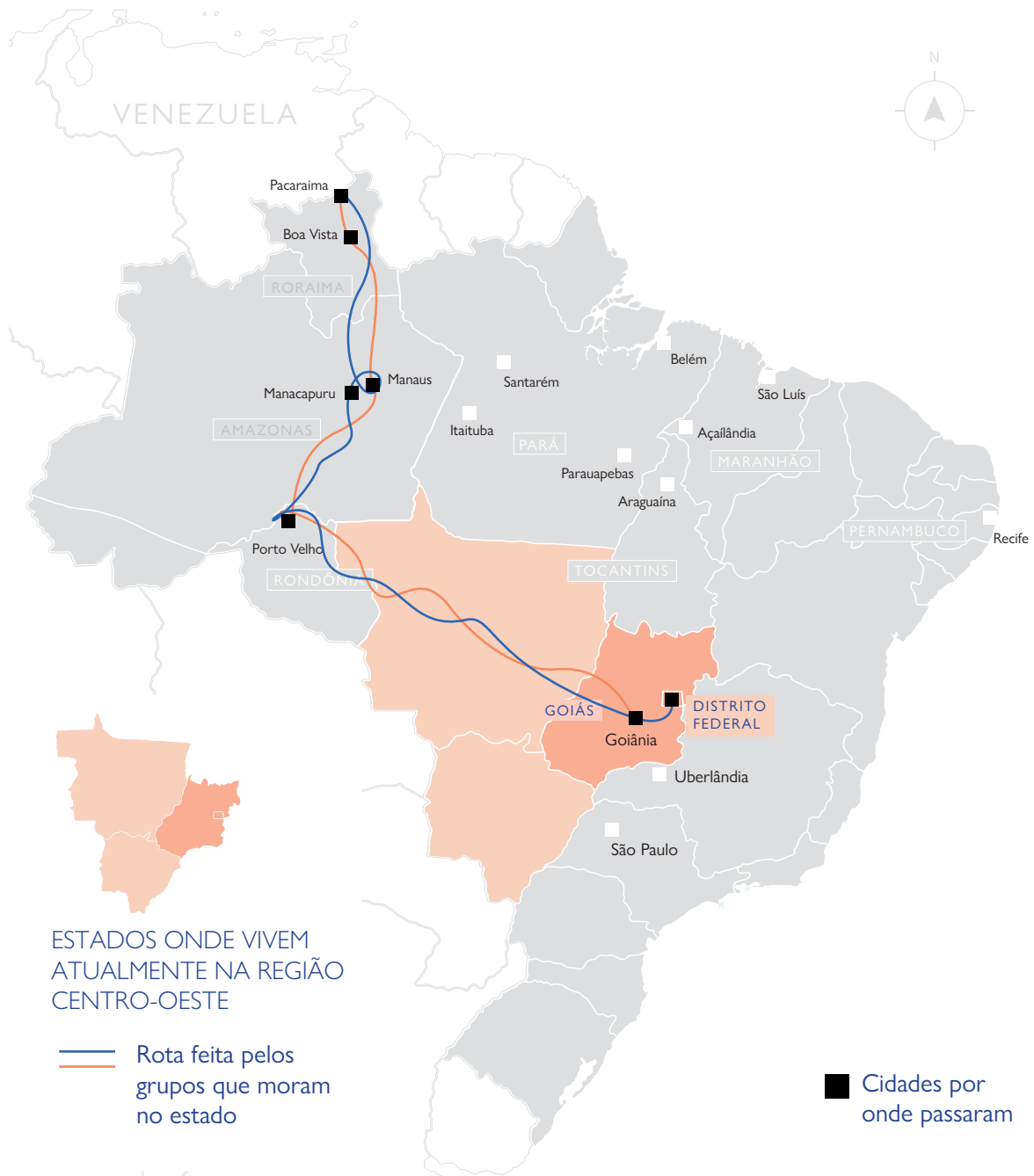
Fonte: DTM Nacional – Grupos

MAPA 6. Cidades por onde passaram os grupos que vivem atualmente na região NORDESTE



Fonte: DTM Nacional – Grupos

MAPA 7. Cidades por onde passaram os grupos que vivem atualmente na região CENTRO-OESTE



Fonte: DTM Nacional – Grupos.

A diversidade étnica, a presença de grupos e famílias multiétnicas e o mapeamento, ainda, de pessoas autodeclaradas não indígenas e mestiças (pessoas com parentalidade indígena e não indígena) também são destaques desta pesquisa.

Por fim, vale mencionar que este relatório mostra dados desagregados por região dessas diversas etnias indígenas que vêm migrando em direção ao Brasil, pela primeira vez. Além disso, a pesquisa mapeou pessoas de sete etnias – Warao (70%), Pemón (22,5%), Eñepá (3%), Kariña (0,3%), Wayúu (0,2%), Ye'Kwana (0,1%) e Baniva (0,1%) –, sendo que estes dois últimos povos indígenas aparecem agora pela primeira vez em registros oficiais sobre esse fluxo. Especificamente sobre os Pemón, também foram mapeadas pela primeira vez as especificidades dos subgrupos que fazem parte desse povo indígena: Taurepang, Arekuna e Macuxi.

O estudo também oferece dados desagregados relacionados ao acesso dos indígenas a serviços e direitos sociais, bem como do perfil desta população quanto à saúde, educação e trabalho. Os dados apresentados mostram diversas especificidades culturais relacionadas à língua, que mostra que os grupos preservam o uso de suas línguas maternas e indicam que ainda podem estar se familiarizando com a língua portuguesa, de modo geral. Outro dado pertinente é o relacionado aos tipos de moradia onde moravam na Venezuela, que mostra a origem predominantemente rural dos grupos mapeados pela pesquisa. Assim, estes outros aspectos podem ser de utilidade aos gestores e profissionais na tomada de decisão na elaboração de políticas públicas e soluções duradouras no atendimento e garantia de direitos destes povos.



1. INTRODUÇÃO

1.1 Dados da migração indígena¹ venezuelana

A migração venezuelana representa hoje um dos fluxos migratórios internacionais mais significativos da América Latina, com o trânsito de mais de 4,6 milhões de pessoas refugiadas e migrantes², dos quais 273.173 estão atualmente no Brasil³. Esse fluxo é decorrente da grave e generalizada violação de direitos humanos em território venezuelano, conforme reconhecimento do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) no Brasil em junho de 2019. Trata-se de uma população com um perfil sociodemográfico plural, dado que, para além da condição de refugiada e migrante, conta com uma diversidade étnica, etária e de gênero, além de pessoas com deficiências e LGBTQI+, entre outras características. Não é rara, inclusive, sua maior exposição a vulnerabilidades sociais sobrepostas e agravadas por múltiplos fatores, inclusive sanitários, como a pandemia da doença do coronavírus (Covid-19)⁴.

Entre as minorias étnicas que fazem parte desse fluxo migratório, existem vários povos indígenas de origem venezuelana, que se destacam na dinâmica da mobilidade contemporânea na América do Sul. A estimativa é de que mais de 5.000 indígenas⁵ tenham migrado para o Brasil, tendo sido identificados, até março de 2021, povos pertencentes às etnias Warao, Eñepá, Kariña, Pemón (Taurepang, no Brasil) e Wayuu.

Os Warao têm se deslocado em busca de melhores condições de vida⁶ e realizado movimentos contínuos de migração interna em todas as regiões do território brasileiro⁷. Os Pemón se caracterizam, entre outras coisas, por ser uma população indígena presente na região da fronteira entre Brasil e Venezuela e por possuir uma longa história de relações familiares que contemplam os territórios limítrofes entre os dois países⁸. Por outro lado, os Eñepá e Kariña são povos com mobilidade ainda em desenvolvimento, assim como os Wayuu, que originalmente se localizam na região limítrofe entre Colômbia e Venezuela⁹. Essas são etnias registradas na migração venezuelana em direção ao Brasil mais recentemente.

1. Neste estudo, o termo "migração indígena" faz referência a "todos os deslocamentos de povos indígenas, tanto no interior de um país como através das fronteiras internacionais", conforme definição do Estudio y asesoramiento sobre los derechos de los pueblos indígenas en el contexto de las fronteras, la migración y los desplazamientos do Mecanismo de Especialistas em Direitos dos Povos Indígenas (EMRIP, 2019, p. 2, tradução nossa). Disponível em: <https://www.refworld.org/es/pdfid/5f5a99944.pdf>. Acesso em: 27/09/21.
2. Segundo agregação da Plataforma R4V com base em informações oficiais dos países para maio de 2021. PLATAFORMA REGIONAL DE COORDINACIÓN INTERAGENCIAL PARA REFUGIADOS Y MIGRANTES DE VENEZUELA. Cifras clave. Disponível em: <https://www.r4v.info/>. Acesso em: 21 jun. 2021.
3. Segundo o Sistema de Tráfego Internacional (STI) da Polícia Federal para maio de 2021. Dados do Subcomitê Federal de Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes, elaborados pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública (MJSP) e pela Organização Internacional para as Migrações (OIM). Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/brazil/files/Publications/informe-migracao-venezuelana-jan2017-ago2021-v2.pdf>. Acesso em: 27/09/21.
4. MINISTÉRIO DA CIDADANIA (MC); ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). DTM: Monitoramento do fluxo da população venezuelana. Rodada 6: Roraima. Maio de 2021. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/brazil/files/Publications/DTM-Brasil-7.pdf>. Acesso em: 27/09/21.
5. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) estima que, até março de 2021, 5.799 pessoas indígenas refugiadas e migrantes venezuelanas tenham se deslocado para o Brasil, sendo 69% delas da etnia Warao. ACNUR. Atuação do ACNUR junto às redes locais em apoio à população indígena Warao no sudeste e sul do Brasil: boas práticas e lições aprendidas. Nov. 2019–Mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/2U6Gic9>. Acesso em: 27/09/21.
6. OIM. Soluções duradouras para indígenas migrantes e refugiados no contexto do fluxo venezuelano no Brasil. Brasília, 2020. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/brazil/files/Publications/OIM%20_solucoes_duradouras_para_ind%C3%ADgenas_migrantes%20web.pdf. Acesso em: 27/09/21.
7. ACNUR. Os Warao no Brasil: contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3ihEHbd>. Acesso em: 27/09/21.
8. OIM. Soluções duradouras para indígenas migrantes e refugiados no contexto do fluxo venezuelano no Brasil. Brasília, 2020. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/brazil/files/Publications/OIM%20_solucoes_duradouras_para_ind%C3%ADgenas_migrantes%20web.pdf. Acesso em: 27/09/21.
9. ORGANIZACIÓN NACIONAL INDÍGENA DE COLOMBIA. Wayuú. Disponível em: <https://www.onic.org.co/pueblos/1156-wayuu>. Acesso em: 27/09/21.



Indígenas refugiados e migrantes venezuelanos sendo entrevistados pelas equipes da OIM, FUNPAPA e Prefeitura de Belém, em Belém do Pará, 2021.

Ao tratar dessas características da mobilidade dos povos indígenas do fluxo migratório da Venezuela para o Brasil, cabe dizer que não há a pretensão de esgotar o debate com esta pesquisa. As informações identificadas pela pesquisa e apresentadas neste relatório são de caráter exploratório, baseadas nos dados coletados e em conhecimentos já produzidos anteriormente.

1.2 O que é a DTM?

A Matriz de Monitoramento de Deslocamentos¹⁰ (DTM – *Displacement Tracking Matrix*, no inglês) é um sistema da OIM composto por uma variedade de metodologias e ferramentas projetadas e desenvolvidas para monitorar movimentos populacionais, em estreita colaboração com os governos e outros atores. A DTM foi projetada para capturar, processar e disseminar de forma regular e sistemática vários níveis de informação para melhor compreender os locais, os perfis, as necessidades e as vulnerabilidades das populações em movimento, seja no local de destino, seja no caminho. A DTM já foi aplicada em mais de 60 países, em cenários de conflitos, desastres naturais e situações complexas de emergência, abrangendo desde pequenos até grandes deslocamentos.

As metodologias e ferramentas são flexíveis e podem ser implementadas de várias maneiras, dependendo do contexto. Uma das metodologias incluídas na DTM são os estudos e levantamentos de dados, que visam coletar informações específicas usando uma amostra da população de interesse. No Brasil, a OIM já conduziu oito rodadas da DTM relacionadas ao fluxo de venezuelanos: seis no estado de Roraima, uma em Manaus e uma no Maranhão, esta última especificamente com a população indígena.

10. OIM. DTM: Brazil. South America. Disponível em: <https://dtm.iom.int/brazil>. Acesso em: 27/09/21.

- **Rodada 1 Roraima** (março de 2018) e **Rodada 2 Roraima** (junho de 2018), realizadas em Boa Vista e Pacaraima, nos bairros e pontos de trânsito, incluindo o passo de fronteira em Pacaraima, o aeroporto e a rodoviária de Boa Vista;
- **Rodada 3 Roraima** (outubro de 2018) e **Rodada 4 Roraima** (abril de 2019), realizadas em municípios de Roraima, nos bairros e pontos de trânsito, incluindo os Postos de Triagem de Boa Vista e Pacaraima;
- **Rodada 5 Roraima** (novembro de 2019) e **Rodada 6 Roraima** (março de 2021), realizadas nos municípios de Roraima, nos bairros;
- **Rodada Manaus** (março de 2020), realizada nos 12 bairros do município;
- **Rodada Maranhão** (março de 2020), realizada com a população indígena venezuelana da etnia Warao, nos municípios de Imperatriz e São Luiz.

1.3 Piloto: DTM Maranhão

Em agosto de 2020, diante da necessidade de entender melhor os aspectos sociodemográficos da população Warao, o governo do Maranhão, o MC e a OIM lançaram a primeira pesquisa do gênero de abrangência estadual, a Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) de indígenas Warao no Maranhão¹¹. O estudo foi aplicado nas cidades de São Luís, Imperatriz e São José do Ribamar em março de 2020. Esse primeiro DTM no Brasil foi dedicado exclusivamente aos indígenas Warao e possibilitou traçar o primeiro perfil sobre a trajetória da Venezuela ao Brasil e a integração socioeconômica desses indígenas no Maranhão.

1.4 Justificativa

A partir da realização da primeira pesquisa com a DTM entre os indígenas Warao no Maranhão e diante da diversidade étnica e da identificação de desafios para a integração socioeconômica da população indígena refugiada e migrante, ponderou-se sobre a necessidade de expandir esse estudo para uma abrangência nacional, uma vez que a migração indígena venezuelana se estende atualmente por todas as regiões brasileiras.

Conforme as redes locais da política pública de assistência social e as unidades descentralizadas da Funai, pessoas indígenas refugiadas e migrantes venezuelanas estão presentes em pelo menos 40 cidades brasileiras e, em muitos casos, deslocam-se dentro do Brasil de maneira contínua e/ou ocasionalmente para a Venezuela. Essa presença tem suscitado a necessidade de ampliar o conhecimento sobre essas populações a fim de estruturar ações e políticas públicas mais efetivas e culturalmente adequadas para o seu atendimento¹².

11. OIM; MINISTÉRIO DA CIDADANIA; GOVERNO DO MARANHÃO. Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) de indígenas Warao no Maranhão. Março 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wCKLAs>. Acesso em: 27/09/21.

12. Políticas voltadas para essa população já vêm sendo desenvolvidas no âmbito da Operação Acolhida e das políticas sociais brasileiras. Entre essas iniciativas, estão os abrigos para a população indígena refugiada e migrante, como o Abrigo Janokoida (Pacaraima), o Abrigo Pintolândia e o Abrigo Jardim Floresta, todos em Boa Vista, Roraima.

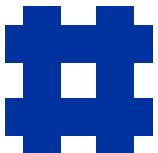
1.5 Estrutura do relatório

Este relatório traz um panorama nacional da população de referência da pesquisa¹³. São tratados aqui dados classificados da seguinte forma: perfil geral, mobilidade, assistência social, segurança alimentar, moradia, meios de vida, educação e saúde. Como já ressaltado, os resultados apresentados neste estudo não abrangem a totalidade da população indígena refugiada e migrante venezuelana no país. No entanto, oferecem um quadro amplo e mais detalhado que poderá oferecer insumos para o planejamento e a implementação de ações e políticas públicas voltadas para a proteção social dessas populações.

13. Outros resultados serão abordados em documentos posteriores, incluindo análises por etnia, características da mobilidade de cada uma delas, acesso a direitos e outros fatores sociais e culturais no contexto da migração para o Brasil.



2. METODOLOGIA



2.1 Público

População indígena refugiada e migrante do fluxo venezuelano em território brasileiro.

2.2 Objetivos

O objetivo deste estudo foi ampliar os conhecimentos sobre a população indígena refugiada e migrante do fluxo migratório venezuelano em território brasileiro e seu acesso a políticas e serviços públicos. Para isso, foram analisados dados sobre o monitoramento da mobilidade populacional. Os resultados do estudo podem apoiar o planejamento das políticas públicas e ações baseadas em evidências. Além disso, podem: i) fornecer aos atores governamentais e à sociedade de acolhida informações-chave sobre as razões que levam os indígenas a migrar, seu perfil populacional e suas necessidades prioritárias; ii) revelar fatores que influenciem a situação de vulnerabilidade e dificultem o acesso a serviços públicos e à garantia de direitos; e iii) apoiar o levantamento de subsídios válidos para a construção de respostas culturalmente sensíveis e soluções duradouras.

2.3 Desenho do questionário

Foram criados dois tipos de questionário, um voltado para famílias e outro para as comunidades. Cada liderança de grupo foi identificada previamente pelas equipes de aplicadores e indicou as chefias das famílias, conforme mostra a Ficha de Apresentação da Pesquisa (Anexo 1). Os dados individuais sobre as pessoas dentro das famílias foram preenchidos por cada chefia de família designada pela sua liderança. Os dados coletados sobre os grupos são independentes das informações coletadas sobre as famílias.

O primeiro questionário foi respondido por representantes de cada família, que ofereceram tanto informações gerais sobre a unidade familiar quanto sobre cada membro da família. Sobre a composição familiar, a coleta de dados sobre o grau de parentesco partiu da sugestão de respostas no questionário¹⁴, e a designação sobre a relação parental era feita pelos próprios indígenas. Essa escolha metodológica foi feita diante das peculiaridades nas estruturas de parentesco dos povos indígenas que seriam entrevistados, havendo a indicação de “famílias unipessoais”, formadas por uma só pessoa, por exemplo.

O segundo tipo de questionário foi voltado às lideranças de comunidades ou grupos. É comum, principalmente entre os Warao, que as populações indígenas venezuelanas se organizem em agrupamentos formados através de vínculos familiares e afins. Também é frequente que se desloquem coletivamente ou mantenham contato com outros membros do grupo que permanecem na Venezuela ou em outras localidades no Brasil¹⁵. Levando em conta esse modelo de organização social, as perguntas da pesquisa tinham como referência as experiências coletivas e as condições de vida desses grupos.

É importante mencionar que, seguindo os princípios de proteção de dados da OIM e do governo brasileiro, não foram entrevistadas pessoas menores de 18 anos desacompanhadas. Além disso, todas as entrevistas foram realizadas na condição de anonimato e de concordância com o termo de consentimento.

14. Lista: chefe de família, esposo/esposa, pai/mãe, avô/avó, tio/tia, filho/filha, irmã/irmão, sobrinha/sobrinho, primo/prima, enteado/enteada, outros.

15. OIM. Soluções duradouras para indígenas migrantes e refugiados no contexto do fluxo venezuelano no Brasil. Brasília, 2020. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/brazil/files/Publications/OIM%20_solucoes_duradouras_para_ind%C3%ADgenas_migrantes%20web.pdf. Acesso em: 27/09/21.



Indígenas refugiados e migrantes venezuelanos sendo entrevistados pelas equipes da OIM e Prefeitura de Santarém, em Santarém do Pará, 2021.

2.4 Execução

A execução da pesquisa foi dividida em três etapas: preparação, aplicação dos questionários e análise dos dados. A primeira etapa ocorreu entre setembro de 2020 e abril de 2021, quando foram feitas a adequação dos questionários já existentes à realidade do público desse levantamento, a mobilização de equipes em cada município e a capacitação de servidores para realização das entrevistas. Inicialmente, foram mobilizadas e capacitadas equipes de 21 cidades nas cinco regiões brasileiras.

O questionário foi aplicado através do Kobo Toolbox, instrumento de captação de dados por survey. Essa etapa ocorreu entre abril e maio de 2021, presencialmente, com equipes de 16 cidades. Em cinco das 21 cidades que participaram da formação, não foi possível a coleta dos dados por fatores ligados à mobilidade dos indígenas entre cidades brasileiras e condições locais adversas decorrentes da pandemia da Covid-19. Além disso, medidas e protocolos foram adotados pela coordenação da pesquisa para prevenção da disseminação da Covid-19 por meio do Guia para Aplicação Coordenada do DTM Nacional Indígena (Anexo 2) e do Protocolo de Prevenção de Riscos frente à Covid-19 na Realização das Entrevistas (Anexo 3).

Cada cidade e respectiva equipe receberam orientações e assessoramento durante toda a pesquisa de campo. Além disso, contou-se com a autorização coletiva das lideranças e de cada pessoa que participou anônima e voluntariamente da pesquisa, seguindo critérios de consulta escolhidos por cada comunidade. Também foram estabelecidos procedimentos e ferramentas gráficas (Anexo 4) e audiovisuais complementares e bilíngues (em português e espanhol) para orientação, esclarecimentos sobre a pesquisa e apoio ao diálogo com as comunidades indígenas visitadas.

A análise dos dados se concentrou nos meses de junho e julho de 2021 e foi realizada em conjunto pelas instituições parceiras na pesquisa: MC, MMFDH, Funai e OIM. É importante ressaltar que o levantamento de dados não pretende abranger a totalidade dos temas e de expressão referente a todas as pessoas indígenas

refugiadas e migrantes venezuelanas no país. No entanto, é um esforço piloto para aprofundar a produção de dados desagregados que permitam um melhor entendimento das características e dos fatores que influem na situação de vulnerabilidade dessas populações – uma necessidade em nível global apontada pelo Mecanismo de Especialistas em Direitos dos Povos Indígenas (EMRIP) das Nações Unidas¹⁶.

2.5 Atores envolvidos na pesquisa

Para a realização da DTM Nacional, o MC, o MMFDH e a Funai trabalharam em conjunto para desenvolver as ferramentas, definir a metodologia de pesquisa e treinar as equipes, com o apoio técnico da OIM, que contribuiu com a sua expertise na produção de dados. O MC, a Funai e a OIM trabalharam também na coordenação das equipes de campo e na aplicação da pesquisa. A mediação com a população nos territórios e a aplicação dos questionários foram realizadas pelas equipes de campo, compostas por profissionais da OIM e da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de secretarias de direitos humanos e de unidades descentralizadas da Funai, dos municípios e estados que acordaram a parceria para a realização desta edição da pesquisa DTM.

16. EMRIP, op. cit.



3. PERFIL GERAL



Este capítulo apresenta informações gerais sobre a população indígena refugiada e migrante venezuelana mapeada na pesquisa. O desenho da pesquisa, relatado no capítulo anterior, nos permite agregar as informações em três níveis: pessoas, famílias e grupos indígenas refugiados e migrantes, este último compreendido como um conjunto de pessoas e famílias que se unem por vínculos familiares e afins. As informações coletadas para cada nível de agregação variam e são apresentadas, de forma geral, nas seções a seguir. São trazidos dados sobre etnia, sexo e idade; média de pessoas que compõem as famílias; média de famílias que compõem os grupos; e distribuição regional de cada uma dessas unidades de análise, entre outras informações relevantes.

A pesquisa compreendeu o universo de 3.319 pessoas, 825 famílias e 91 grupos de indígenas refugiadas e migrantes venezuelanas, referentes a sete etnias mapeadas: Baniva, Ka'riña, E'ñepá, Pemón¹⁷, Warao, Wayuu e Ye'kwana. Na tabela a seguir, são apresentados os números gerais a partir da sistematização dos dados coletados nesta pesquisa:

TABELA 1. Número de pessoas, famílias e grupos mapeados por região e etnia – dados nacionais

Região	Agrupamento	Nacional								Total
		Baniva	E'ñepá	Ka'riña	Pemón	Warao	Wayuu	Ye'kwana	Outras*	
Norte	Pessoas	1	99	10	747	1951	4	17	151	2980
	Famílias	0	25	1	136	497	0	1	14	674
	Famílias Multiétnicos**	0	2	2	0	33	2	0	28	67
	Grupos	0	1	0	4	57	0	0	0	62
	Grupos Multiétnicos**	0	0	1	2	3	0	2	2	5
Nordeste	Pessoas	0	0	0	0	146	0	0	5	151
	Famílias	0	0	0	0	32	0	0	0	32
	Famílias Multiétnicos**	0	0	0	0	2	0	0	2	2
	Grupos	0	0	0	0	15	0	0	0	15
	Grupos Multiétnicos**	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Centro-oeste	Pessoas	0	0	0	0	181	0	0	16	197
	Famílias	0	0	0	0	50	0	0	0	50
	Famílias Multiétnicos**	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Grupos	0	0	0	0	9	0	0	0	9
	Grupos Multiétnicos**	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Nacional	Pessoas	1	99	10	747	2278	4	17	172	3328
	Famílias	0	25	1	136	579	0	1	14	756
	Famílias Multiétnicos	0	2	2	0	35	2	0	30	69
	Grupos	0	1	0	4	81	0	0	0	86
	Grupos Multiétnicos	0	0	1	2	3	0	2	2	5

Fonte: DTM Nacional – Pessoas, famílias e grupos

*Foram categorizadas como outras as pessoas declaradas como não indígenas e mestiças

** Famílias e grupos multiétnicos¹⁸ não somam na linha, pois cada família/grupo possui mais de uma etnia

17. Pemón é um etnônimo de Taurepang, ou seja, ambos são autodenominações que representam a mesma etnia, respectivamente, na Venezuela e no Brasil.

Os Pemón são compostos por quatro grupos étnicos principais: os Arekuna, os Kamarakoto, os Taurepang e os Macuxi. Mas essa definição etnológica é controversa e, na visão da indígena Pemón consultada sobre o assunto, Lisbeth Sucre (que atualmente atua na OIM e participou da coleta de dados), os Macuxi não costumam se identificar como parte da etnia Pemón por motivos diversos, que merecem melhor averiguação empírica. Para mais informações, ver: COLSON, Audrey Butt. Naming. Identity and structure: The Pemon. Antropológica, tomo LIII, n. 111-112, p. 35-144, 2009; INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos indígenas no Brasil – PIB. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Taurepang>. Acesso em: 27/09/21. SANTILLI, Paulo. Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito. São Paulo: Editora Unesp, 2001. 225 p.

18. Refere-se a famílias e grupos nos quais há a presença de pessoas de diferentes etnias. Essa definição está apoiada no conceito de multiculturalismo de Jacques d'Adesky, relacionado à "igualdade de valor intrínseco de cada cultura" (p. 173). D'ADESKY, Jacques Edgard François; MUNANGA, Kabengele. Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e antirracismos no Brasil. 1997. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/download/20952/13555>. Acesso em: 27/09/21.

3.1 Pessoas

Das etnias mapeadas, 70% das pessoas pertencem à etnia Warao, que por sua vez representam 89% das famílias e dos grupos. Em Roraima, é observada a maior diversidade de etnias identificadas na pesquisa. Todas as pessoas Eñepa e a quase totalidade das Pemón¹⁹ que participaram desta pesquisa estão localizadas nesse estado, nas cidades de Pacaraima e Boa Vista. As pessoas Warao, por outro lado, mesmo se concentrando principalmente em Roraima (50%), estão presentes em todos os estados onde a pesquisa foi realizada, com destaque para o Pará (19%). Em Roraima também vivem as pessoas de todas as outras etnias mapeadas na pesquisa.

Já na tabela a seguir, são apresentados os dados gerais sistematizados sobre a autodeclaração de etnia, feita nos dois questionários e nos níveis de grupo, famílias e indivíduos:

TABELA 2. Grupos, famílias e pessoas por etnia no universo da pesquisa

Etnia	Pessoas		Famílias		Grupos	
	N	%	N	%	N	%
Warao	2312	70	579	70	81	89
Pemón	746	22,5	138	17	4	4
Eñepa	99	3	25	3	1	1
Ka'riña	10	0,3	1	0,1	0	0
Ye'kwana	8	0,2	1	0,1	0	0
Wayuu	4	0,1	0	0	0	0
Baniva	1	0,03	0	0	0	0
Outras*	139	4	12	1,5	0	0
Multiétnico	-	-	69	8	5	5,5
Total	3319	100	825	100	91	100

Fonte: DTM Nacional – Pessoas, famílias e grupos

*Foram categorizadas como "outras" as pessoas declaradas como não indígenas e mestiças

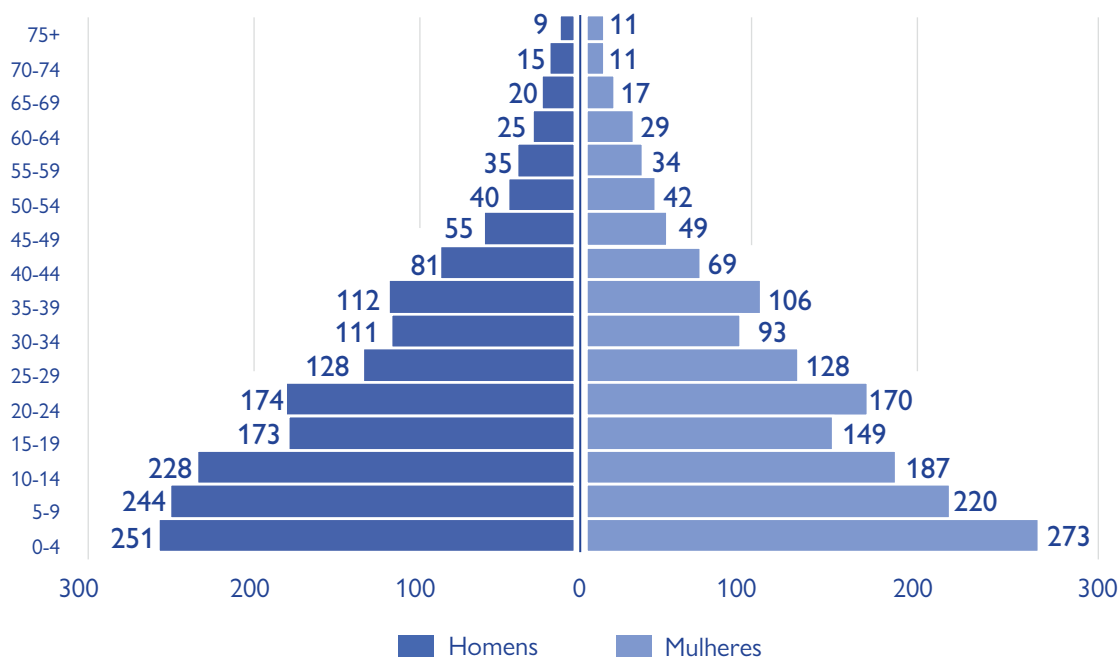
Como apontado, a etnia Warao é a mais numerosa entre as pessoas no levantamento, seguida dos Pemón, com 22%, e dos Eñepa, com 3%. Também participaram pessoas que se declararam como Ka'riña, Ye'kwana, Wayuu e Baniva, que correspondem a menos de 0,5% do total. Além disso, 4% das pessoas declararam-se não indígenas ou mestiças.

A diferença na proporção entre pessoas do sexo masculino (52%) e feminino (48%) é pequena nesta pesquisa. Quanto à autodeclaração sobre gênero e orientação sexual²⁰, apenas 1% se declarou LGBTQI+. Desse percentual, 56% eram mulheres e 44% homens, e todos viviam na Região Norte no momento da entrevista.

A maioria da população participante da pesquisa está na faixa entre 0 e 18 anos (50%), como é possível observar na pirâmide etária exibida no gráfico a seguir e 22% do total de pessoas estão na faixa de 0 a 6 anos.

19. Na pesquisa, duas pessoas Pemón foram identificadas como Arekuna e sete como Macuxi. São todos membros de duas famílias, uma Arekuna e uma Macuxi.
20. 98% declararam não ser LGBTQI+ e 1% preferiu não responder à questão.

GRÁFICO 1. Idade da população indígena refugiada e migrante mapeada



Fonte: DTM Nacional – Pessoas

3.2 Famílias

A maior parte das famílias (90%) vivia no Norte do país no momento da pesquisa. Apenas o estado de Roraima abriga 64% das famílias, seguido do Pará, com 15%.

Como apontado, a maioria das famílias são da etnia Warao (70%), seguida das Pemón (17%). Também foram observadas famílias multiétnicas, ou seja, que têm como membros pessoas de diferentes autoidentificações étnicas. Elas correspondem a 8% das famílias participantes do levantamento. Outra característica da composição étnica das famílias é que uma parcela menor delas (1,5% do total) se identificou como não indígenas e mestiças²¹.

As famílias entrevistadas têm em média quatro membros, sendo a formação mais recorrente a de famílias com três membros. O tamanho máximo encontrado foi 25 e o mínimo foi um membro. As pessoas do sexo masculino são as que mais recorrentemente são mapeadas como responsáveis familiares (62%). No entanto, em uma parcela significativa das famílias, pessoas do sexo feminino são consideradas como principais responsáveis familiares (38%). Além disso, as famílias contam em média com três filhas ou filhos, sendo a formação mais recorrente, famílias com apenas um filho.

21. Outros resultados sobre esses subgrupos encontrados serão abordados em documentos posteriores.

3.3 Grupos

Foram identificadas 93 lideranças ou pessoas de referência de grupos de pessoas indígenas refugiadas e migrantes participantes da pesquisa. Como duas delas tinham menos de 18 anos²², não responderam ao questionário. Dessa forma, as entrevistas realizadas permitiram coletar informações de 91 grupos.

Questionadas sobre as etnias que compõem seus grupos, a maior parte das lideranças identificou que se tratava de grupos Warao. Em 5,5% dos casos, a liderança apontou que seu grupo contava com pessoas de mais de uma etnia. Todos esses grupos multiétnicos se encontravam, no momento da pesquisa, vivendo na Região Norte²³.

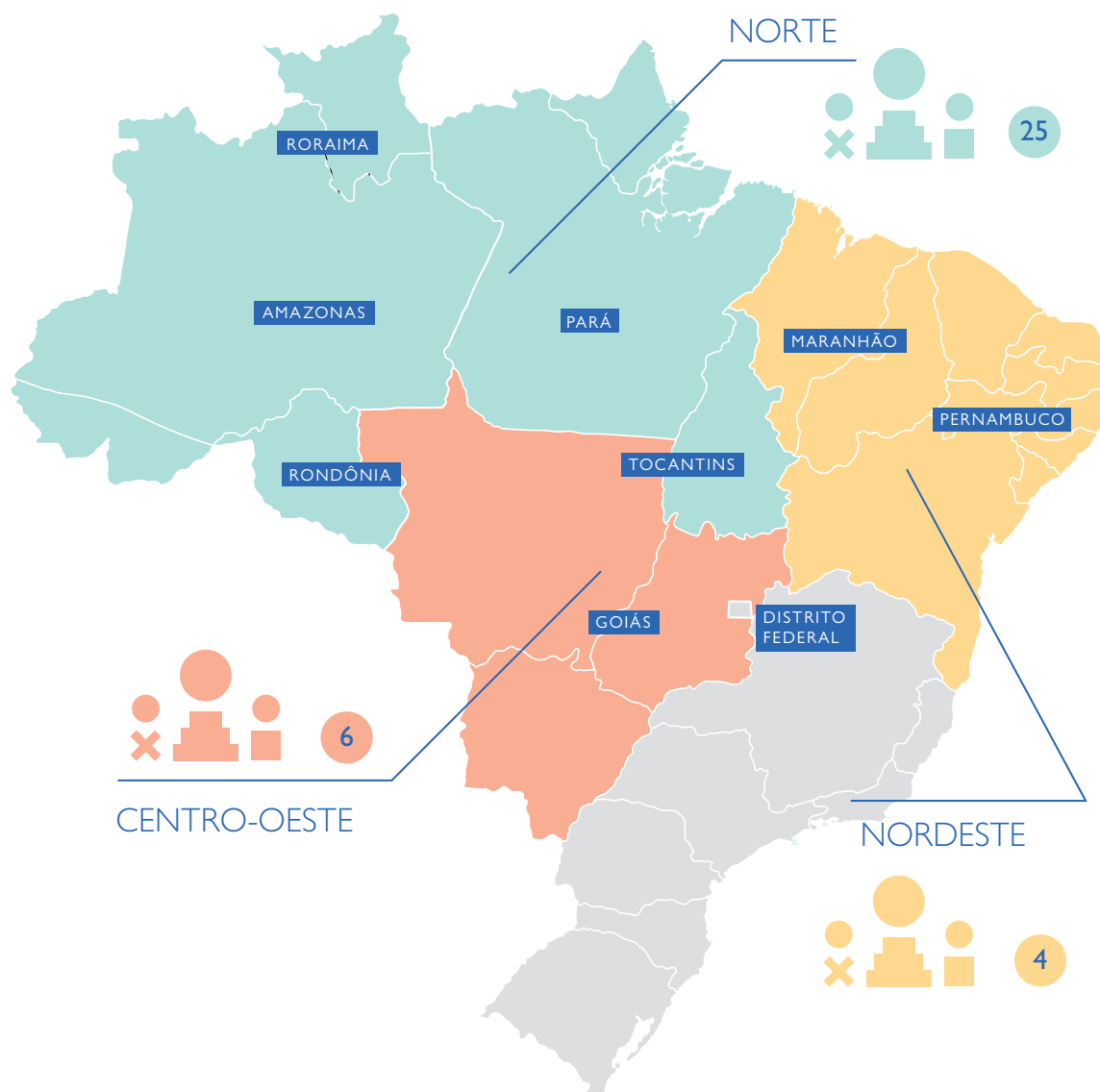
No que diz respeito à sua distribuição regional, 10% dos grupos estavam no Centro-Oeste e 16,5% no Nordeste, todos Warao. No Norte, encontra-se o maior número de grupos, assim como a maior diversidade deles: Waraos, Pemón, Eñepa e grupos multiétnicos.

Os grupos são compostos por 20 famílias na média nacional, a qual é elevada no Norte do país, chegando a 25 famílias por grupo. A menor média é observada no Nordeste, onde os grupos contam com aproximadamente quatro famílias. Em comparação à Região Norte, é possível que a diferença do número de famílias que compõem os grupos das demais regiões esteja relacionada à mobilidade deles para outros estados da Federação. No entanto, é necessário aprofundamento sobre as dinâmicas de mobilidade para melhor compreender os efeitos da distância das fronteiras no tamanho dos grupos.

22. Esse foi um procedimento ético em pesquisa, em consonância com princípios e recomendações incorporados pelo governo brasileiro e pelas agências da ONU na Declaração conjunta sobre proteção de dados e privacidade na resposta à Covid-19. 2020. Disponível em: <https://www.un.org/es/coronavirus/joint-statement-data-protection-and-privacy-covid-19-response>. Acesso em: 27/09/21.

23. 1 em Belém (PA), 2 em Boa Vista (RR) e 2 em Pacaraima (RR).

FIGURA 1. Número médio de famílias por grupo (n.º)



Fonte: DTM Nacional – Grupos



4. MOBILIDADE

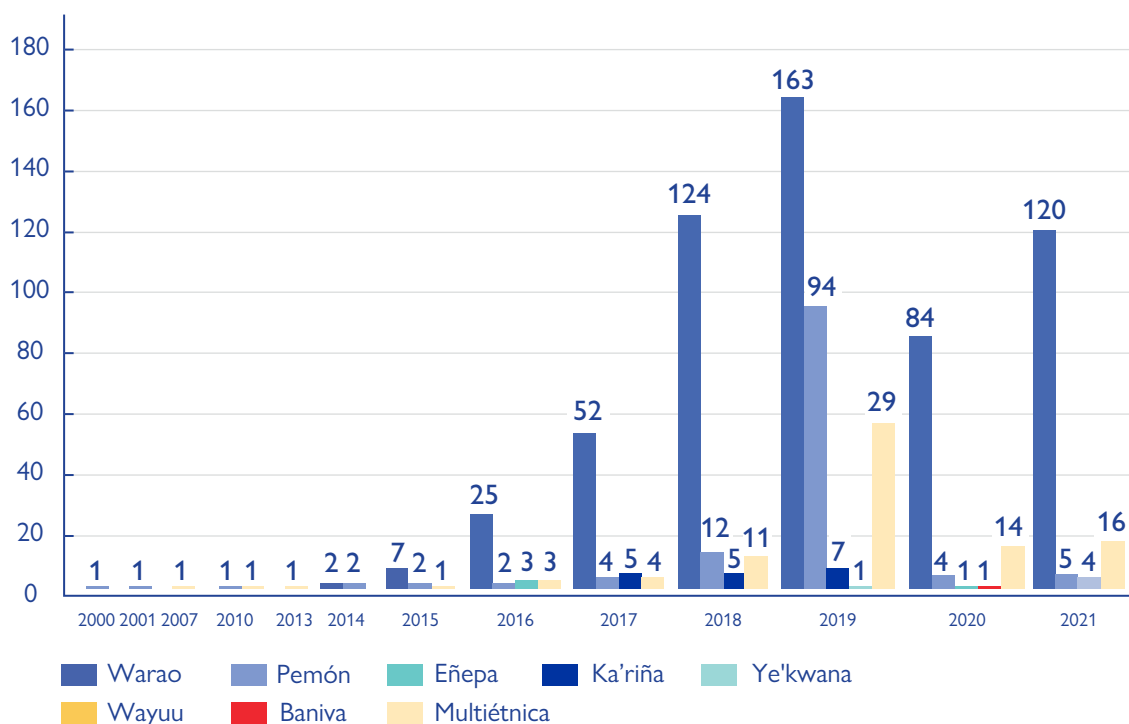


Uma informação importante para compreender as dinâmicas de mobilidade²⁴ de pessoas indígenas refugiadas e migrantes indígenas é a característica do seu trânsito pelos territórios, seja de um país para outro, seja dentro de um país. Este capítulo aborda algumas dessas características, como ano de chegada ao Brasil, motivações para a locomoção dos lugares de onde vieram e destino, documentação, nacionalidade, cidades por onde passaram dentro Brasil e onde viviam no momento da aplicação do questionário.

4.1 Tempo de chegada

A maior parte das famílias entrevistadas chegou ao Brasil a partir de 2016, principalmente em 2019, quando houve um pico. Há uma queda no número de famílias que chegou em 2020 comparado com o pico observado no ano anterior e se observa um crescimento nesse número no primeiro semestre de 2021 (até o momento da coleta de dados, entre maio e junho). De acordo com os dados da pesquisa, as famílias da etnia Pemón têm realizado movimentos migratórios desde 2000; as da etnia Warao começam a se instalar no país em 2014; as Eñepa em 2016; e a família Ka'riña entrevistada afirmou ter chegado em 2019, e a Ye'kwana, em 2020.

GRÁFICO 2. Número de famílias por ano de chegada



Fonte: DTM Nacional – Famílias

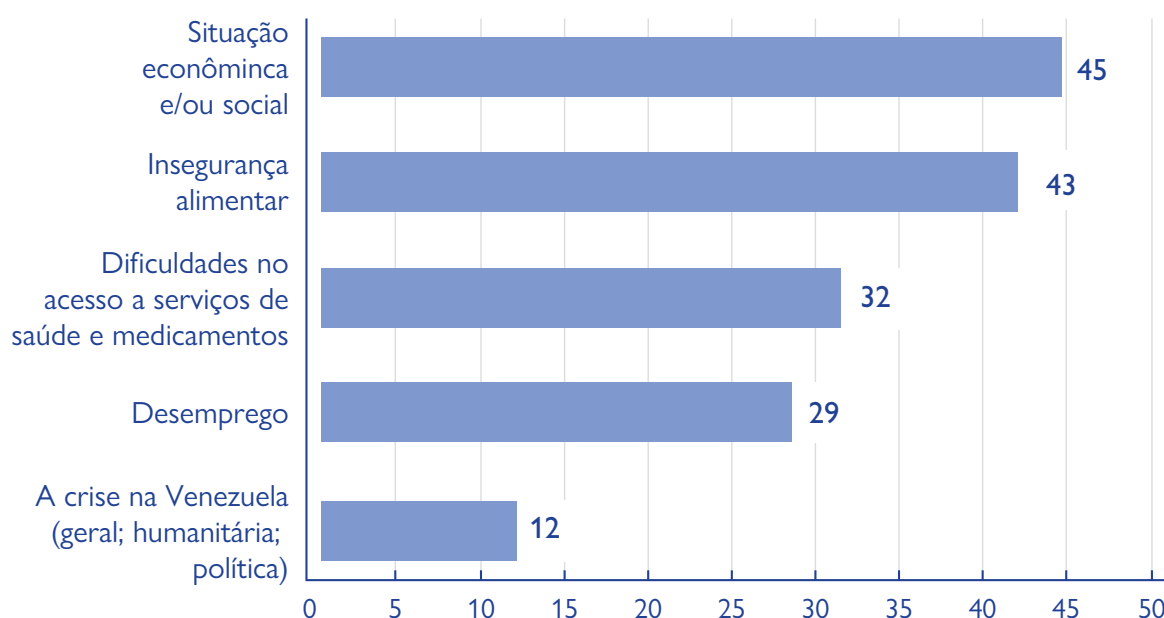
24. Por mobilidade, refere-se à “mobilidade humana”, “termo genérico que abrange todas as diferentes formas de movimentos de pessoas”. Do ponto de vista dos direitos da população indígena e de acordo com o Mecanismo de Especialistas em Direitos dos Povos Indígenas, esse termo refere-se ao entendimento complementar entre a Declaração Universal dos Povos Indígenas e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, construindo uma relação dos direitos humanos dos indígenas e as diferentes formas de mobilidade com o fim de assegurar a “parte intrínseca da vida e da cultura de alguns povos indígenas”, os direitos de “manter e desenvolver relações com os membros de sua comunidade”, o direito de “comercializar bens e serviços além-fronteiras”, de “gozar de sua própria cultura, religião e língua, em comum com os outros membros do seu grupo”, e de “autodeterminação” (EMRIP, 2019, op. cit., p. 4 e 7).

4.2 Motivações para o trânsito entre o Brasil e a Venezuela

Foi perguntado aos grupos quais motivos os levaram a sair da Venezuela²⁵ e vir ao Brasil²⁶. Além disso, àqueles que chegaram a voltar à Venezuela, questionou-se o que os levou a retornar.

No primeiro caso, do total de 91 grupos consultados, 45 (49%) mencionaram que a situação econômica e/ou social os havia levado a sair do país, com destaque também para a insegurança alimentar, indicada por 43 grupos (47%), para as dificuldades encontradas no acesso a serviços de saúde e a medicamentos, citadas por 32 grupos (35%), e para o desemprego, segundo 29 grupos (32%), além de 12 grupos (13%) que destacaram a crise em que a Venezuela se encontrava (em geral, humanitária, política).

GRÁFICO 3. Principais razões para o grupo sair da Venezuela
(número de vezes em que o motivo foi mencionado pelos grupos)



Fonte: DTM Nacional – Grupos

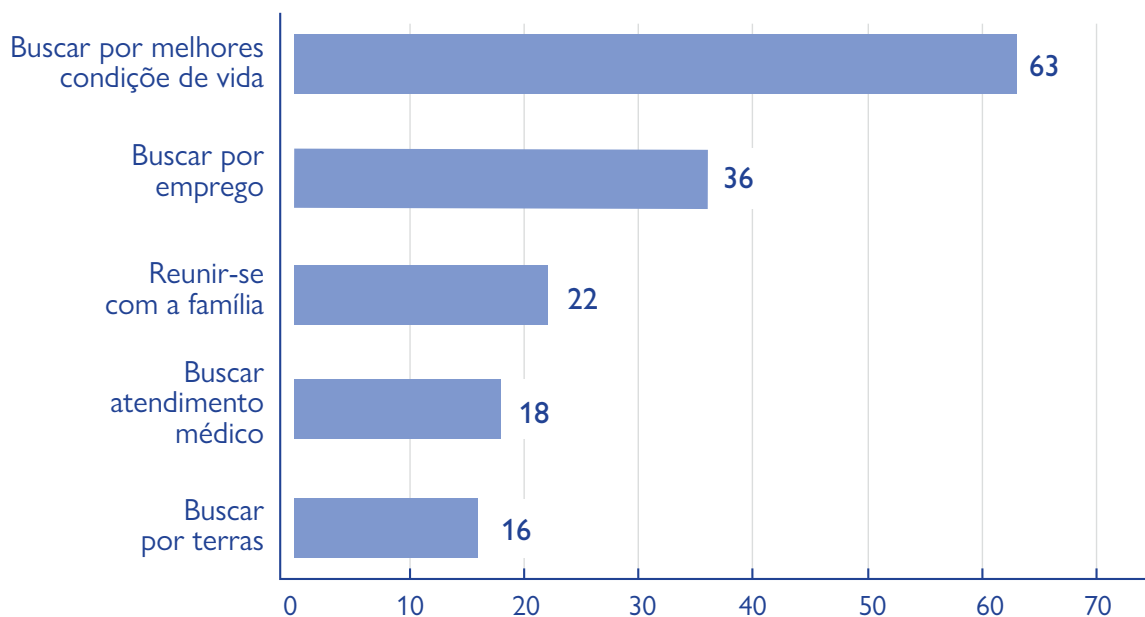
25. Sobre os motivos para sair da Venezuela, foi usada uma pergunta aberta e sem estímulos feitos pelos entrevistadores. As respostas das lideranças foram dadas de maneira descritiva e espontânea. Esses dados qualitativos foram categorizados por aproximação e repetição dos termos encontrados nas respostas.

26. Sobre os motivos para vir ao Brasil, foi usada uma pergunta fechada, de múltipla escolha e sem estímulos. As respostas das lideranças foram dadas de maneira espontânea e descritiva. Os entrevistadores selecionaram as respostas a partir da aproximação com a resposta da pessoa entrevistada. As categorias de respostas fechadas no questionário foram elaboradas a partir de pesquisas qualitativas anteriores: OIM. Soluções duradouras para indígenas migrantes e refugiados no contexto do fluxo venezuelano no Brasil. Brasília, 2020. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/brazil/files/Publications/OIM%20_solucoes_duradouras_para_ind%C3%ADgenas_migrantes%20web.pdf. Acesso em: 27/09/21.

OIM. Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil. Brasília, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3eU4g1a>. Acesso em: 27/09/21.

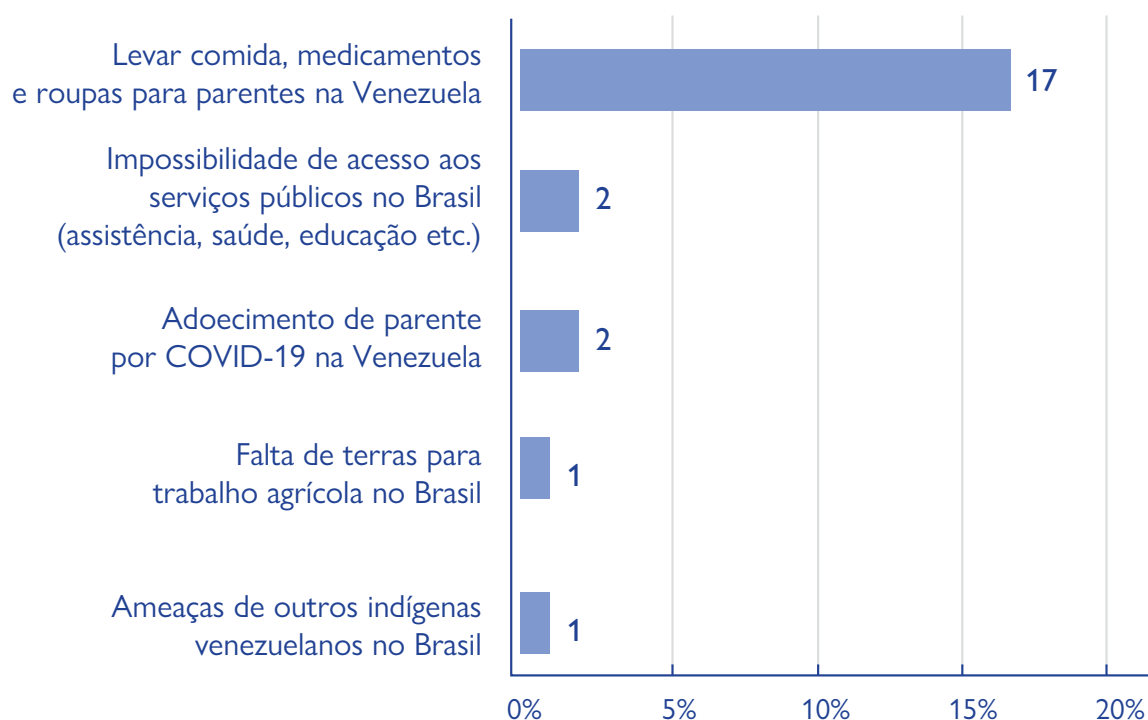
Sobre a escolha do Brasil como país para onde migrar, dos 91 grupos consultados, 63 (69%) responderam que a motivação foi a busca por melhores condições de vida. Também se destacou o desejo de vir ao Brasil para a venda de artesanato, apontado por 14 grupos (16%); o intuito de que as crianças e adolescentes pudessem continuar os estudos, por 12 grupos (13,5%); a proximidade com seu país, por 8 grupos (9%); e a busca por segurança alimentar, por 5 grupos (6%).

GRÁFICO 4. Principais razões para o grupo escolher o Brasil
(número de vezes em que o motivo foi mencionado pelos grupos)



Fonte: DTM Nacional – Grupos

Por outro lado, em relação ao movimento dos grupos de volta à Venezuela depois da primeira vez que entraram no Brasil, dentro do universo dos 91 grupos consultados, 26 (29%) declararam já ter retornado ao seu país de origem novamente. Desses que voltaram, 17 (65%) retornaram apenas uma vez e o motivo mais mencionado (65%) para a volta foi levar comida, medicamentos e roupas para parentes na Venezuela. Adicionalmente, foram mencionadas as dificuldades de pagar aluguel no Brasil (1 grupo), a continuidade dos estudos de crianças e adolescentes na Venezuela (1 grupo), o falecimento de parentes (1 grupo) e a busca de matéria-prima para artesanato (1 grupo).

GRÁFICO 5. Principais razões para o grupo voltar à Venezuela (%)

Fonte: DTM Nacional – Grupos

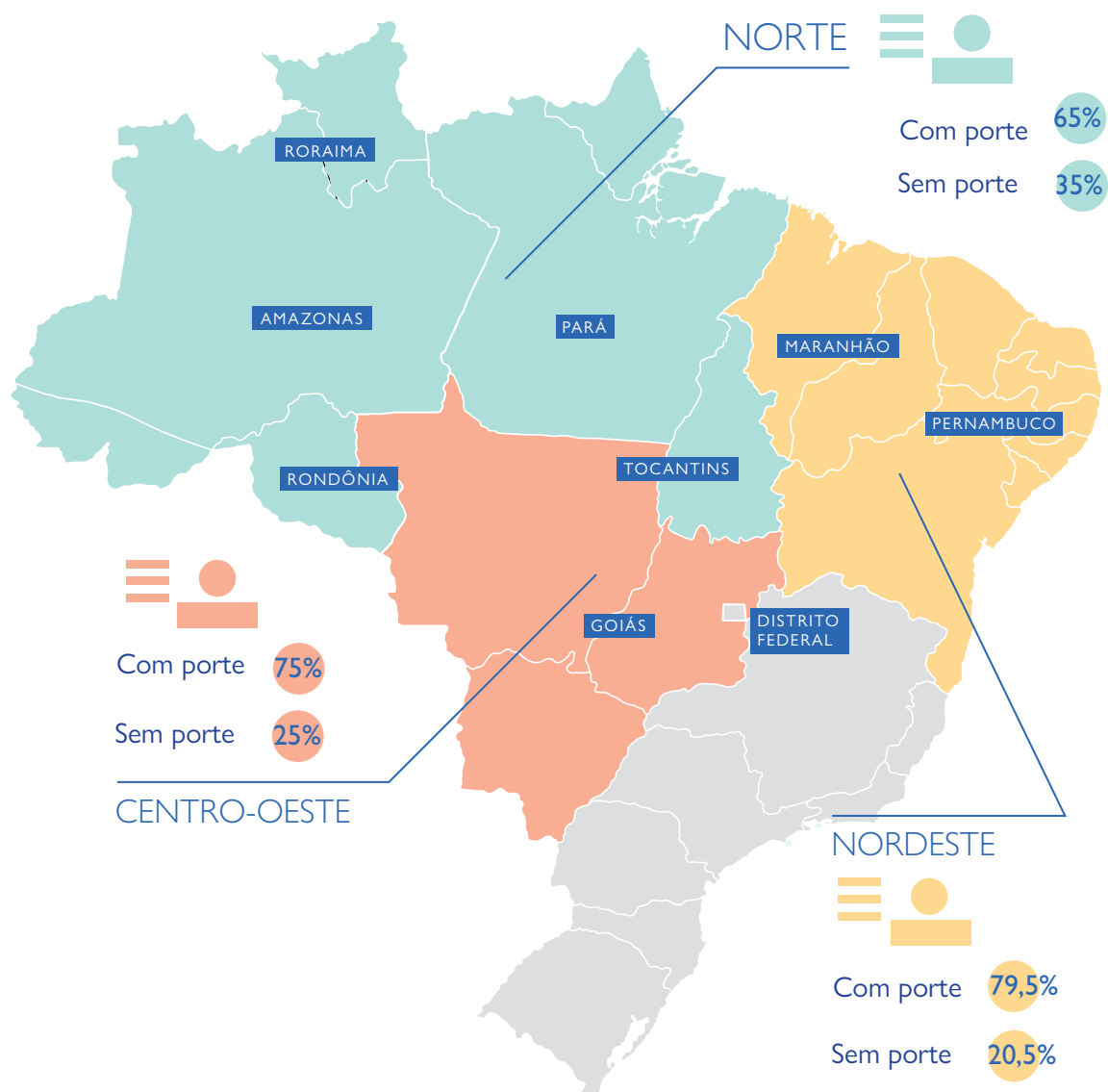
4.3 Documentação

A maior parte da população entrevistada tem porte de documento venezuelano (75%)²⁷. Entre os que possuem documentação, as mais citadas são a cédula de identidade (68%), o registro de nascimento (43%) e o Carnet de la Patria²⁸ (8%). No entanto, 92% das pessoas consultadas estão com alguma documentação venezuelana vencida – 14,5% delas estão com a cédula venezuelana nessa situação.

27. As porcentagens para cada documentação foram elaboradas por tipo de documento em relação ao total de pessoas. Já que cada pessoa poderia indicar o porte de um ou mais documentos, cada tipo foi considerado um universo próprio a calcular.

28. O Carnet de la Patria é um documento de identidade criado em 2016 pelo governo venezuelano com o objetivo de registrar o perfil socioeconômico da população, assim como facilitar o acesso a uma série de programas sociais governamentais. Possui um QR Code único e dá acesso, além de programas sociais, a subsídios dos mais diversos, desde alimentos a gasolina.

FIGURA 2. Porte de documentos venezuelanos por região (%)



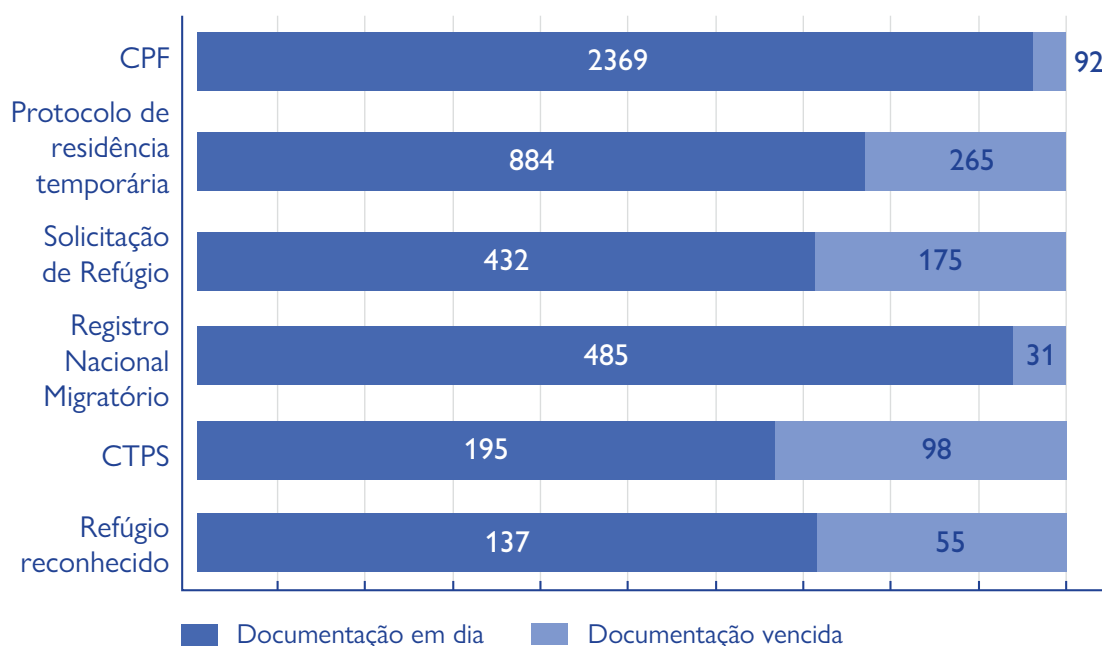
Fonte: DTM Nacional – Pessoas

No universo da pesquisa, 2.887 (87%) de um total de 3.319 pessoas portam alguma documentação brasileira²⁹. Entre essas pessoas que portam alguma documentação, o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) é a mais citada (74%), seguido pelo Protocolo de Residência Temporária (35%) e pela Solicitação de Refúgio (18%). Em termos regionais, no Norte é onde se observa a menor proporção de pessoas que afirma possuir alguma documentação brasileira (85%). No Centro-Oeste, ao contrário, todas as pessoas participantes da pesquisa afirmaram ter algum documento brasileiro e, no Nordeste, 99% delas.

29. As porcentagens para cada documentação foram elaboradas por tipo de documento em relação ao total de pessoas. Já que cada pessoa poderia indicar o porte de um ou mais documentos, cada tipo foi considerado um universo próprio a calcular.

Quanto à situação da documentação migratória, das 192 pessoas (6% do total de pessoas) com o refúgio reconhecido³⁰, 55 (29%) afirmaram estar com essa documentação vencida. No caso das 607 pessoas (18% do total de pessoas) com Solicitação de Refúgio, 175 (29%) indicaram estar com essa documentação vencida. O porte do Protocolo de Residência Temporária foi mencionado por 1.149 pessoas (35% do total), sendo que 265 delas afirmaram que essa documentação estava vencida (23%).

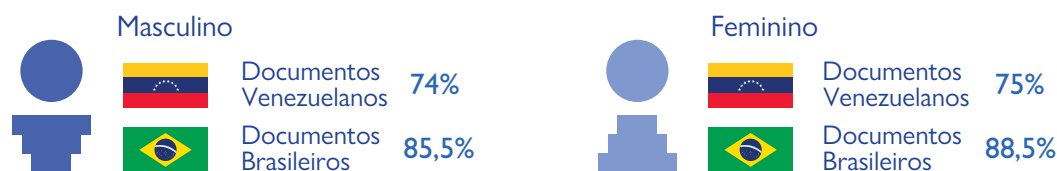
GRÁFICO 6. Número de pessoas por situação da documentação brasileira (n.º)



Fonte: DTM Nacional – Pessoas

Observou-se pequena diferença com relação ao sexo das pessoas portadoras de documentação, sejam elas venezuelanas ou brasileiras. Em ambos os casos, as pessoas do sexo feminino são proporcionalmente mais documentadas que as do sexo masculino.

FIGURA 3. Porte de documentos por sexo (%)

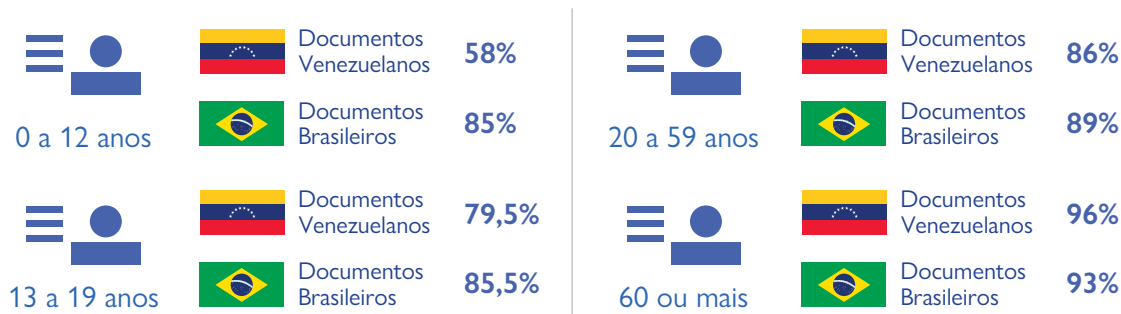


Fonte: DTM Nacional – Pessoas

30. No âmbito deste DTM, não foram explorados os motivos que levam uma parcela desse grupo a estar com documentos vencidos, o que requer explorações posteriores, o que evidencia a pertinência/necessidade de ações de assistência e apoio à regularização documental.

Quanto mais jovens as pessoas, menor a proporção de porte de documentação venezuelana. Chama atenção o fato de que 58% das crianças de 0 a 12 anos não têm documentação venezuelana. Há que levar em conta, entre outros aspectos, o nascimento de crianças já no território brasileiro. A proporção das pessoas que portam documentação venezuelana também cresce ligeiramente quanto mais avançada a idade, mas essa mesma diferença entre as faixas etárias é menor em relação à brasileira.

FIGURA 4. Porte de documentos por idade (%)

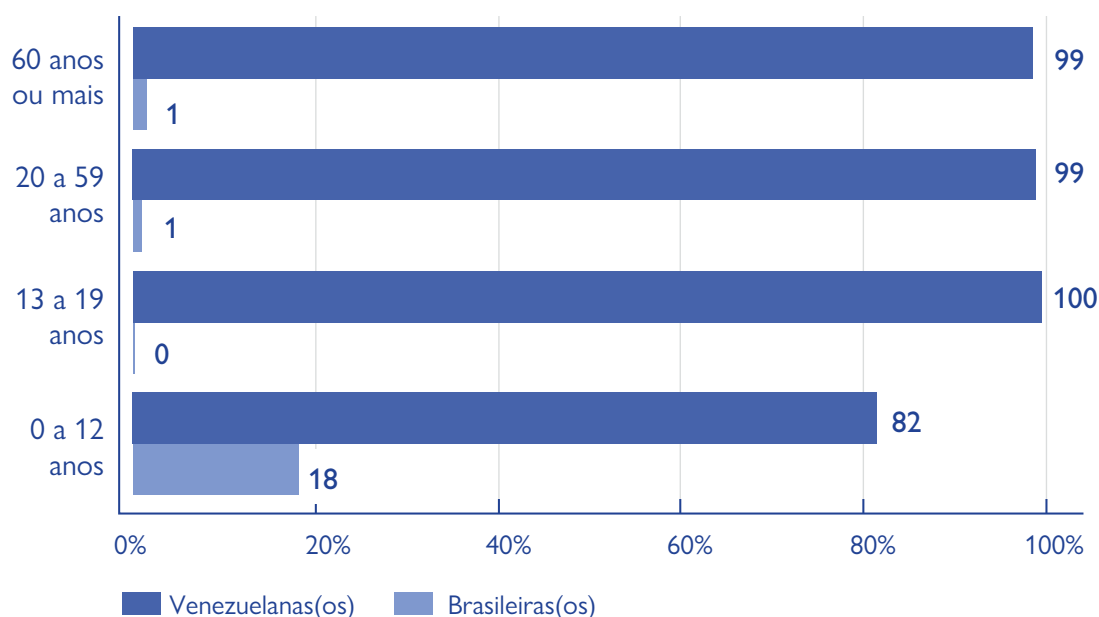


Fonte: DTM Nacional – Pessoas

4.4 Nacionalidade

A maioria (92%) das pessoas indígenas refugiadas e migrantes entrevistadas declarou ter nacionalidade venezuelana³¹. Destaca-se, no entanto, o fato de que 18% da população na faixa de 0 a 12 anos tem nacionalidade brasileira. Por outro lado, nota-se também a existência de pessoas adultas (20 a 59 anos) e idosas (60 anos ou mais) que declaram ter nacionalidade brasileira, mesmo que em menor proporção.

GRÁFICO 7. Nacionalidade por faixa etária (%)



Fonte: DTM Nacional – Pessoas

31. Pessoas brasileiras foram entrevistadas apenas quando faziam parte de famílias que tinham pessoas indígenas refugiadas e migrantes venezuelanas em sua composição.

4.5 Cidades de origem, trajeto e local de moradia atual

Ao serem perguntados sobre a origem³² em relação à Venezuela, a maioria dos grupos mencionou que havia membros originários dos municípios³³ de Tucupita (citado por 36% dos grupos), Antonio Díaz (32%) e Maturín (20%). Destaca-se que em todos os grupos as menções se concentram em comunidades, *parroquias*, municípios e cidades localizadas em três estados venezuelanos: Delta Amacuro, Monagas e Bolívar.

Os municípios de Tucupita, Antonio Díaz e Maturín são também os mais citados nos trajetos realizados dentro da Venezuela. Fazem parte desses percursos, ainda, comunidades como a de Araguasibi (12%), em Antonio Díaz, e de San Félix (11%), no município de Ciudad Guayana, assim como as cidades de Santa Elena de Uairén (11%) e Barranquilla (8%), nos municípios de Gran Sabana e Antonio Días, respectivamente.

32. A lista das comunidades, parroquias, cidades e estados de origem foi revisada com a liderança indígena Warao, Alida Gomez, que também participou da coleta de dados em Roraima. A lista completa se encontra no Anexo 5.

33. Enquanto no Brasil as divisões de primeiro, segundo e terceiro nível são respectivamente estados, municípios e distritos, na Venezuela, no primeiro nível estão os estados, no segundo, os municípios e, no terceiro, as paróquias (parroquias no espanhol). Além disso, ao contrário do que acontece no Brasil, municípios e cidades não são tomados como sinônimos. Os municípios compreendem uma divisão territorial específica e as cidades são as áreas urbanizadas e referência de origem. Um exemplo disso é a cidade de Caracas, capital do país, que se localiza no município de Libertador. No estudo de populações rurais e indígenas, como é o caso deste DTM, as comunidades também são uma divisão territorial e populacional de referência. Nesse caso, elas seriam análogas a uma divisão de quarto nível.

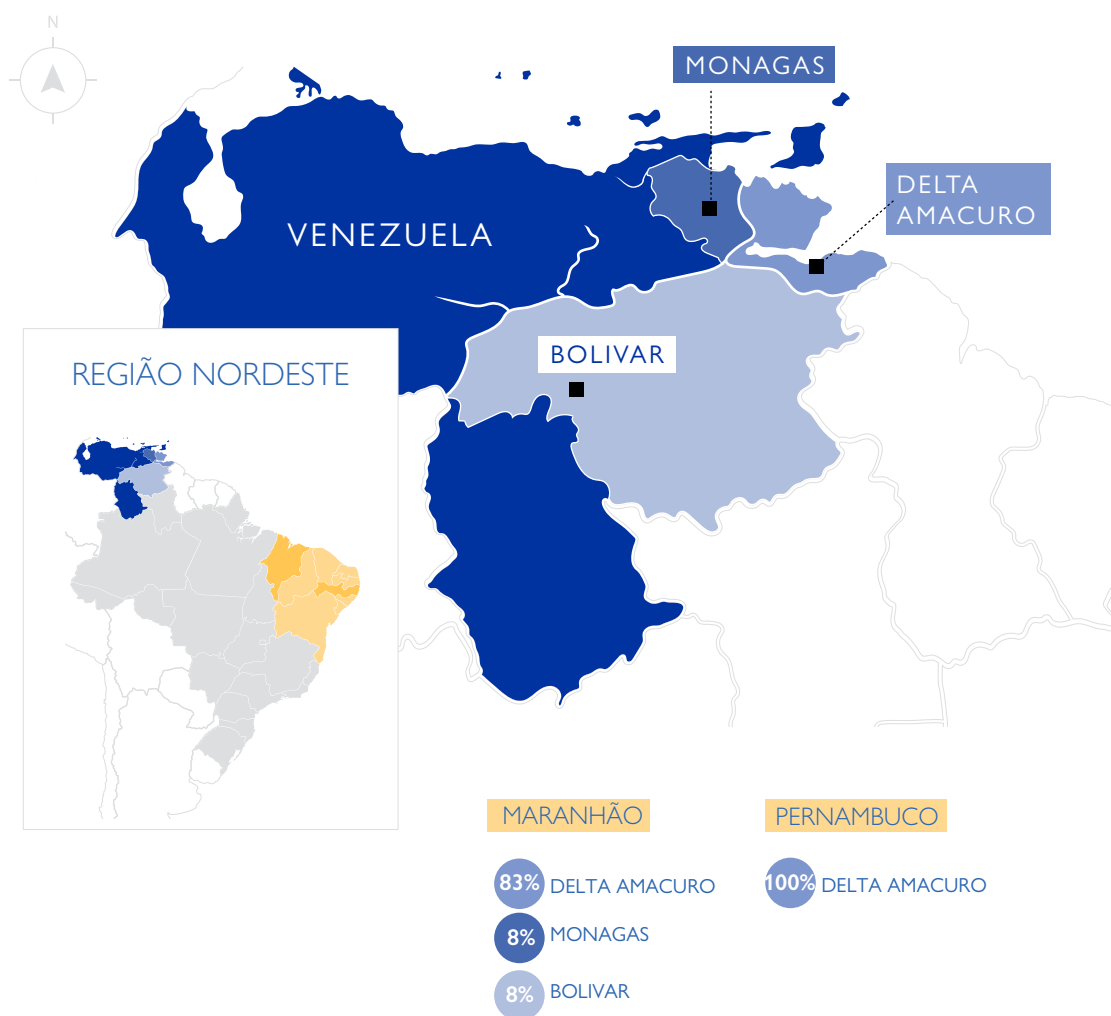
MAPA 1. Cidade de origem dos grupos de pessoas indígenas refugiadas e migrantes venezuelanas por estado onde vivem atualmente³⁴



Fonte: DTM Nacional – Grupos

34. As porcentagens do mapa para estado foram elaboradas por região de origem em relação ao total de indicações que os grupos fizeram. Já que cada grupo poderia indicar uma ou mais de uma origem, cada estado foi considerado um universo próprio a calcular.

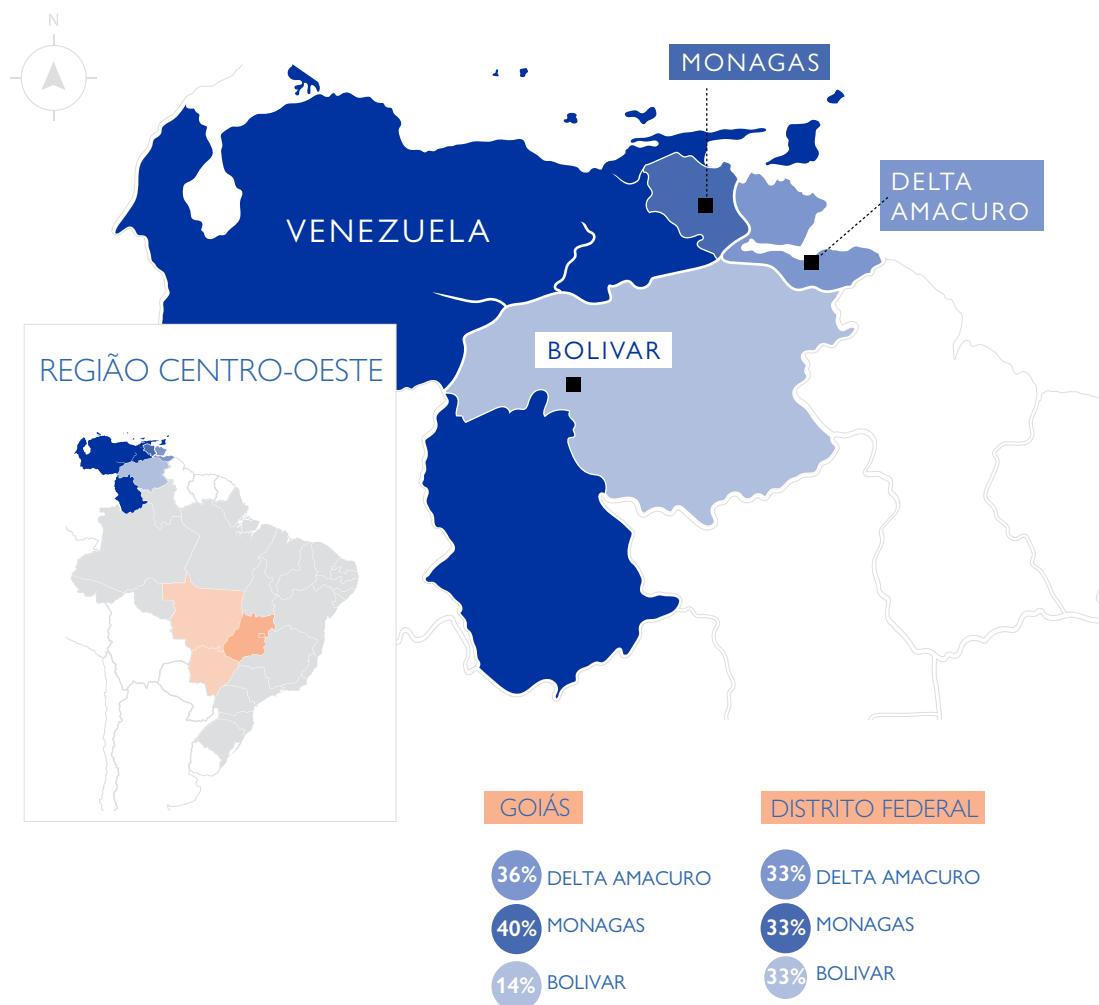
MAPA 2. Cidade de origem dos grupos de pessoas indígenas refugiadas e migrantes venezuelanas por estado onde vivem atualmente³⁵



Fonte: DTM Nacional – Grupos

35. As porcentagens do mapa para estado foram elaboradas por região de origem em relação ao total de indicações que os grupos fizeram. Já que cada grupo poderia indicar uma ou mais de uma origem, cada estado foi considerado um universo próprio a calcular.

MAPA 3. Cidade de origem dos grupos de pessoas indígenas refugiadas e migrantes venezuelanas por estado onde vivem atualmente³⁶

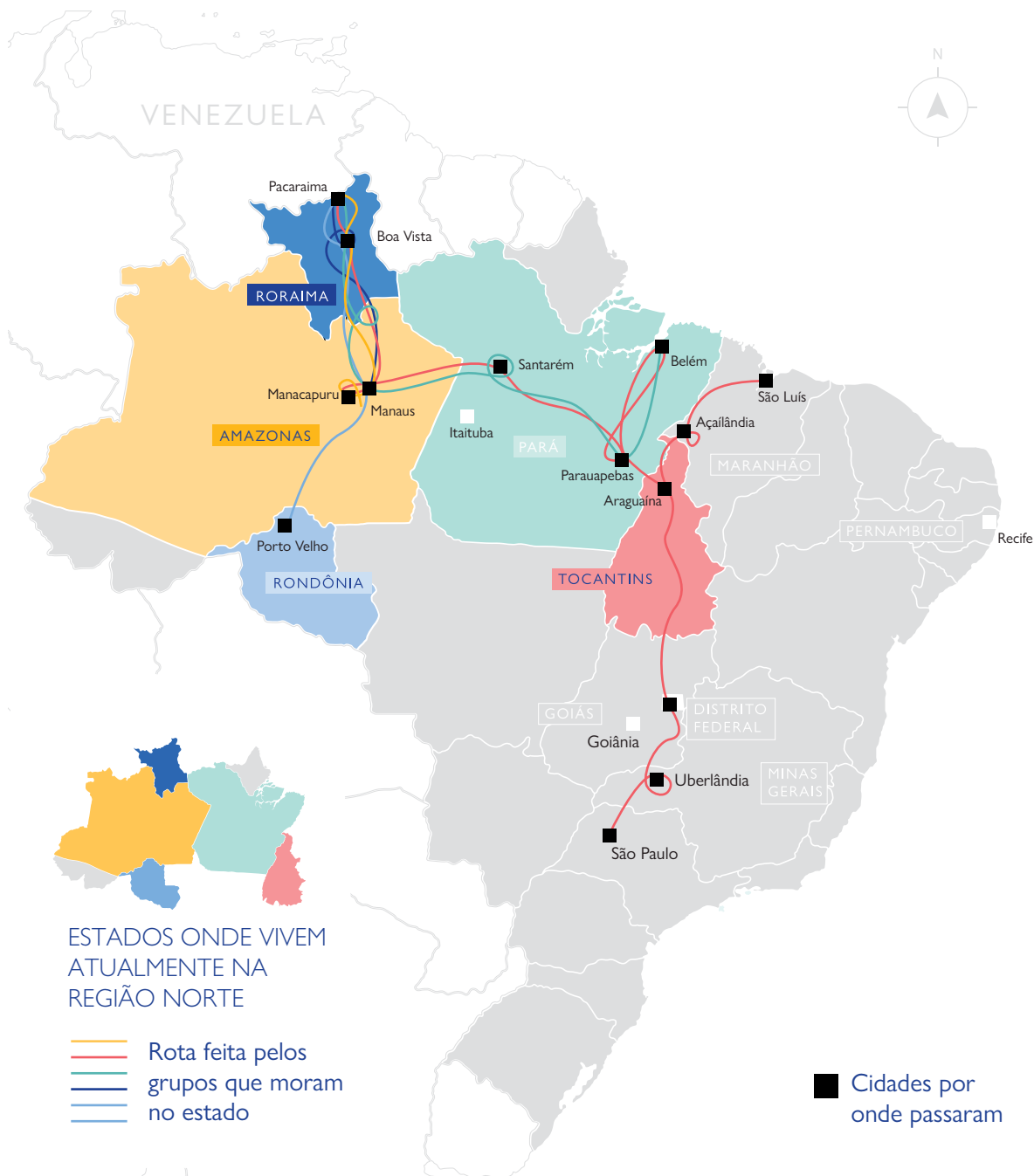


Fonte: DTM Nacional – Grupos

Nos 3 mapas anteriores, é possível ver o perfil das origens dos indígenas por cada estado venezuelano e em cada estado no Brasil. Mais detalhes sobre estas informações de origem, podem ser achadas no anexo 5, a respeito das comunidades indígenas e os municípios em cada estado venezuelano. Nos próximos mapas e por região brasileira, além da origem com um dado importante para apontar possíveis relações entre a mobilidade e as origens, podem ser encontradas as cidades brasileiras pelas quais os grupos indicaram ter passado antes de chegar na cidade de residência no momento da coleta de dados. Dado este que pode colaborar para a compreensão de possíveis rotas entre estados e municípios realizados pelos diversos grupos, em especial da Etnia Warao fora da região Norte.

36. As percentagens do mapa para estado foram elaboradas por região de origem em relação ao total de indicações que os grupos fizeram. Já que cada grupo poderia indicar uma ou mais de uma origem, cada estado foi considerado um universo próprio a calcular.

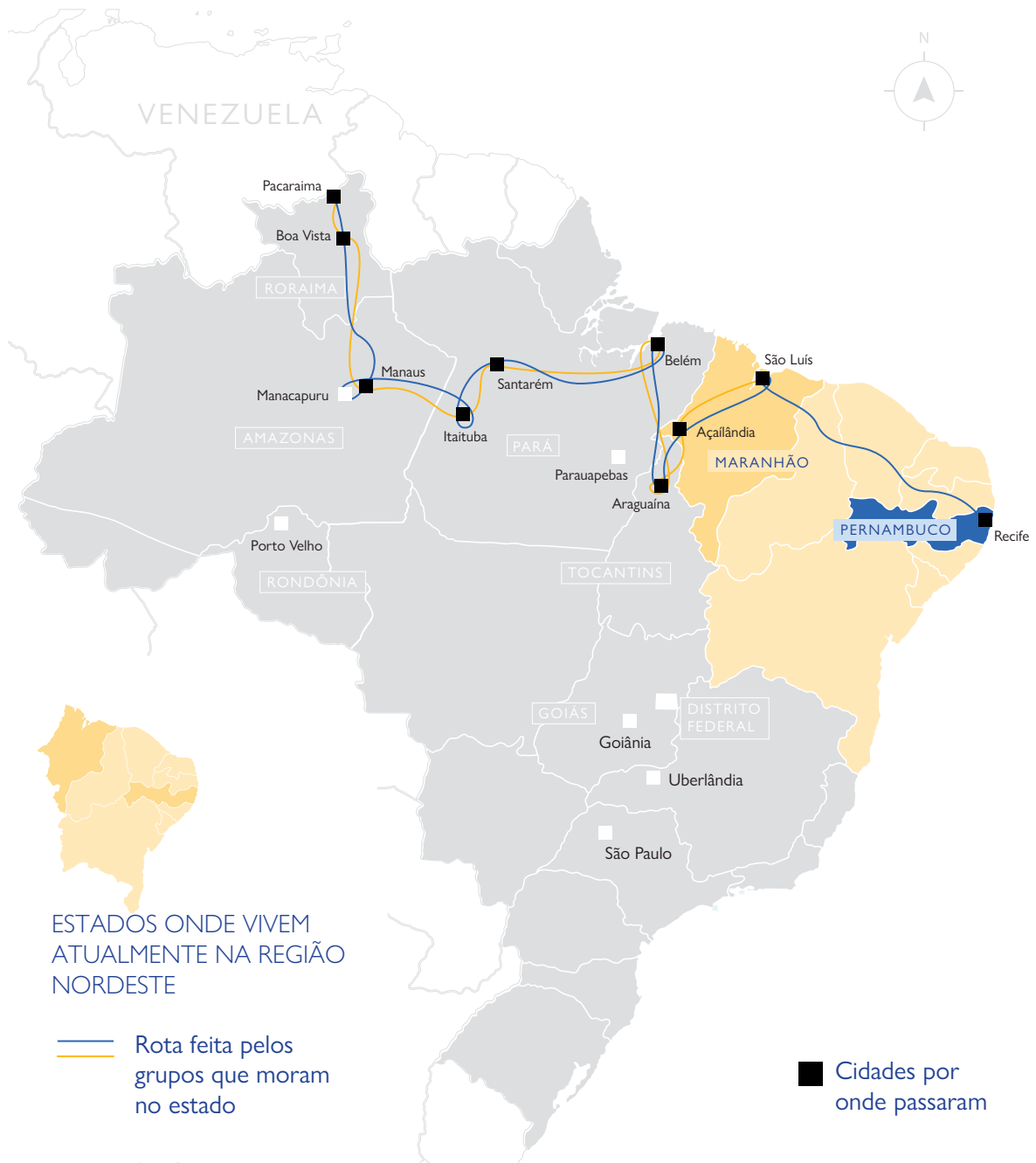
MAPA 4. Cidades brasileiras por onde passaram os grupos antes de chegar ao local onde vivem atualmente³⁷



Fonte: DTM Nacional – Grupos
 *No momento da realização da pesquisa

37. Os números no mapa foram definidos por cidade por onde os grupos passaram, com base no total de indicações que os grupos fizeram dentro do mesmo estado. Já que cada grupo poderia indicar uma ou mais cidades por onde passaram até chegar à cidade onde estavam no momento da consulta, foi possível traçar algumas rotas descritas no mapa.

MAPA 5. Cidades brasileiras por onde passaram os grupos antes de chegar ao local onde vivem atualmente³⁸

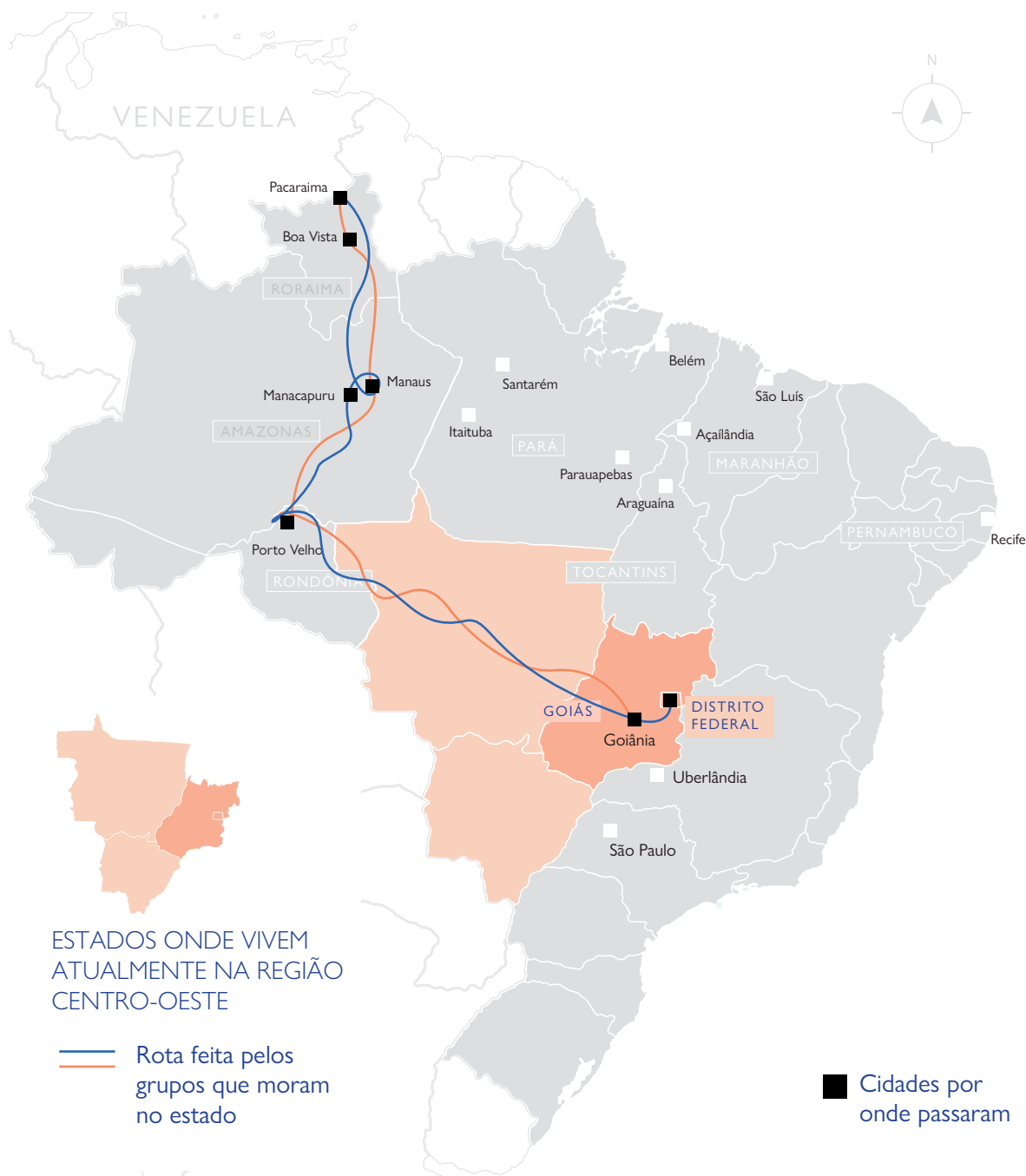


Fonte: DTM Nacional – Grupos

*No momento da realização da pesquisa

38. Os números no mapa foram definidos por cidade por onde os grupos passaram, com base no total de indicações que os grupos fizeram dentro do mesmo estado. Já que cada grupo poderia indicar uma ou mais cidades por onde passaram até chegar à cidade onde estavam no momento da consulta, foi possível traçar algumas rotas descritas no mapa.

MAPA 6. Cidades brasileiras por onde passaram os grupos antes de chegar ao local onde vivem atualmente³⁹



Fonte: DTM Nacional – Grupos

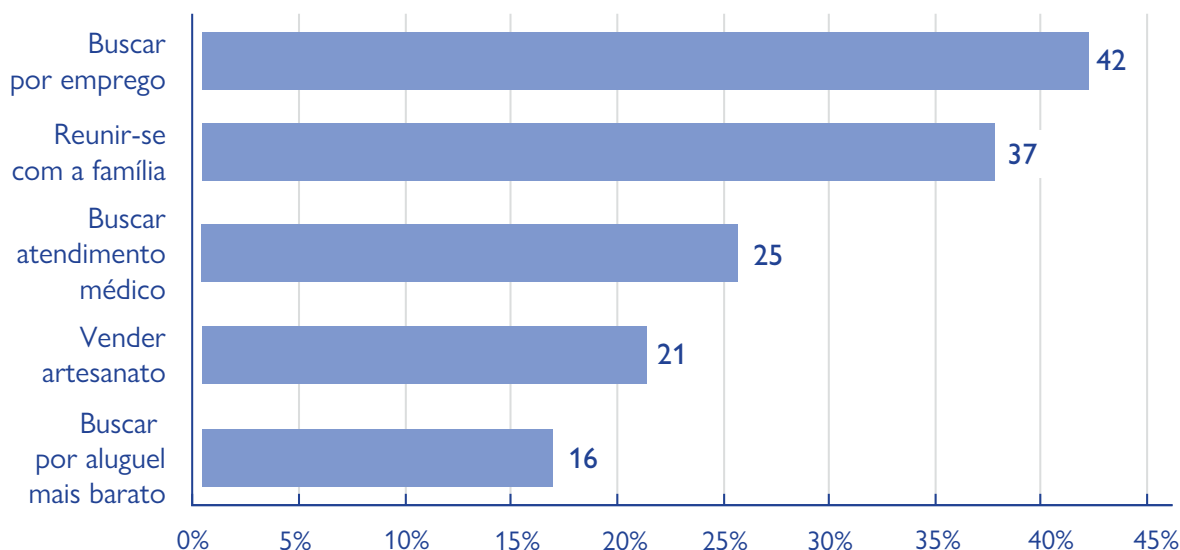
*No momento da realização da pesquisa

39. Os números no mapa foram definidos por cidade por onde os grupos passaram, com base no total de indicações que os grupos fizeram dentro do mesmo estado. Já que cada grupo poderia indicar uma ou mais cidades por onde passaram até chegar à cidade onde estavam no momento da consulta, foi possível traçar algumas rotas descritas no mapa.

4.6 Motivos para migrar dentro do Brasil e tempo de estadia na cidade atual

Os principais motivos mencionados pelos grupos para a migração de uma cidade a outra foram buscar trabalho (42%), reunir-se com parentes (37%) e buscar atendimento médico⁴⁰ (25%).

GRÁFICO 8. Motivos para o grupo migrar para a cidade onde reside atualmente (%)



Fonte: DTM Nacional – Grupos

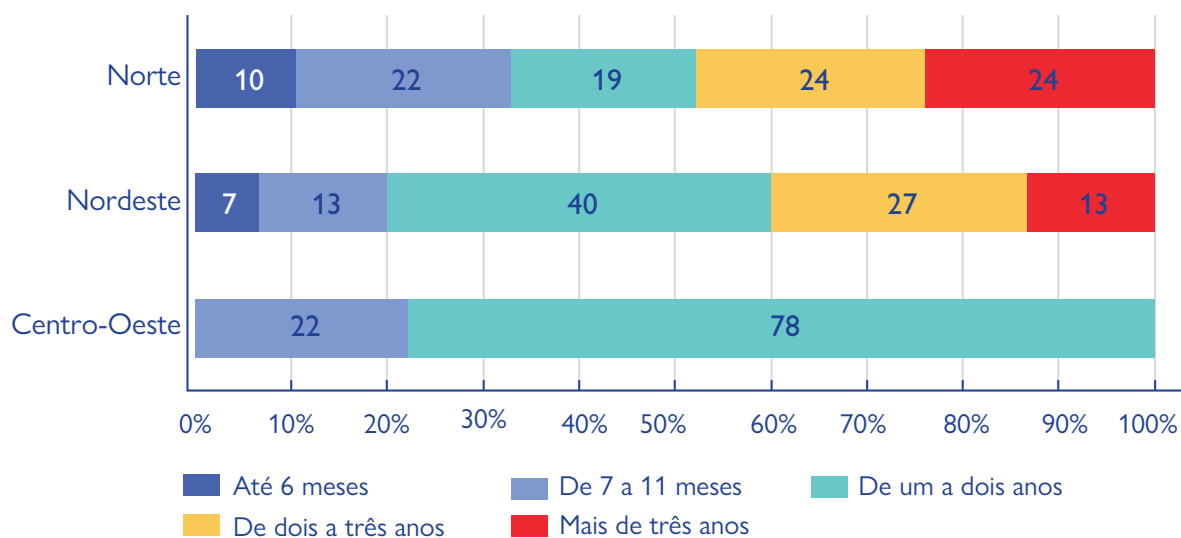
Quanto ao tempo de estadia do grupo na cidade onde mora atualmente, as respostas foram classificadas nas seguintes faixas de tempo: até seis meses, de sete a onze meses, de um a dois anos, de dois a três anos e mais de três anos.

O tempo de estadia varia consideravelmente de acordo com a região, embora em todos os casos a maior parte dos grupos se encontre há pelo menos um ano no local onde vive atualmente. No Norte e no Nordeste, há uma maior variação no tempo de estadia dos grupos e, no Centro-Oeste, todos os grupos estão instalados na cidade há pelo menos sete meses, sendo que 78% vivem nessas localidades há um período de um a dois anos.

40. No capítulo 10, será abordada com mais detalhes a preferência pela saúde indígena em relação aos serviços de saúde convencionais, como primeira opção procurada pela maioria dos indígenas. Então, cabe explicar que a resposta por “buscar atendimento médico” pode abranger os dois tipos de saúde, pois a pesquisa não fez essa distinção no questionário. Por exemplo, a literatura sobre os Warao indica que esse motivo de migração interna no Brasil pode estar relacionado aos itinerários terapêuticos.

CAMPOS, Mariana do A.; DIAS, Vivian Valério; BROWN, Cristóbal E. A. Migração, religião e saúde intercultural: Itinerários terapêuticos dos Warao no Brasil e Venezuela. *Espaços*, v. 27, n. 2, p. 241-251, 2019. Disponível em: <https://espacos.itespteologia.com.br/espacos/article/view/701/589>. Acesso em: data.

GRÁFICO 9. Tempo de estadia dos grupos na cidade em que moram atualmente e região (%)



Fonte: DTM Nacional – Grupos



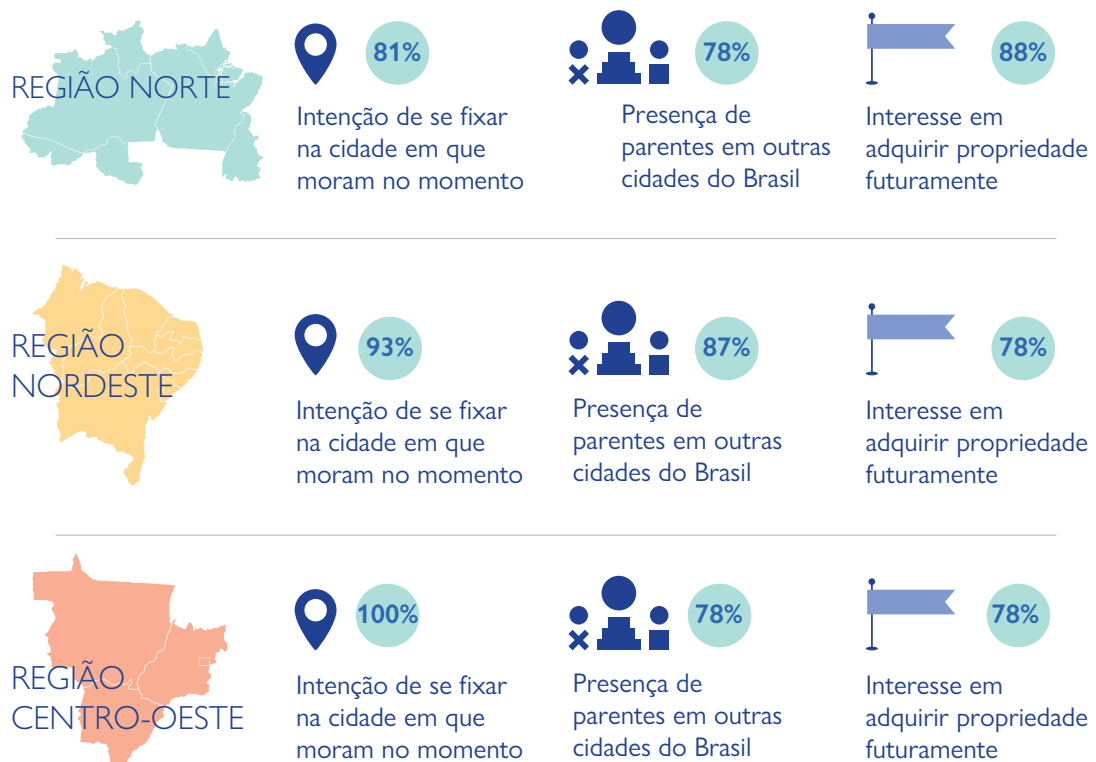
5. MORADIA

Neste e nos próximos capítulos, abordaremos alguns aspectos das condições de vida e acesso a políticas públicas no Brasil de pessoas indígenas refugiadas e migrantes que participaram da pesquisa. Serão apresentadas informações sobre as condições de moradia de grupos e famílias, assim como o acesso às políticas de moradia e outros subsídios públicos voltados para essa questão.

5.1 Interesse em se fixar na cidade atual e adquirir imóvel e presença de parentes em outras cidades brasileiras

Na pesquisa, 85% dos grupos afirmaram que pretendem se fixar na cidade onde se encontram atualmente, principalmente aqueles que migraram para as regiões Centro-Oeste (100%) e Nordeste (93%). Além disso, 87% deles disseram ter interesse em adquirir propriedade (imóvel) no futuro, sendo essa proporção maior no Norte (88%) e menor no Centro-Oeste (78%).

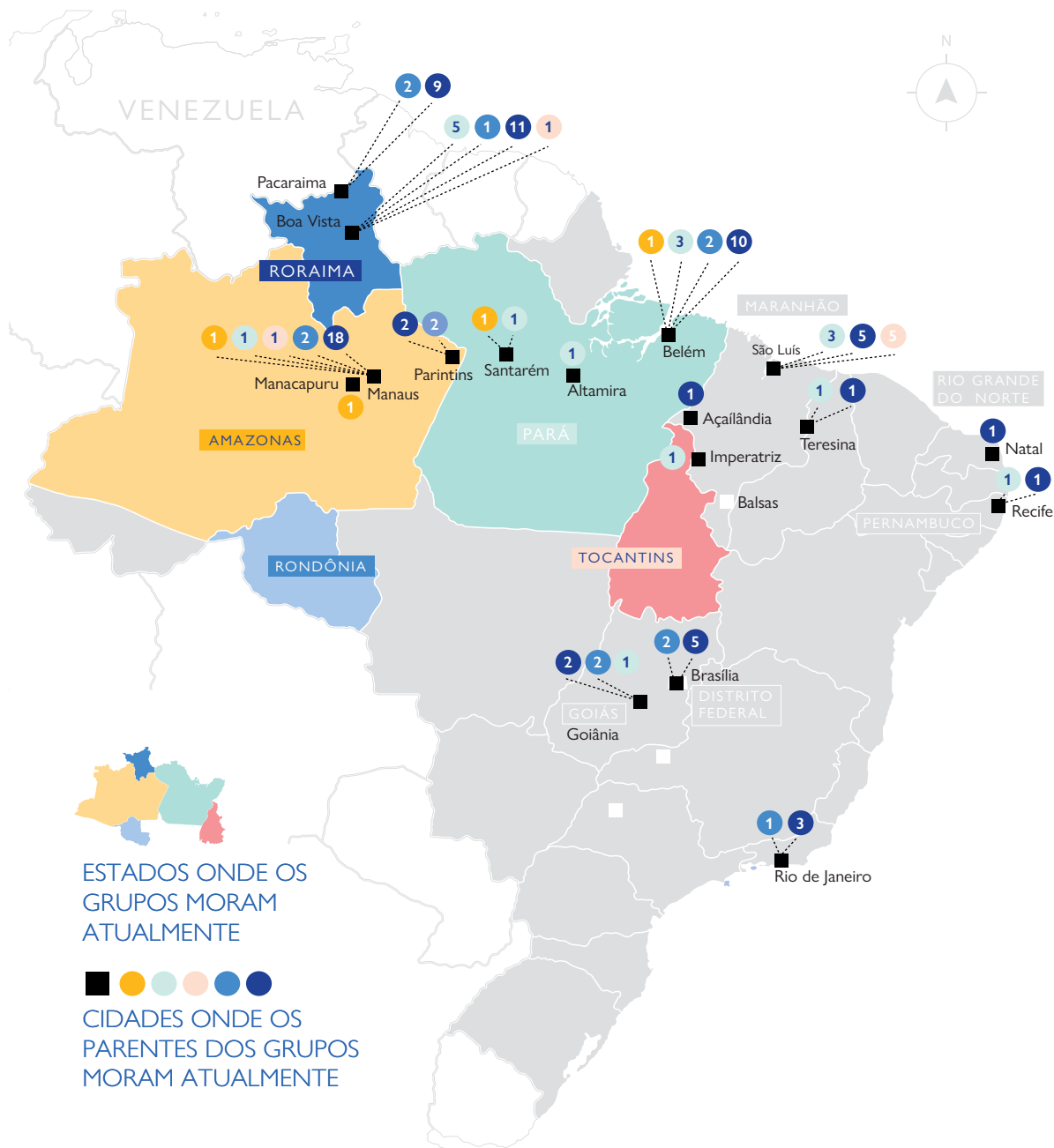
FIGURA 3. Grupos que pretendem se fixar na cidade onde moram atualmente, com parentes em outras cidades do Brasil e interesse em adquirir imóvel, por região (%)



Fonte: DTM Nacional – Grupos

Dos grupos, 79% afirmaram que têm parentes vivendo em outras cidades do Brasil. No Nordeste está a maior a proporção de grupos que têm parentes vivendo em outras cidades (87%). A maioria desses parentes se encontram em Manaus (36% dos grupos), Belém (27%), Boa Vista (25%), Pacaraima (19%) e São Luís (15%).

MAPA 7. Cidades onde os grupos vivem atualmente e onde têm parentes⁴¹



Fonte: DTM Nacional – Grupos

*No momento da realização da pesquisa

41. Os números no mapa foram definidos por cidade onde se encontram os parentes, com base no total de indicações feitas dentro do mesmo estado. Cada grupo poderia indicar uma ou mais cidades onde seus parentes estavam no momento da consulta.

MAPA 8. Cidades onde os grupos vivem atualmente e onde têm parentes⁴²

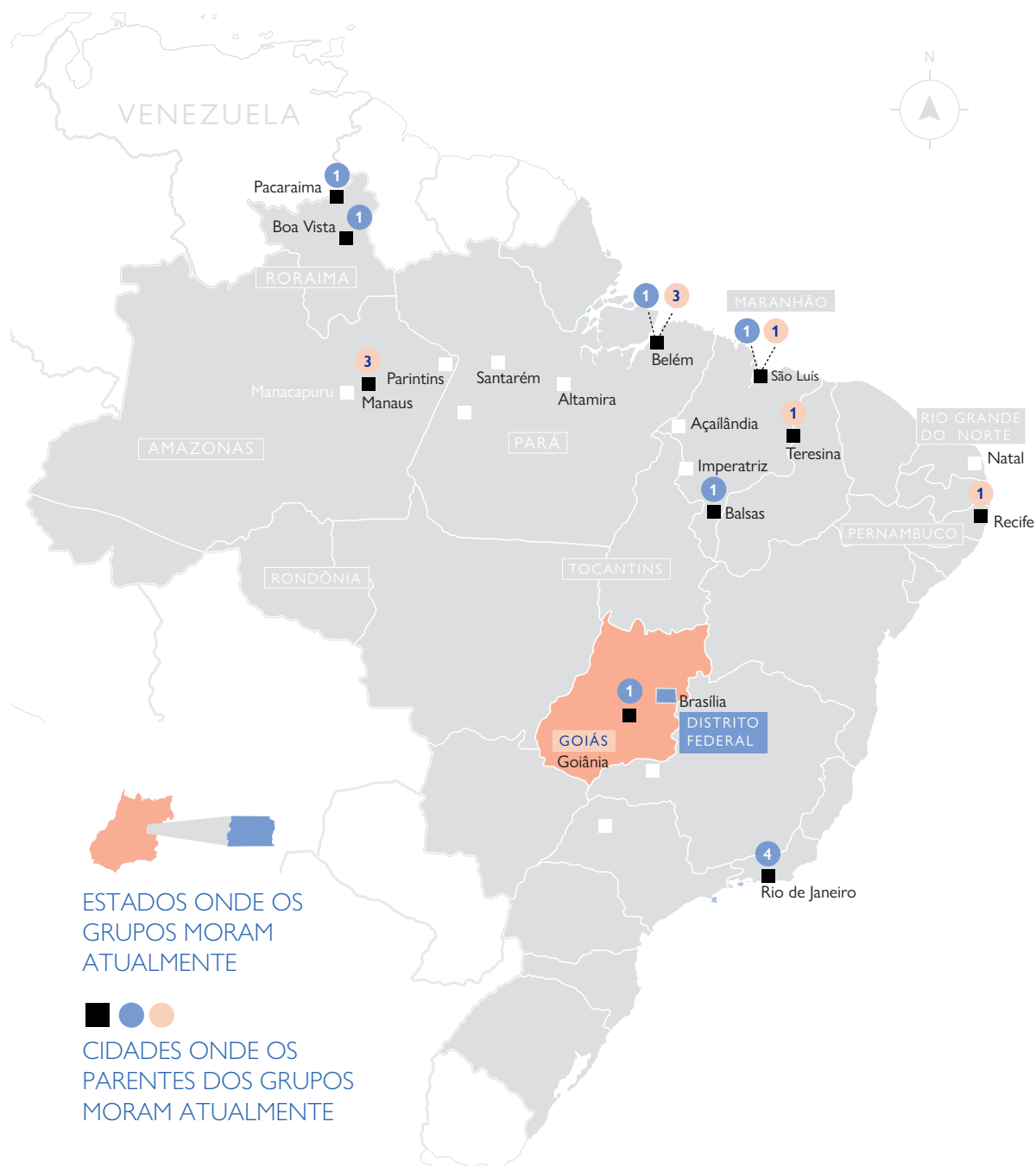


Fonte: DTM Nacional – Grupos

*No momento da realização da pesquisa

42. Os números no mapa foram definidos por cidade onde se encontram os parentes, com base no total de indicações feitas dentro do mesmo estado. Cada grupo poderia indicar uma ou mais cidades onde seus parentes estavam no momento da consulta.

MAPA 9. Cidades onde os grupos vivem atualmente e onde têm parentes⁴³

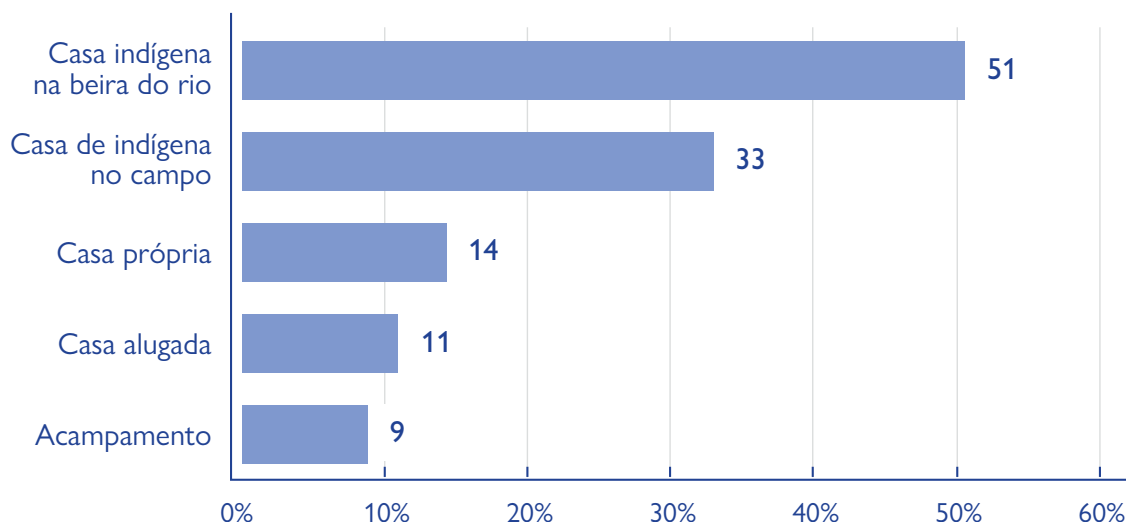


43. Os números no mapa foram definidos por cidade onde se encontram os parentes, com base no total de indicações feitas dentro do mesmo estado. Cada grupo poderia indicar uma ou mais cidades onde seus parentes estavam no momento da consulta.

5.2 Condições de moradia

Entre os tipos de moradia que os grupos habitaram na Venezuela, a mais frequentemente mencionada foram as casas indígenas na beira do rio (50,5%) e no campo (33%). Outros tipos de moradia indicados foram as ocupações espontâneas (5,5%) e os abrigos (2%), as casas cedidas pelo governo venezuelano (2%) e as casas de madeira e barracos (2%).

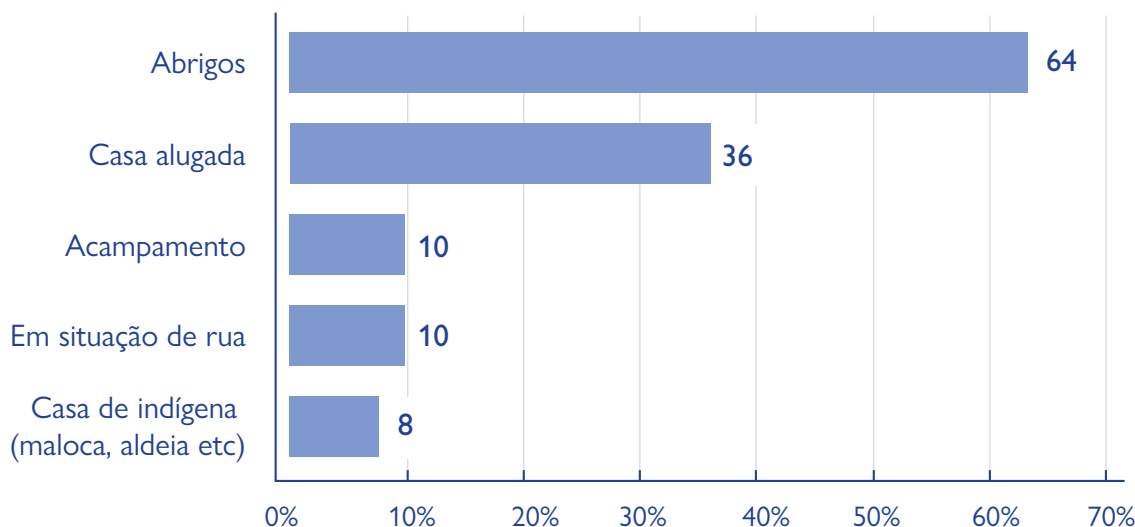
GRÁFICO 10. Tipos de moradia em que os grupos viveram na Venezuela (%)



Fonte: DTM Nacional – Grupos

Nas cidades brasileiras por onde já passaram, entre os diversos tipos de moradia apontados pelos grupos, os abrigos foram o principal tipo de moradia para a maior parte (indicado por 64% dos 91 grupos), seguido de casas alugadas (36% dos 91 grupos), situação de rua (10% dos 91 grupos) e acampamentos (10% dos 91 grupos).

GRÁFICO 11. Tipos de moradia que os grupos habitaram em outras cidades brasileiras (%)



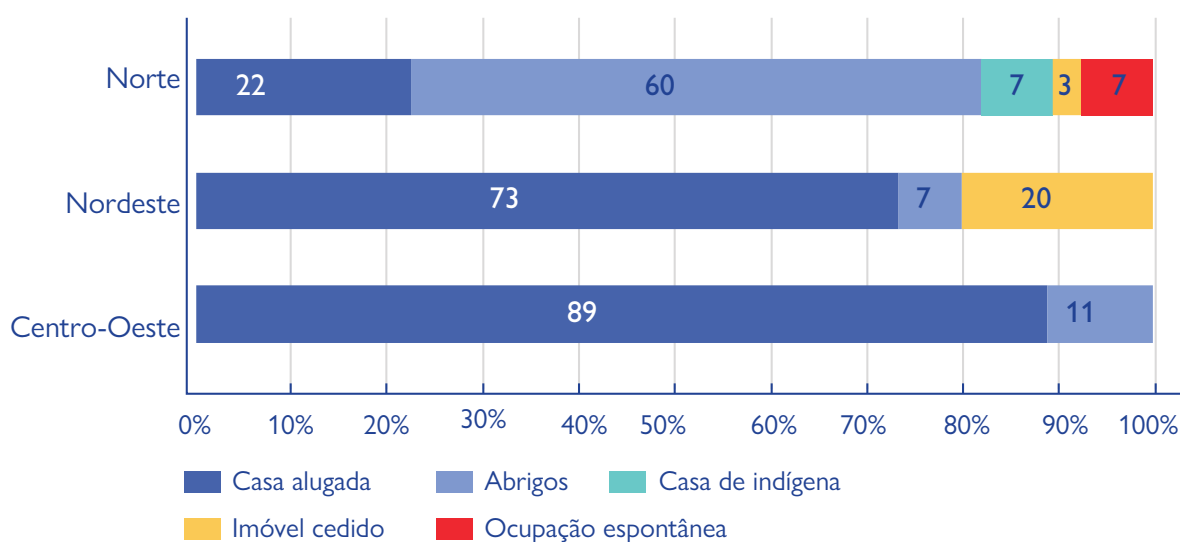
Fonte: DTM Nacional – Grupos

Com relação ao tipo de moradia atual, 46% dos grupos afirmaram viver em abrigos e 37% em casas alugadas. Outra parte afirmou viver em casa de indígena (5%), móvel cedido (5%) ou ocupação espontânea (5%).

No Norte, a diversidade de tipos de moradia mencionadas foi a maior. Os abrigos são os mais comuns, apontados por 60% dos grupos. Ao contrário do que se vê em outras regiões, alguns grupos afirmaram morar em ocupações espontâneas (7%) e casas de indígenas (7%). No primeiro caso, áreas públicas ou privadas são ocupadas, por iniciativa individual ou coletiva, para o estabelecimento de formas de moradia provisória, como loteamentos ou prédios que muitas vezes se encontram ociosos. Os grupos que afirmaram residir nesse tipo de moradia estavam nas cidades de Belém (PA) e Pacaraima (RR). No segundo caso, as casas de indígena, trata-se de moradia que segue estilos arquitetônicos e organização próprios da cultura e dos costumes tradicionais de cada etnia ou comunidade indígena. Os grupos mapeados na pesquisa vivendo nessa condição de moradia estavam em Pacaraima (RR) e Parauapebas (PA).

Já no Nordeste, 73% dos grupos vivem em casas alugadas. Além disso, 20% informaram que viviam em casas cedidas⁴⁴. No Centro-Oeste também sobressaem as moradias alugadas, onde vivem 89% dos grupos da região.

GRÁFICO 12. Tipos de moradia em que os grupos vivem atualmente (%)



Fonte: DTM Nacional – Grupos

44. Em um dos casos, não foram identificados os termos da cessão e quem o fez; no outro, mencionou-se que o imóvel teria sido cedido por uma organização da sociedade civil.



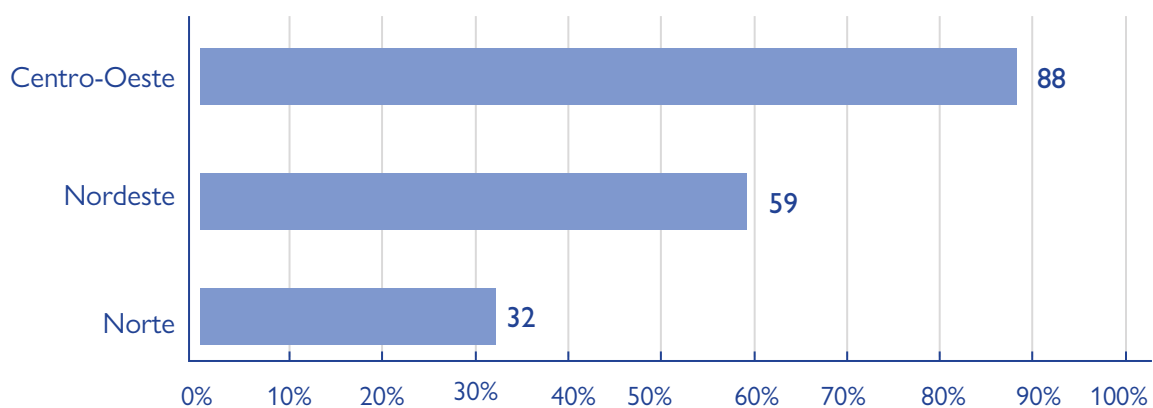
6. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em relação à política de assistência social, este relatório traz informações sobre o acesso ao Cadastro Único (CadÚnico)⁴⁵, aos benefícios sociais e aos serviços e unidades do SUAS⁴⁶. O CadÚnico é um instrumento que favorece o acesso de pessoas indígenas refugiadas e migrantes a diversos serviços e benefícios socioassistenciais e a outras políticas públicas brasileiras. A assistência social é um dos pilares da seguridade social brasileira e tem um importante papel na garantia de renda, autonomia e acolhimento da população em situação de vulnerabilidade social no país.

6.1 Acesso ao Cadastro Único

No universo de famílias da pesquisa, 36% afirmaram estar cadastradas no CadÚnico. Já em termos regionais, enquanto no Centro-Oeste 88% das famílias estão inseridas nesse cadastro, no Norte essa proporção é de 32%. No entanto, em números absolutos o Centro-Oeste conta com a menor quantidade de famílias (6, isto é, 1% do total de famílias) e o Norte, com a maior (505, equivalentes a 61% do total). Isso pode explicar as grandes diferenças percentuais de inserção no CadÚnico.

GRÁFICO 13. Famílias cadastradas no CadÚnico (%)



Fonte: DTM Nacional – Famílias

6.2 Acesso a benefícios

Entre as famílias participantes do levantamento, 42% têm acesso a benefícios do governo brasileiro. Os benefícios sociais de transferência de renda são os mais citados, com destaque para os dois principais auxílios do governo federal atualmente: Bolsa Família e Auxílio Emergencial⁴⁷.

45. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, também chamado de CadÚnico, é uma base de dados que permite identificar as famílias de baixa renda no país com a finalidade de incluí-las em serviços, benefícios e projetos, entre eles o Bolsa Família.

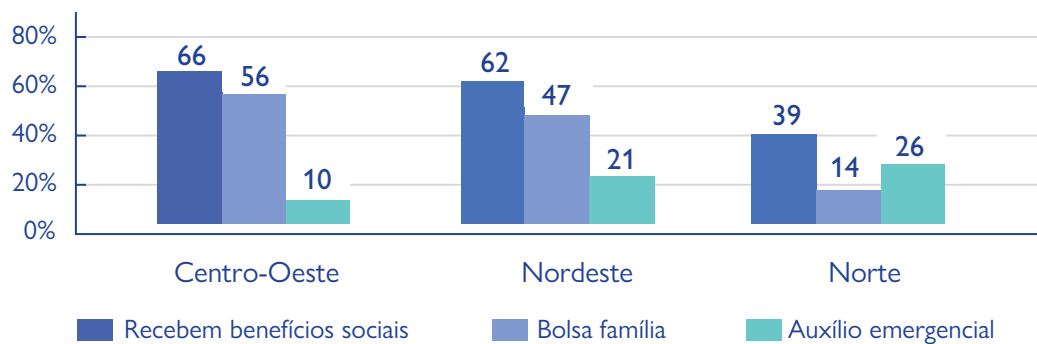
46. O SUAS é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo, isto é, municípios, estados e União, para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

47. O Programa Bolsa Família foi criado em 2003 e tem como objetivo garantir renda para pessoas em situação de pobreza. Mesmo sem previsão constitucional, tem sido renovado o compromisso governamental pela sua continuidade. A concessão do benefício se encerra apenas quando superadas as condições que levaram a ela. Já o Auxílio Emergencial se trata de uma transferência de renda de caráter temporário, que visa lidar com novas situações de vulnerabilidade surgidas ao longo da crise sanitária que se instalou em 2020. A continuidade da sua concessão está atrelada ao período de permanência da emergência sanitária e à disponibilidade de recursos a serem alocados para o benefício. Outra característica do auxílio é que o valor dos benefícios variou ao longo de sua existência (do máximo de R\$ 1.200, no início do pagamento do auxílio, até o mínimo de R\$ 150 na atual rodada de pagamentos, a depender da composição familiar do beneficiário).

Além dos apoios federais, foram mencionados dois programas de transferência de renda: uma família tinha acesso a um benefício emergencial estadual⁴⁸ e outra reportou acesso a um programa municipal⁴⁹. Também foi citado o acesso a benefícios eventuais (duas famílias receberam cestas básicas e uma recebeu máscaras).

Um aspecto que se destacou foi que apenas 14% das famílias que viviam no Norte do país durante a pesquisa tinham acesso ao Programa Bolsa Família, enquanto nas outras regiões essa proporção de famílias beneficiadas ficou em torno dos 50%. Isso pode estar relacionado com a baixa porcentagem de famílias cadastradas no CadÚnico, algo necessário para acesso a esse benefício, e com as diferenças do número total de famílias em cada região. Nota-se, no entanto, que a porcentagem de famílias que informaram receber o Auxílio Emergencial – cuja concessão não depende somente do acesso ao CadÚnico⁵⁰ – foi maior na Região Norte do que nas outras duas regiões.

GRÁFICO 14. Famílias que recebem benefícios sociais, Bolsa Família e Auxílio Emergencial (%)



Fonte: DTM Nacional – Famílias

6.3 Acesso a políticas de moradia

O acesso a iniciativas e políticas de moradia das famílias indígenas refugiadas e migrantes participantes do levantamento é baixo: apenas 41 (5%) do total de 825 famílias entrevistadas. Dessas 41 famílias, 57% informaram que recebem apoio de organizações da sociedade civil (OSCs), casos observados apenas na Região Norte. A outra parte das famílias beneficiadas (29% das 41) afirmam receber algum tipo de auxílio governamental; e 9% estão em uma casa alugada pelo poder público municipal (por meio da rede de assistência social), situação em que estão famílias da etnia Warao que vivem em Itaituba (PA).

A região com a maior proporção de pessoas com acesso a esses tipos de suporte governamental é o Nordeste, onde 12% das famílias e 17% das pessoas são beneficiadas. Em contraste, no Norte, 4% das famílias e 4% das pessoas acessam essas políticas.

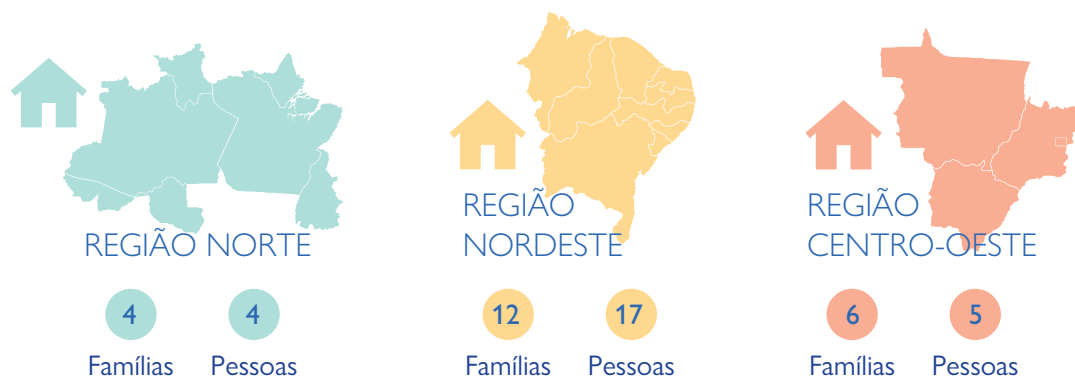
48. Programa Estadual Extraordinário de Transferência de Renda do Pará. Foi criado seguindo algumas características do Auxílio Emergencial do governo federal, como uma forma de beneficiar trabalhadores autônomos no período de emergência em saúde pública.

49. Programa Gira Renda, da Prefeitura Municipal de Parauapebas (PA), que oferece um benefício mensal de R\$ 100,00 às pessoas elegíveis.

50. Para os não cadastrados no CadÚnico, o Auxílio Emergencial pode ser concedido através de um aplicativo próprio, acessível em celulares e tablets.

Em geral, este auxílio diz respeito a benefícios eventuais socioassistenciais regulamentados e executados no âmbito municipal e estadual e que, a partir de critérios estabelecidos, podem custear de forma provisória aluguel de imóvel para residência para atender situação temporária de vulnerabilidade social. Importante frisar que este benefício é oferta da política pública de Assistência Social e não de Habitação, com caráter provisório e cujo objetivo é apoiar por meio de provisões materiais indivíduos e famílias em circunstâncias específicas de vulnerabilidade. O acesso ao direito à moradia é de competência da política de Habitação.

FIGURA 4. Famílias e pessoas beneficiadas por iniciativas e políticas de moradia (%).



Fonte: DTM Nacional – Famílias e pessoas

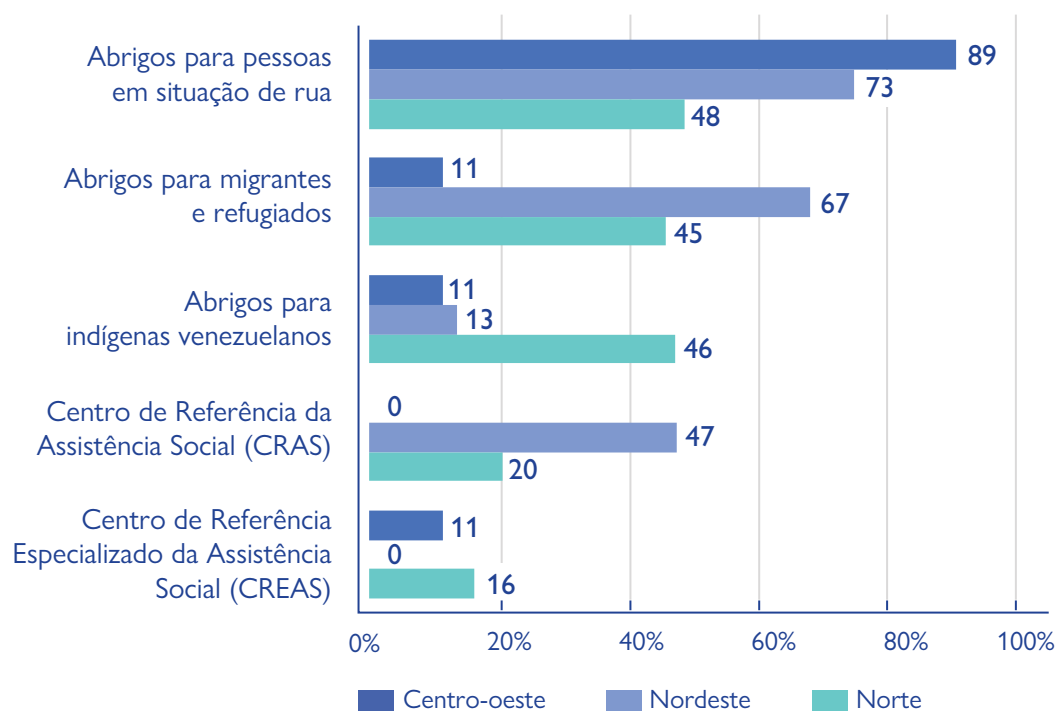
6.4 Acesso a serviços e unidades socioassistenciais

Em relação aos serviços e unidades socioassistenciais acessados pelos grupos, os serviços de acolhimento foram os mais mencionados. Os serviços de acolhimento voltados para pessoas em situação de rua foram acessados por 56% dos grupos; já os abrigos para pessoas refugiadas e migrantes, por 45% deles; os abrigos para pessoas indígenas venezuelanas, por 38% dos grupos, e serviços de acolhimento geral para adultos e famílias, por 2%. Por outro lado, 5% dos grupos afirmaram não ter sido atendidos por serviços ou unidades socioassistenciais.

Algumas diferenças regionais no acesso a serviços e unidades do SUAS são significativas. Os abrigos para pessoas em situação de rua foram mencionados por 89% dos grupos vivendo no Centro-Oeste, enquanto o restante dos serviços e das unidades socioassistenciais foi acessado por uma porcentagem inferior. Nenhum grupo mencionou atendimento por Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e apenas 11% foram atendidos por Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que são as duas principais unidades públicas que compõem o SUAS.

No Nordeste, além da menção a diversos tipos de abrigo, 47% dos grupos afirmaram ter acessado os CRAS, mas nenhum acessou os CREAS. Já no Norte, todos os serviços e unidades foram acessadas por uma parcela dos grupos. Destaca-se que 46% dos grupos passaram por abrigos voltados para indígenas venezuelanos, proporção maior do que a observada nas outras regiões, possivelmente pela maior disponibilidade desse tipo de serviço, em especial em Roraima.

GRÁFICO 15. Grupos que acessaram algum tipo de serviço ou unidade socioassistencial (%)



Fonte: DTM Nacional – Grupos



7. SEGURANÇA ALIMENTAR

Duas perguntas relacionadas ao consumo de alimentos foram feitas aos grupos pela pesquisa. Os resultados são apresentados a seguir.

7.1 Alimentos de consumo comum

Os grupos participantes da pesquisa responderam aberta e qualitativamente sobre os alimentos que comporiam uma refeição regular dos indígenas refugiados e migrantes venezuelanos, que pode incluir: arroz (citado por 65% dos grupos), frango (63%), peixe (49,5%), macarrão (46%) e farinha de mandioca (34%). Além desses alimentos, estão presentes carne vermelha (27,5%), mandioca (23%), feijão (23%), frutas (principalmente banana, 15%) e inhame (13%). Ainda que sejam alimentos comumente consumidos no Brasil pelos coletivos, é significativo que parte dessas indicações não tenham relação com a cultura alimentar de algumas das etnias que participaram da pesquisa. Exemplos disso são a carne vermelha e o feijão, que não são alimentos tipicamente consumidos pelos Warao⁵¹, etnia à qual pertence a maior parte dos grupos e das famílias que compõem a amostra.

7.2 Alimentos não consumidos

As restrições alimentares relacionadas aos modos de vida tradicional se refletem nas respostas dadas pelos grupos em relação aos alimentos não consumidos por eles. Sobressaíram as restrições ao consumo de carne vermelha (22%), feijão (20%) e farinha de mandioca (10%).

A carne vermelha e o feijão, mesmo estando entre os produtos consumidos, também são frequentemente citados como não consumidos tradicionalmente. As restrições a esses alimentos estão mais relacionadas aos grupos Warao⁵²: 90% das menções a restrições à carne vermelha e a totalidade das menções ao feijão foram feitas por grupos dessa etnia. Nesse sentido, mesmo que esses dados possam indicar que esses alimentos estão se tornando mais comuns na mesa das pessoas Warao, a menção a eles como restrições aponta que parcelas dessa população mantêm seus hábitos alimentares. Vale notar que, entre os tipos de carne vermelha, a carne de porco é a mais lembrada: 15 das 20 lideranças que apontaram restrições ao consumo de carne vermelha em seu grupo mencionaram especificamente a carne de porco – sendo 60% destas feitas por grupos Warao.

Entre as restrições, também foram mencionados os embutidos (9%), particularmente as linguiças. Outros alimentos não consumidos citados foram alguns tipos de legumes e verduras (5%), arroz (3%) e determinadas frutas (3%). Por fim, é importante notar que 23% dos grupos disseram não ter qualquer restrição alimentar⁵³, sendo que, desse percentual, a maioria também foi de grupos da etnia Warao (90,5% dos que não têm restrições na alimentação).

51. FREIRE, Germán; TILLET, Aimé (eds.). Salud indígena em Venezuela, volumen II. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Salud, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/592203/Salud_Ind%C3%ADgena_en_Venezuela_vol_2. Acesso em: 27/09/21.

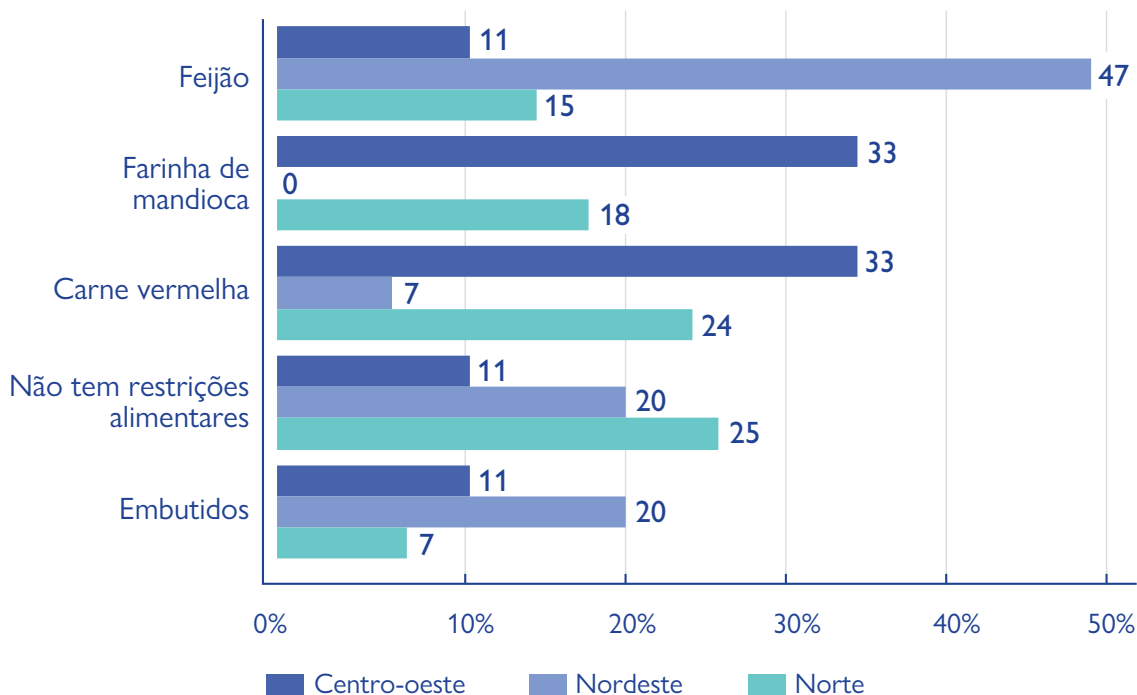
Essa publicação tem informações a respeito da alimentação de povos como Eñepa, Kariña, Pemón e Warao. No caso da etnia Warao, as restrições alimentares se relacionariam ao ambiente de origem, próximo a grandes rios, onde a pesca era uma atividade tradicional e os peixes eram alimentos comuns de consumo. As pessoas Warao fazem o consumo comum de aves, macarrão, arroz e farinha de trigo.

52. Tanto entre aqueles que afirmaram consumir carne vermelha e feijão como entre os que afirmaram não consumir, as respostas eram quase todas vindas de grupos Warao. Essa aparente contradição pode estar relacionada com um processo em curso de mudança nos hábitos alimentares entre os Warao. Seriam necessárias novas pesquisas para aprofundar no tema, que pode estar relacionado, inclusive, a própria situação de insegurança alimentar a que estão submetidos.

53. Foram categorizadas como “Não tem restrições alimentares” respostas como: “Nada”, “Consomem tudo”, “Comem tudo”, “Não tem”, “Nenhum”, “Comem de tudo”, “Não tem”, “Não” e “Comem todo”.

O feijão (47%) é o alimento não consumido mais citado entre os grupos que vivem no Nordeste, ao contrário da farinha, que não aparece entre as restrições desses coletivos. No Centro-Oeste, a farinha (33%) e a carne vermelha (33%) são os alimentos não consumidos mais frequentemente mencionados e, no Norte, a carne vermelha (24%) e a farinha de mandioca (18%). Também no Norte, a proporção de grupos que afirmaram não ter restrições alimentares foram as maiores comparadas às demais regiões: 25% dos grupos.

GRÁFICO 16. Principais alimentos não consumidos pelos grupos, por região (%)



Fonte: DTM Nacional – Grupos



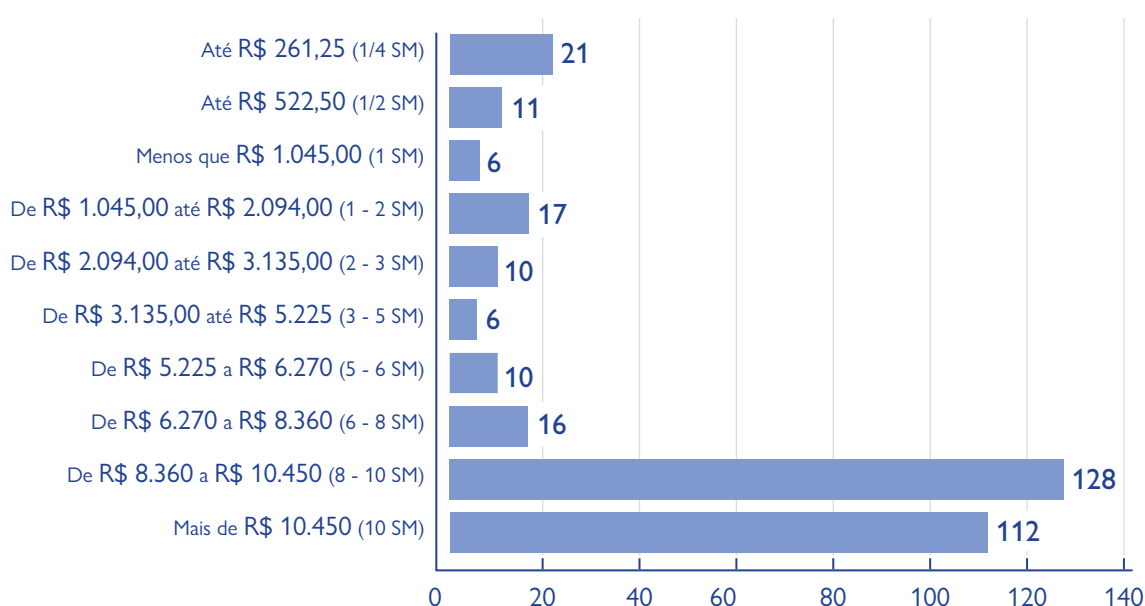
8. MEIOS DE VIDA

Outras questões relevantes para as condições de vida de pessoas indígenas refugiadas e migrantes venezuelanas são as oportunidades de geração de renda e de acesso ao mercado de trabalho. Neste capítulo, trazemos informações sobre renda dos grupos, envio de remessas para familiares que vivem na Venezuela, atividades remuneradas que realizavam na Venezuela, expectativas e interesses de trabalho no Brasil e outras questões relacionadas.

8.1 Renda mensal

É importante ressaltar que as questões relativas à renda no levantamento foram direcionadas aos grupos e não às famílias. Dessa forma, o retrato apresentado neste capítulo aborda aspectos coletivos da renda mensal dos grupos, conforme as faixas de valores nos gráficos a seguir. Ao relacionar a renda mensal com o número de famílias em cada grupo, nota-se que grupos com maior renda mensal são também compostos por um alto número de famílias se comparados com grupos com renda mensal menor. Ainda assim, destaca-se que grupos que declararam uma renda mensal de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo são compostos, em média, por aproximadamente 21 famílias. O alto número de famílias vivendo com uma renda baixa reforça o diagnóstico da situação de vulnerabilidade em que se encontram vários grupos participantes da pesquisa.

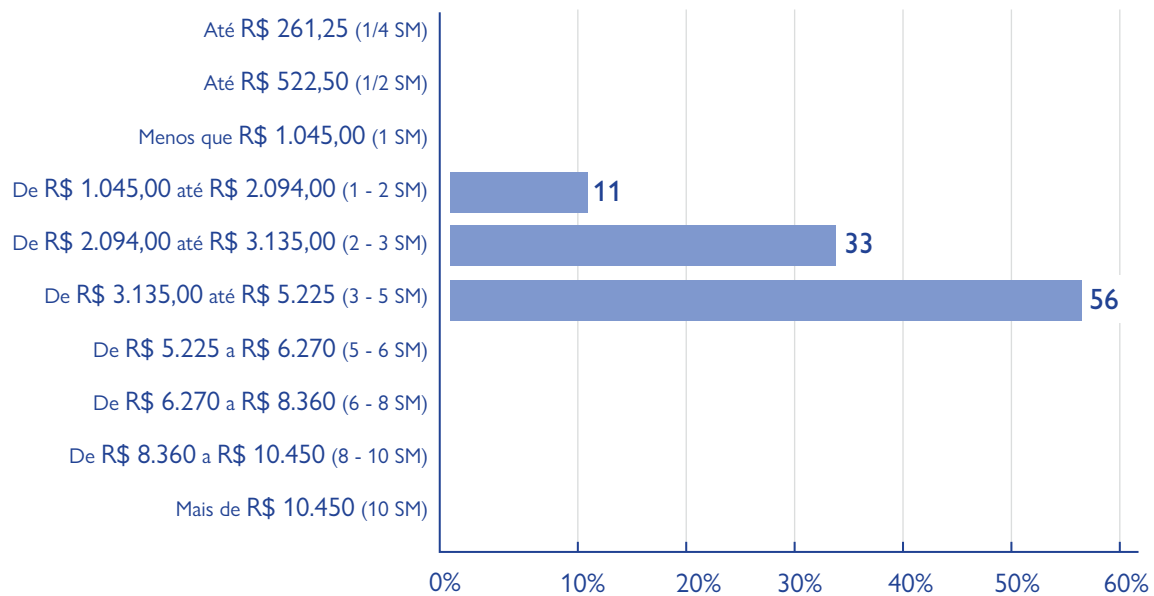
GRÁFICO 17. Número médio de famílias que dividem os rendimentos, por faixa de renda



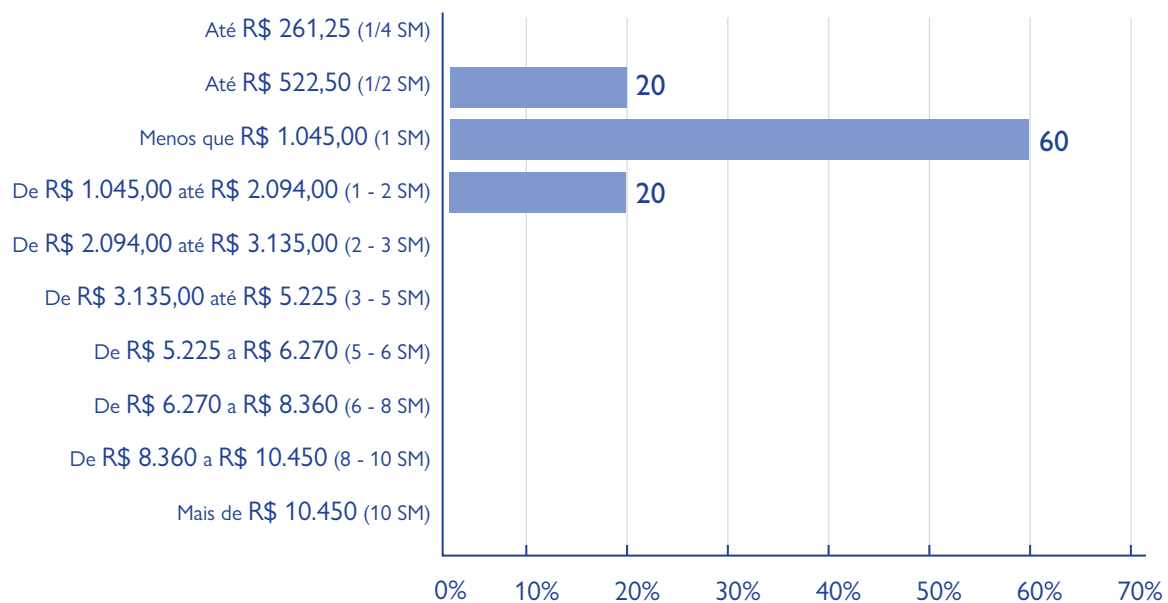
Fonte: DTM Nacional – Grupos

Quase 30% dos grupos vivem em situação de pobreza, com uma renda mensal de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo⁵⁴. Outros 16,5% dos grupos têm uma renda de menos de 1 salário mínimo, enquanto 16,5% recebem até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Essas porcentagens sofrem grandes variações regionais: no Nordeste e no Centro-Oeste, observam-se rendas mensais relativamente mais altas. No Norte, em oposição, 40% dos grupos têm renda inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo.

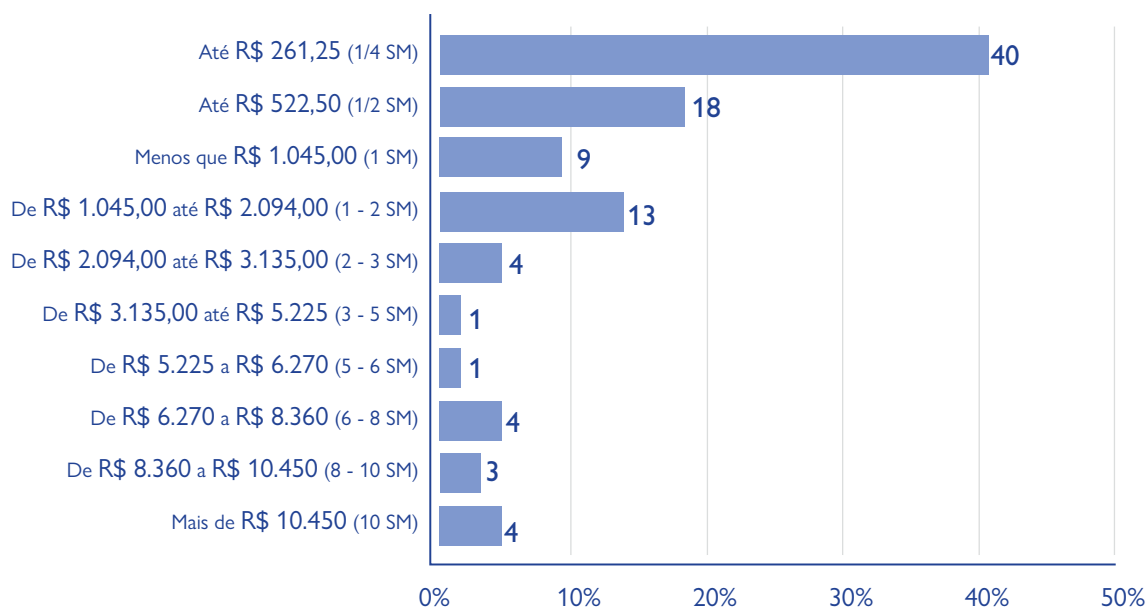
54. O salário mínimo no período de realização da pesquisa era de R\$ 1.045,00.

GRÁFICO 18. Renda dos grupos no Centro-Oeste (%)

Fonte: DTM Nacional – Grupos

GRÁFICO 19. Renda dos grupos no Nordeste (%)

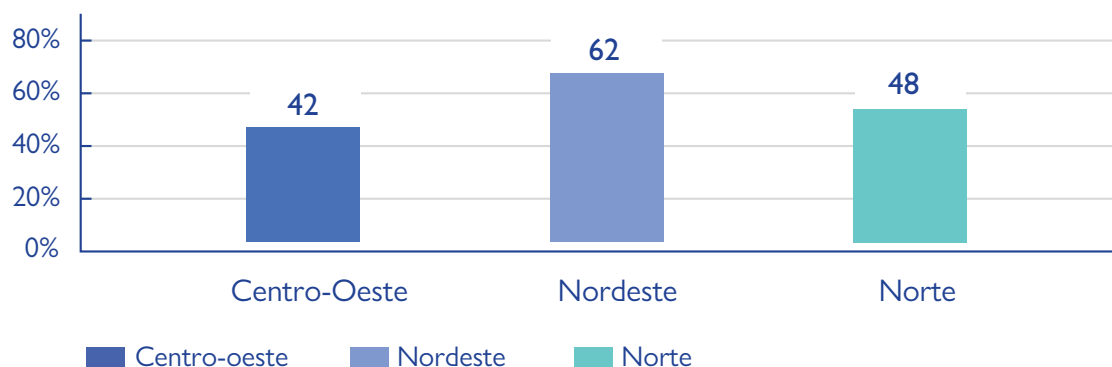
Fonte: DTM Nacional – Grupos

GRÁFICO 20. Renda dos grupos no Norte (%)

Fonte: DTM Nacional – Grupos

8.2 Remessas

Mesmo que muitos grupos tenham uma renda mensal baixa, 48% das famílias afirmam que já enviaram remessas de dinheiro a parentes na Venezuela. Entre as famílias da Região Nordeste, 62% ofertaram esse apoio financeiro. O Centro-Oeste, apesar de ser a região onde se observaram grupos com maior renda mensal, a proporção de famílias que enviaram remessas foi a menor: 42%.

GRÁFICO 21. Famílias que enviaram remessas de dinheiro a familiares na Venezuela recentemente, por região (%)

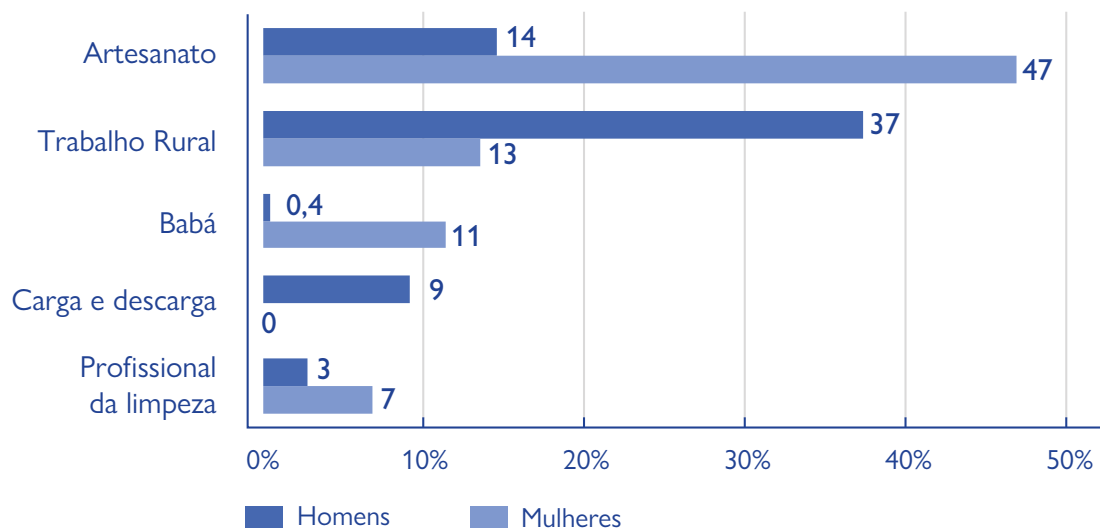
Fonte: DTM Nacional – Famílias

8.3 Aptidões e ocupações anteriores

Outra questão inserida na pesquisa buscava identificar as ocupações das pessoas indígenas refugiadas e migrantes na Venezuela. De acordo com os dados coletados, 73% das pessoas de 13 anos ou mais chegaram a exercer algum tipo de atividade remunerada, sendo que 75% dos homens e 70% das mulheres já tiveram alguma ocupação.

As principais ocupações das pessoas que já exerceram atividade remunerada na Venezuela são o artesanato e o trabalho rural, mencionados por 45% do universo de pessoas da pesquisa. São notáveis, no entanto, as diferenças com relação ao sexo da pessoa e ao exercício de determinadas ocupações. Por exemplo, enquanto o artesanato foi citado principalmente como ocupação das mulheres (47% delas), a agricultura e outras atividades rurais foram citadas em maior proporção por homens (37% deles). O mesmo ocorre com atividades como a de babá (11% das mulheres e 0,4% dos homens) e de carga e descarga (9% dos homens e nenhuma mulher), que também se destacaram entre as mais citadas de maneira geral.

GRÁFICO 22. Principais ocupações exercidas na Venezuela antes da migração, por sexo (%)*



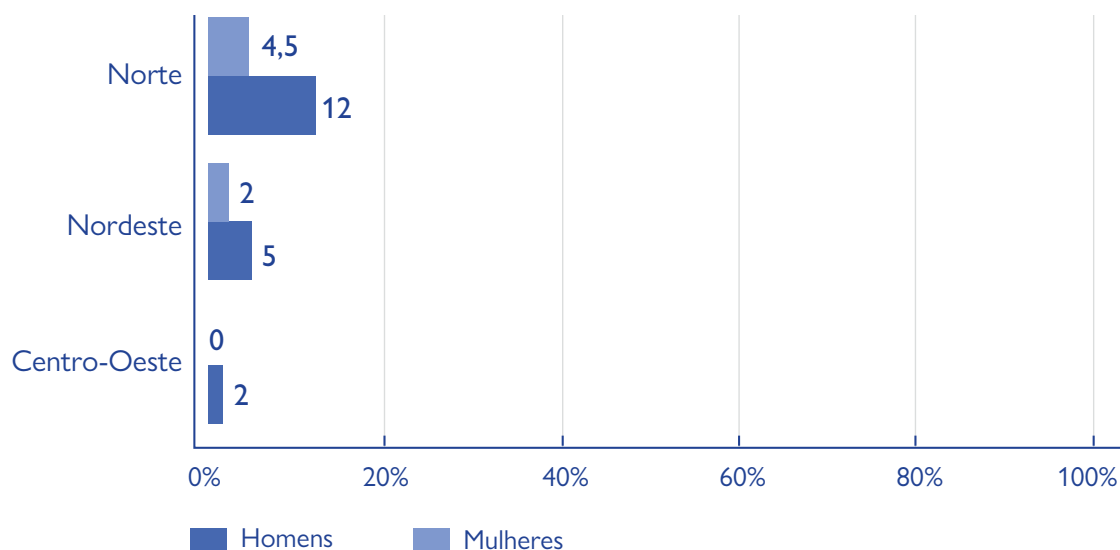
Fonte: DTM Nacional – Pessoas

*Pessoas com idade igual ou superior a 13 anos.

Outras ocupações frequentemente informadas foram a atuação como professoras e professores de educação regular (3% das pessoas que já estiveram ocupadas na Venezuela) e de educação indígena (3%), o comércio ambulante (3%) e a criação de aves e produção de ovos (3%), assim como comerciantes em lojas (2%).

8.4 Inserção no mercado de trabalho

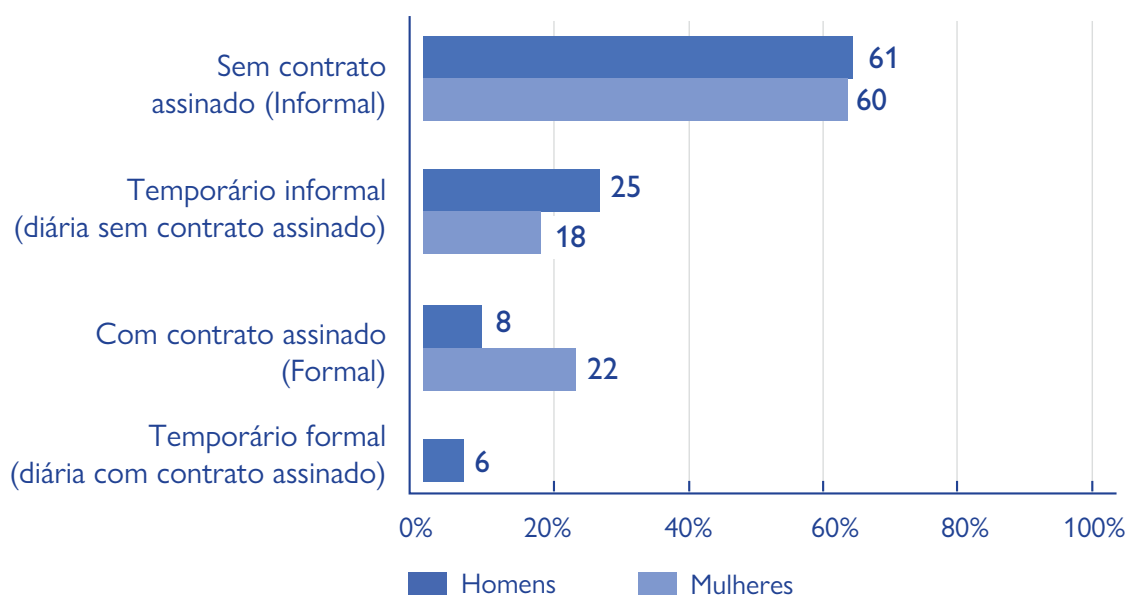
Apenas 10% das pessoas acima de 13 anos estão ocupadas no momento, de acordo com as informações coletadas nesta pesquisa. Entre os homens, a proporção é um pouco maior (11%) que entre as mulheres, sendo que 9% delas tinham algum trabalho quando a pesquisa foi realizada. A maior proporção de pessoas ocupadas se encontra no Norte, onde as diferenças entre mulheres e homens ocupados também é a maior.

GRÁFICO 23. Pessoas ocupadas no momento da pesquisa por sexo e região (%)

Fonte: DTM Nacional – Pessoas.

*Pessoas com idade igual ou superior a 13 anos.

Apesar de estarem menos inseridas no mercado de trabalho do que os homens, as mulheres estão proporcionalmente mais presentes em vagas com contrato de trabalho formal, ao contrário dos homens, que se destacam em posições com vínculos mais precários, como o trabalho temporário informal. Em ambos os sexos, no entanto, prevalecem os vínculos de trabalho informal.

GRÁFICO 24. Tipo de inserção laboral das pessoas ocupadas, por sexo e região

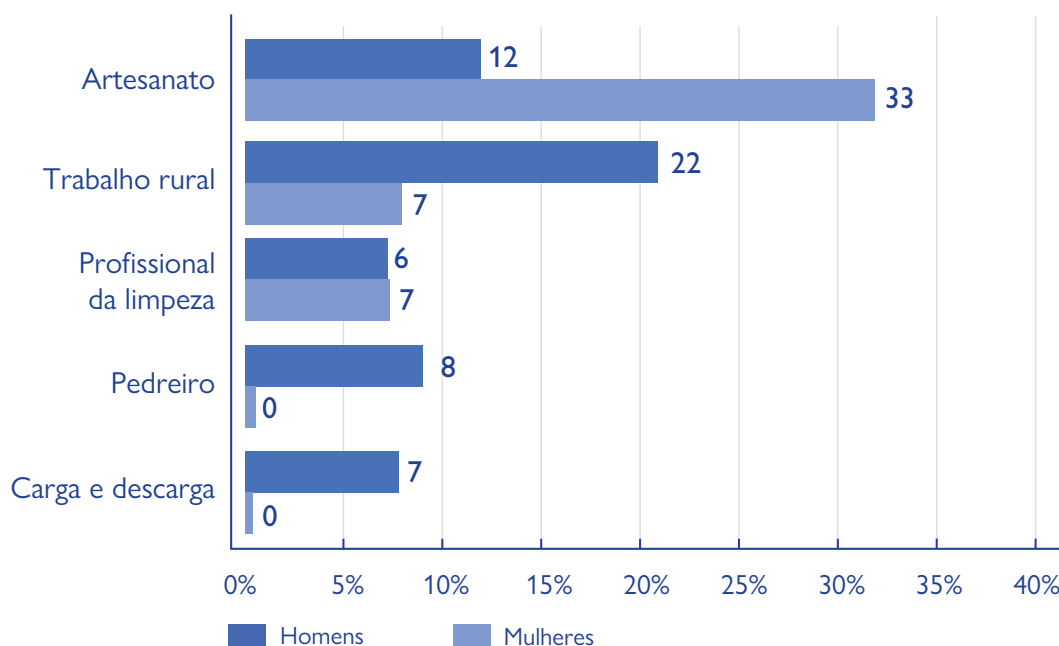
Fonte: DTM Nacional – Pessoas

*Pessoas com idade igual ou superior a 13 anos.

8.5 Ocupações de interesse

Entre as pessoas indígenas refugiadas e migrantes que desejam trabalhar, os interesses profissionais variam de acordo com o sexo e as atividades exercidas na Venezuela, conforme anteriormente descrito. No entanto, no que diz respeito a esses interesses, as ocupações de trabalho rural e pedreiro surgem entre as mais citadas, predominantemente entre os homens. Já o artesanato continua sendo a atividade mais mencionada entre as mulheres.

GRÁFICO 25. Principais ocupações de interesse entre aqueles que desejam trabalhar, por sexo (%)*



Fonte: DTM Nacional – Pessoas

*Pessoas com idade igual ou superior a 13 anos.

Além de perguntar às pessoas sobre as ocupações nas quais desejam trabalhar, a pesquisa questionou aos grupos sobre a percepção do que precisariam para atuar em áreas de interesse no mercado de trabalho, tais como serviços e trabalhos manuais e braçais, agricultura, saúde, educação, assistência social, indústria e segurança. Em áreas onde não é necessário ter formação formal específica, como serviços e trabalhos manuais e agricultura, saber onde buscar por oportunidades no Brasil foi a necessidade mais frequentemente mencionada. Por outro lado, em áreas onde ter algum tipo de treinamento ou formação formal é central para o exercício da profissão, tais como saúde, educação, assistência social e indústria, ter certificado ou diploma e possuir licença para exercer a profissão foram as necessidades mais mencionadas pelos grupos. De maneira geral, aprender português é a necessidade mais citada em todas as áreas de interesse identificadas.

TABELA 3. Necessidades do grupo para poder trabalhar nas áreas de interesse (%)*

Necessidade	Serviços e trabalhos manuais	Agricultura	Saúde	Educação	Assistência social	Indústria	Segurança
Aprender português	72,5	63	43	54	40	34	40
Ter certificado ou diploma dessa profissão	33	32	35	36	27,5	29	32
Possuir licença para exercer a profissão	21	18	24	24	16,5	19	14
Entender melhor o mercado de trabalho no Brasil	33	23	14	14	18	13	15
Saber onde buscar por oportunidades no Brasil	42	43	14	20	14	14	13
Ter como comprovar a experiência anterior	20	13	11	12	9	11	12
Outros	12	15	4	4	2	2	4

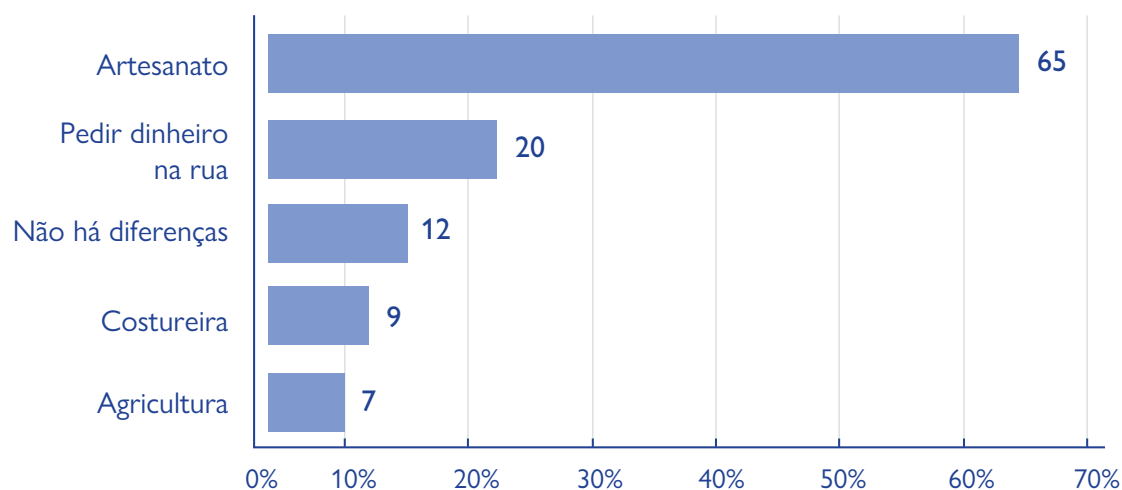
Fonte: DTM Nacional – Grupos

* Cada porcentagem é em referência ao total dos grupos mapeados, pois cada grupo pôde escolher mais do que uma opção nesta secção.

8.6 Trabalhos realizados apenas por mulheres

Foi indagado aos grupos sobre a existência de trabalhos realizados unicamente por mulheres. As mulheres são as principais responsáveis pelas atividades de artesanato, sendo que, em 65% dos questionários de grupos, as lideranças ou pessoas de referência afirmaram que o artesanato é uma atividade realizada apenas por mulheres. Também chama a atenção o fato de que uma das atividades mais mencionadas para geração de renda e realizada por mulheres é pedir dinheiro nas ruas e em semáforos, o que foi citado por 20% dos grupos. Por outro lado, em 12% dos grupos, as lideranças afirmaram não haver diferenças no trabalho realizado por mulheres e homens.

Houve ainda menções ao trabalho cotidiano não remunerado, por exemplo, cuidados, afazeres domésticos e ensino de crianças e adolescentes do grupo, atribuído em maior parte, também, às mulheres.

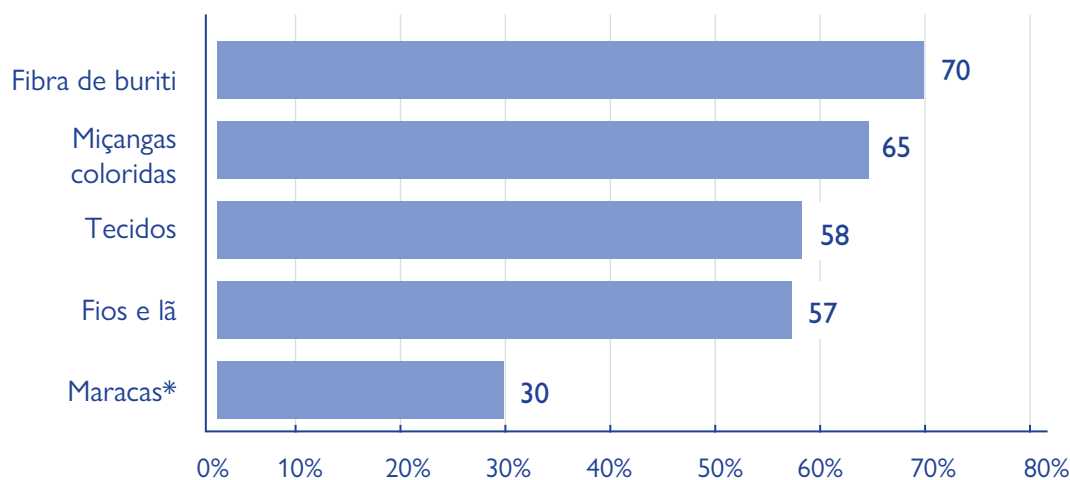
GRÁFICO 26. Principais tarefas ou trabalhos que só as mulheres dos grupos realizam para gerar renda (%)

Fonte: DTM Nacional – Grupos

8.7 Insumos necessários para a produção de artesanato

Por fim, ainda sobre os meios de vida dessa população, os grupos foram instados a informar os produtos de que precisam para confeccionar seu artesanato. O principal deles é a fibra de buriti, citada por 70% dos grupos, que também necessitam de miçangas coloridas, tecidos, fios e lã, maracas, telas para pintura, fibra de arumã, tinta para pinturas corporais e cerâmica para pintura, entre outros.

GRÁFICO 27. Principais materiais necessários para a produção de artesanato pelos grupos (%)



Fonte: DTM Nacional – Grupos

* Estes objetos são utilizados para atividades de música e/ou dança, não constituindo uma “matéria prima para confecção de artesanatos” propriamente dita.



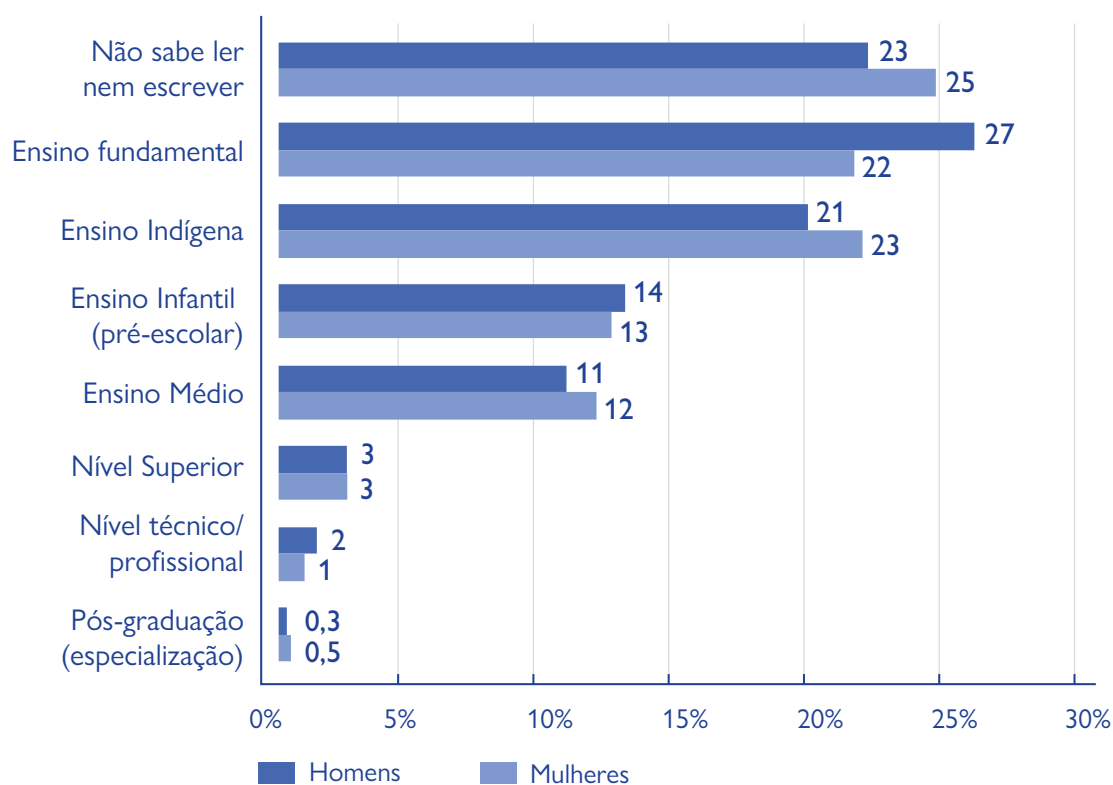
9. EDUCAÇÃO

Outro aspecto investigado nesta pesquisa foi o grau de escolaridade e o acesso à educação formal e indígena dessa população. Neste capítulo, são apresentados dados sobre a escolaridade de pessoas indígenas refugiadas e migrantes participantes da pesquisa, assim como possíveis diferenças no que diz respeito a sexo, idade e regiões. Também são fornecidos dados relacionados ao acesso à educação e a possíveis barreiras.

9.1 Escolaridade

A maior parte das pessoas contempladas pela pesquisa informou que estudaram até as primeiras etapas do ensino fundamental (15%) ou, ainda, que foram escolarizadas no ensino indígena (22%) e não saber escrever (24%). Ao desagregar por sexo, observa-se que a proporção de mulheres em etapas mais avançadas de ensino é maior do que a de homens.

GRÁFICO 28. Escolaridade das pessoas indígenas refugiadas e migrantes por sexo (%)*



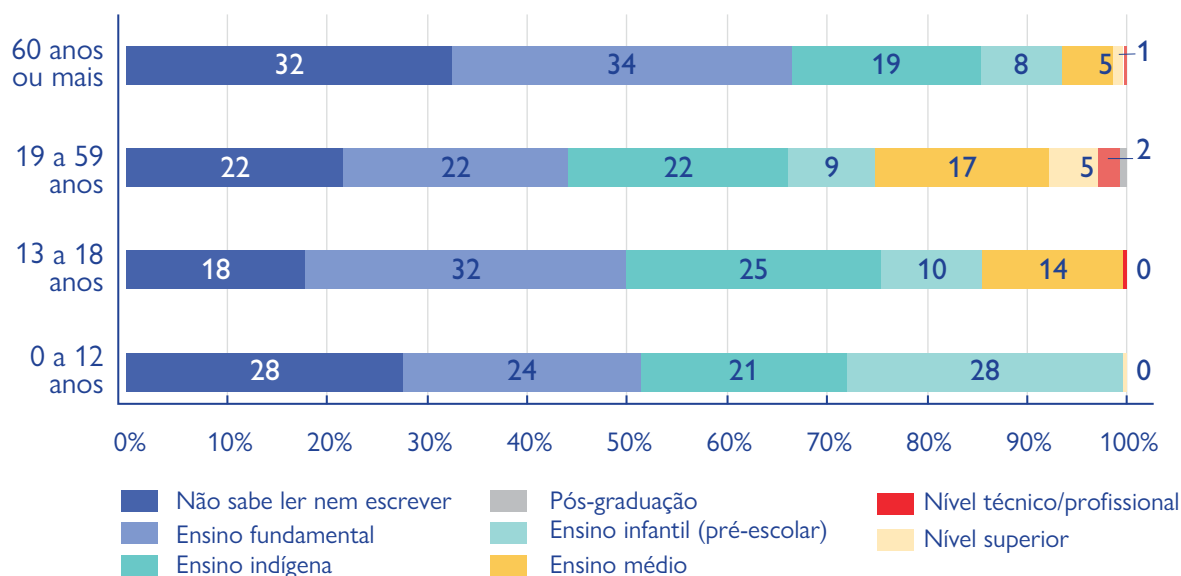
Fonte: DTM Nacional – Pessoas

*As categorias apresentadas incluem tanto pessoas que não completaram a etapa de ensino como as que finalizaram os estudos nela.

Quanto à idade, seguindo tendências demográficas comuns em outros contextos, as pessoas idosas neste estudo têm escolaridade mais baixa: 45% não sabem ler nem escrever. Do outro lado, 28% das crianças de 0 a 12 anos cursaram ou finalizaram os estudos na educação infantil, e outros 28% ainda não iniciaram nenhum tipo de estudo e não sabem ler ou escrever.

O levantamento apontou que o número de pessoas que cursou nível técnico e/ou superior é baixo: apenas 5% dos participantes de 19 a 59 anos passaram pelo ensino superior, 0,7% pela pós-graduação e 2% pelo ensino técnico. Na faixa de 60 anos ou mais, somente 1% informou possuir ensino superior.

GRÁFICO 29. Escolaridade de pessoas indígenas refugiadas e migrantes por idade (%)*



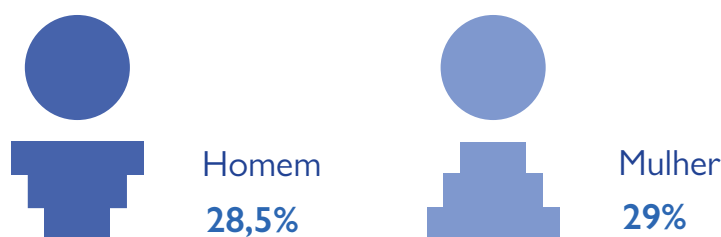
Fonte: DTM Nacional – Pessoas

*As categorias apresentadas incluem tanto pessoas que não completaram a etapa de ensino como as que finalizaram os estudos nela.

9.2 Acesso às políticas educacionais

Apesar de 91% dos grupos terem interesse em continuar os estudos no Brasil, apenas 29% das pessoas estão matriculadas em alguma instituição de ensino no país. Os dados de acesso à educação indicam uma maior prevalência de pessoas de 0 a 18 anos e de mulheres frequentando algum tipo de ensino. Na faixa de 0 a 6 anos, 22% das crianças frequentavam alguma instituição de ensino na cidade em que residiam no momento da pesquisa. Chama atenção ainda o percentual de pessoas com 60 anos ou mais que estão matriculadas em alguma instituição de ensino, 31%, e a maior proporção de pessoas matriculadas na Região Norte (30%).

FIGURA 5. Pessoas indígenas refugiadas e migrantes matriculadas em alguma instituição de ensino no Brasil, por sexo (para infográfico)



Fonte: DTM Nacional – Pessoas

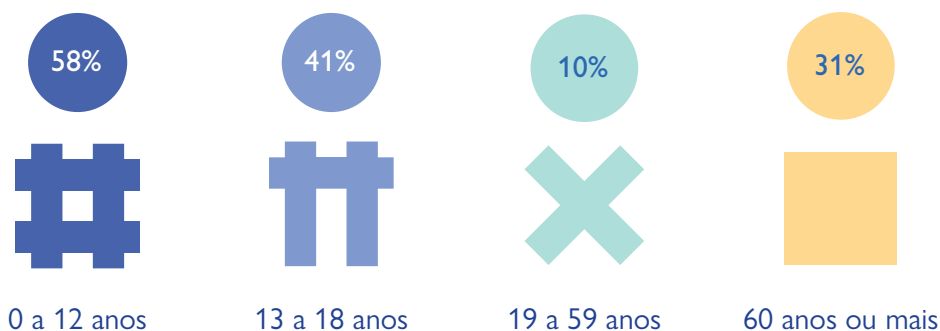
FIGURA 6. Pessoas indígenas refugiadas e migrantes matriculadas em alguma instituição de ensino no Brasil, por região



Fonte: DTM Nacional – Pessoas

Entre as pessoas que estão matriculadas em alguma instituição de ensino, a maior parte frequenta o ensino fundamental (42%) e a educação infantil (34%), o que se relaciona com a composição etária do universo da pesquisa, formado em grande parte por pessoas de 0 a 18 anos, como já apontado.

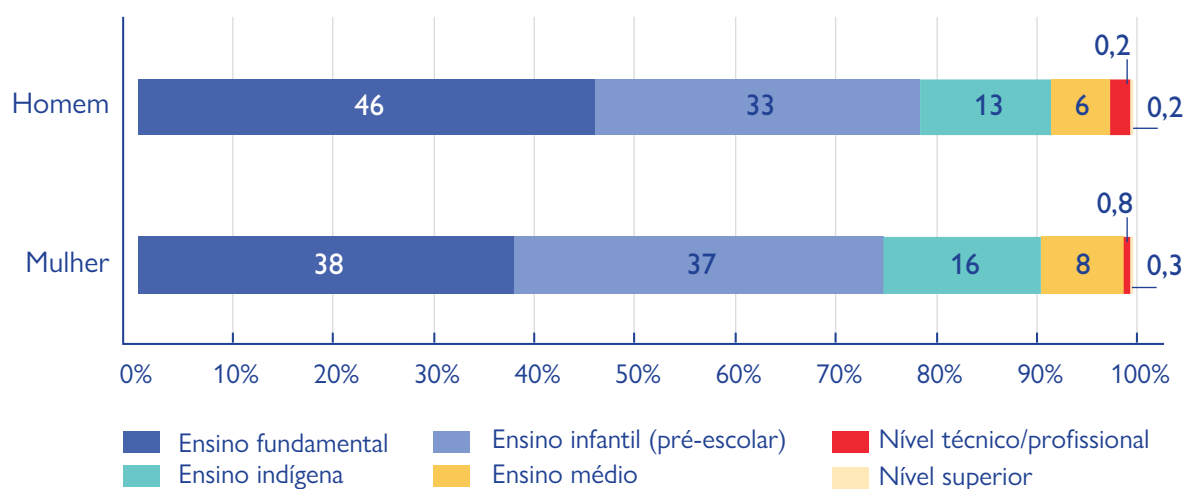
FIGURA 7. Pessoas indígenas refugiadas e migrantes matriculadas em alguma instituição de ensino no Brasil, por faixa etária (%).



Fonte: DTM Nacional – Pessoas

No que diz respeito à distribuição de matrículas por sexo, as mulheres se destacam. Estão em uma proporção maior no ensino indígena e no ensino médio, bem como no ensino superior (0,3%), em comparação com os homens (0,2%).

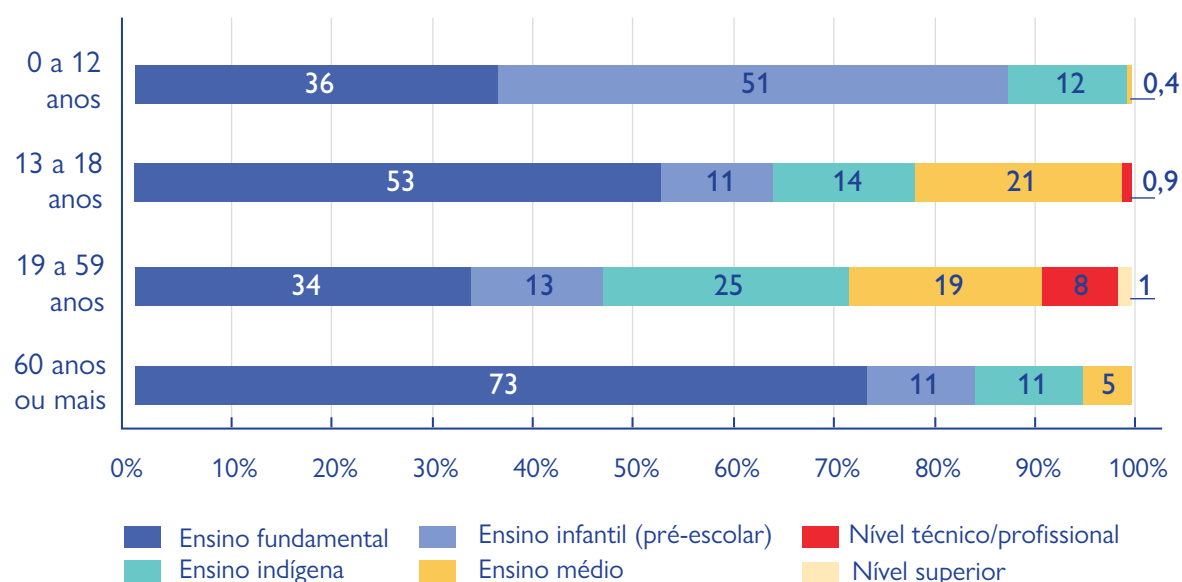
GRÁFICO 30. Nível de ensino no qual os indígenas refugiados e migrantes estão matriculados no Brasil, por sexo (%)



Fonte: DTM Nacional – Pessoas

Ao analisar as matrículas por faixa de idade, sobressai a proporção de pessoas de 13 a 18 anos e pessoas idosas no ensino fundamental. Todas as que cursam ensino superior estão na faixa de 19 a 59 anos, sendo 1% desse grupo etário.

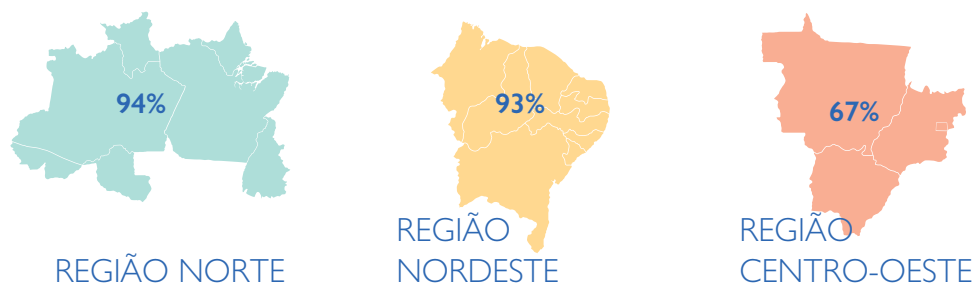
GRÁFICO 31. Nível de ensino no qual os indígenas refugiados e migrantes estão matriculados no Brasil, por idade (%)



Fonte: DTM Nacional – Pessoas

Sobre o interesse em seguir com os estudos no Brasil, a menor proporção de grupos que expressaram esse desejo foi observada no Centro-Oeste (67%). De outro lado, 93% das famílias do Nordeste e 94% das do Norte querem ter acesso às políticas educacionais.

FIGURA 8. Grupos indígenas refugiados e migrantes que têm interesse em seguir os estudos no Brasil, por região (%)

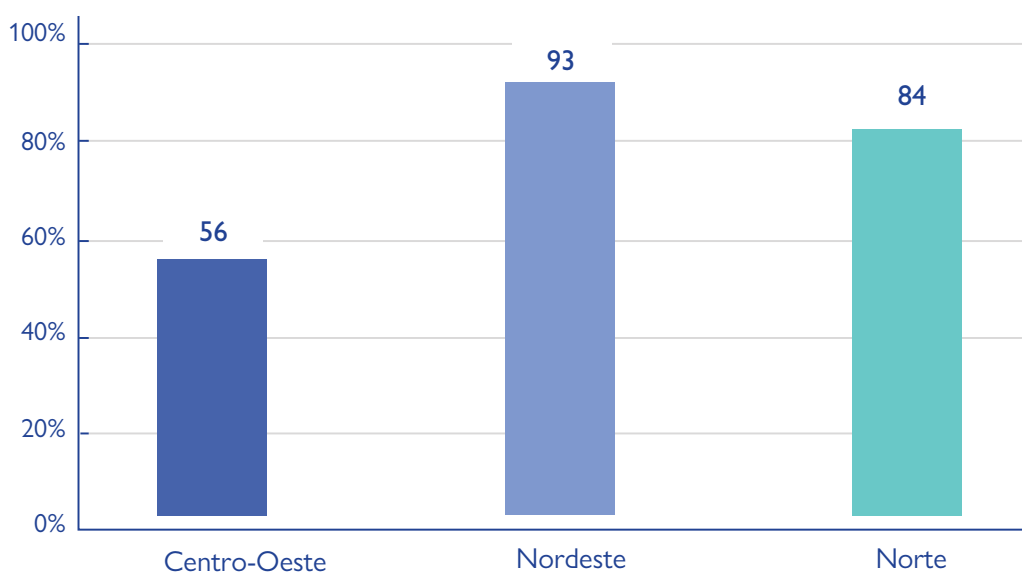


Fonte: DTM Nacional – Pessoas

9.3 Dificuldades no acesso a serviços educacionais e violações mais comuns

O domínio da língua portuguesa é uma das principais dificuldades para o acesso à educação no Brasil pelas pessoas indígenas refugiadas e migrantes venezuelanas – especialmente no Nordeste e no Norte, onde 94% e 84% dos grupos, respectivamente, citaram esse tipo de gargalo.

GRÁFICO 32. Grupos indígenas refugiadas e migrantes que afirmam precisar aprender a língua portuguesa para seguir os estudos, por região (%)



Fonte: DTM Nacional – Grupos

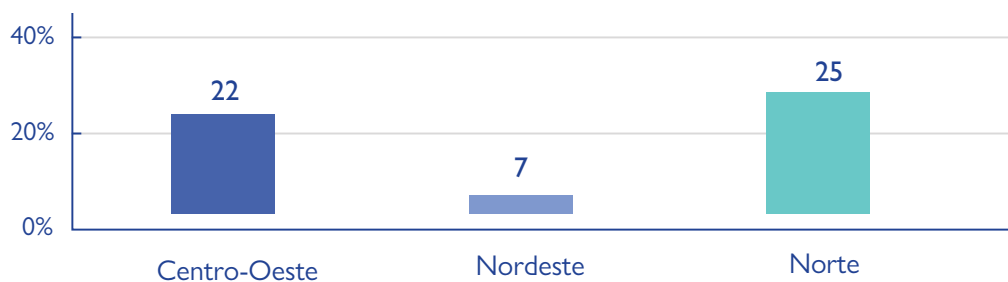
A inexistência de documentação comprobatória e o tipo de documentação pessoal requerida pelas instituições de ensino também são identificados como dificuldades, pois é frequente que pessoas indígenas refugiadas e migrantes não portem a documentação escolar exigida pelas instituições de ensino devido à baixa inserção educacional dessa população no Brasil. O grau de relevância desse tipo de empecilho, no entanto, variou bastante em termos regionais. Documentos comprobatórios de escolaridade foram citados por 51% dos grupos que viviam no Norte e apenas 7% dos que viviam no Nordeste. Já documentações pessoais foram menos citadas: 25% dos grupos do Norte e 7% dos grupos do Nordeste.

GRÁFICO 33. Grupos indígenas refugiados e migrantes sem documentos comprobatórios de escolaridade, por região (%)



Fonte: DTM Nacional – Grupos

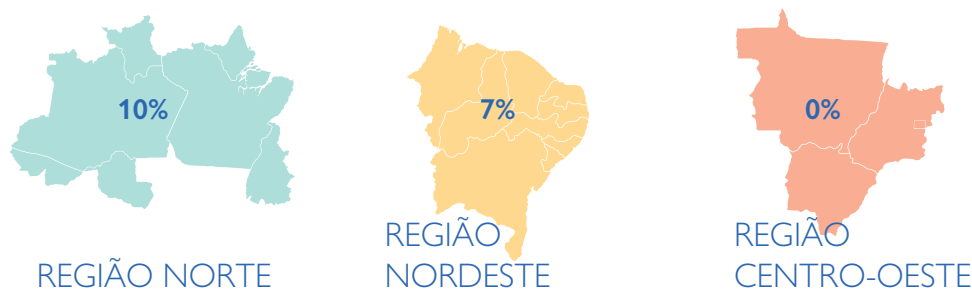
GRÁFICO 34. Grupos indígenas refugiados e migrantes que não portam documentação pessoal para realizar matrícula, por região (%)



Fonte: DTM Nacional – Grupos

Sobre as dificuldades relacionadas à instituição de ensino, 9% afirmaram que não tiveram acesso ao ensino por recusa da instituição, grupos esses instalados nas regiões Nordeste e Norte. Dos coletivos que abordaram essa recusa, 67% mencionaram que ela foi motivada por serem indígenas, refugiados e migrantes (todos no Norte), 11% afirmaram que não foram aceitos na instituição por serem indígenas (Norte) e 11%, por serem pessoas refugiadas e migrantes (Nordeste).

FIGURA 9. Grupos indígenas refugiados e migrantes que não tiveram acesso ao ensino por recusa da instituição de ensino, por região (%).



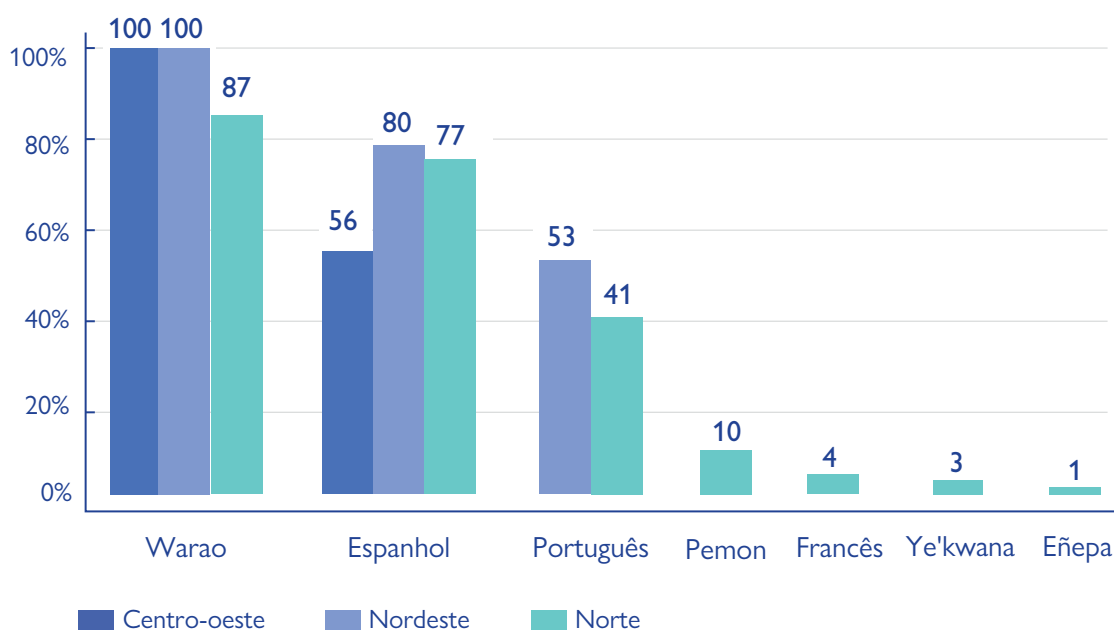
Fonte: DTM Nacional – Pessoas

9.4 Línguas faladas

O levantamento identificou sete línguas faladas pelos membros dos grupos participantes. Levando-se em conta a grande proporção de grupos da etnia Warao no universo da pesquisa, conforme esperado, a língua Warao é a mais falada (92%). Destacam-se, no entanto, a menção ao espanhol (77%) e ao português (40%). Muitos dos grupos que participaram da pesquisa afirmaram conter membros com domínio de mais de uma língua: 35% dos grupos falam três idiomas, ou seja, o Warao, o espanhol e o português. Já 38% têm domínio do Warao e do espanhol, e apenas 1%, do Warao e do português.

As informações sobre as línguas faladas colaboram para compreender as dificuldades declaradas pelos grupos no acesso à educação e ao mercado de trabalho, como apresentado anteriormente, dado que somente 40% dos grupos mencionaram que seus membros falam português. No Centro-Oeste, nenhum dos grupos entrevistados afirmou ter domínio da língua portuguesa, prevalecendo o Warao – 100% dos grupos da região – e o espanhol, falado por 56% desses grupos. Nas outras regiões, há grupos com falantes de português: no Nordeste, 53% dos grupos mencionaram o português como língua falada e, no Norte, 41%.

GRÁFICO 35. Línguas faladas pelos grupos indígenas refugiados e migrantes, por região (%)



Fonte: DTM Nacional – Grupos



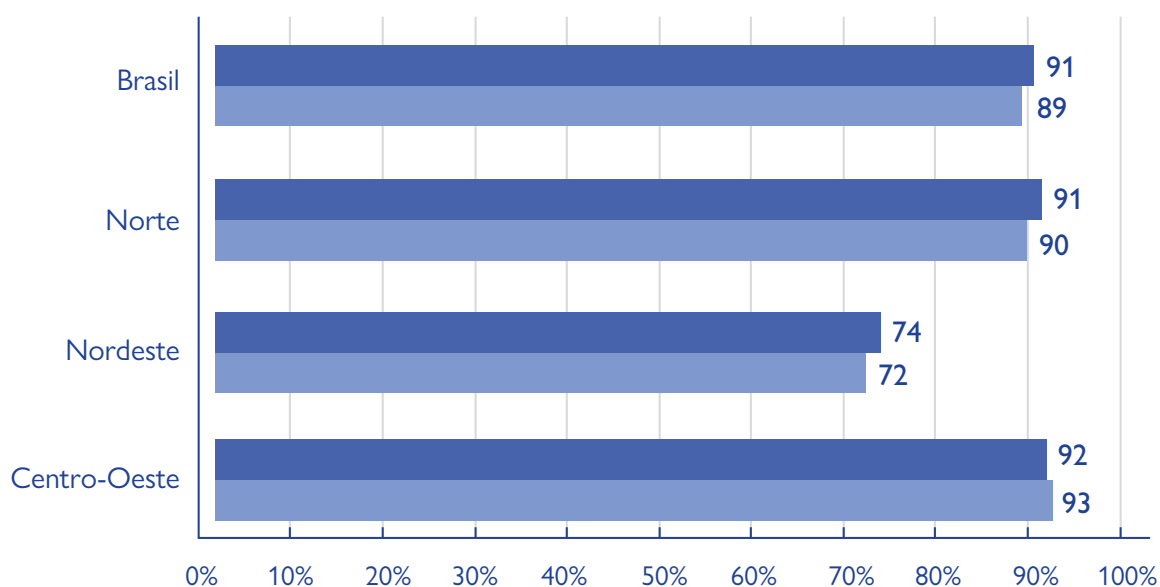
10. SAÚDE

Dentre as informações voltadas às condições de saúde e acesso a políticas e serviços públicos, este capítulo concentra-se em saúde reprodutiva, óbitos e restrições ao acesso a serviços, bem como no exercício de práticas tradicionais de tratamento e cura.

10.1 Acesso a vacinação e serviços públicos de saúde

A maioria das pessoas no universo da pesquisa tem cartão de vacinação (90%). A região que ainda apresenta proporções menores de pessoas com esse documento (30%) é o Nordeste, o que pode indicar menor acesso à vacinação.

GRÁFICO 36. Pessoas indígenas refugiadas e migrantes com cartão de vacina por sexo e região (%)



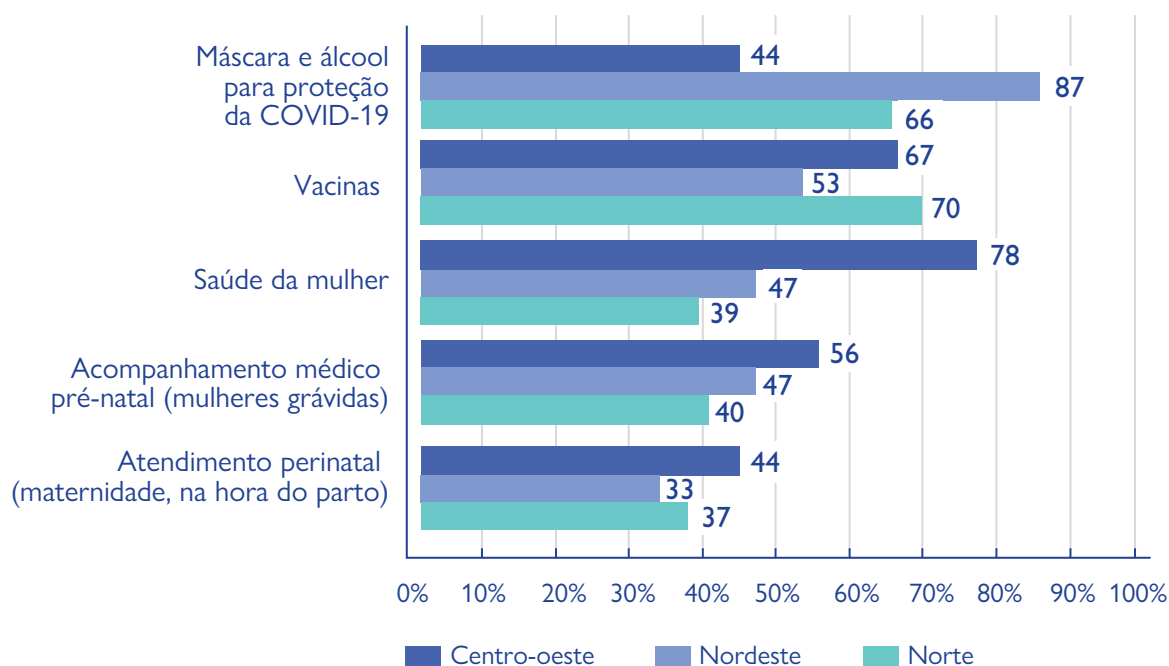
Fonte: DTM Nacional – Pessoas.

Observação: o atendimento para vacinação não diferencia vacinas - para COVID-19 de outros tipos de vacina

Perguntas sobre acesso a determinados cuidados e serviços de saúde pública foram feitas aos grupos pesquisados. A distribuição de máscara e álcool para proteção contra a Covid-19 (67%) e a vacinação (67%) foram as mais citadas pelos coletivos. No caso do acesso à vacinação, esse dado se relaciona com as informações sobre cartão de vacina, que, como apresentado, a maioria das pessoas na pesquisa tem. Também foram frequentes as menções ao recebimento de medicamentos (37% dos grupos), consultas pediátricas (31%) e acompanhamento em saúde mental (15%).

O acesso aos diversos tipos de cuidados e serviços de saúde variou regionalmente. No Nordeste, a distribuição de máscaras e álcool para proteção contra a Covid-19 foi mencionada por 87% dos grupos, ao contrário do Centro-Oeste, onde 44% dos grupos dessa região a citaram. Quanto ao acesso à vacinação, proporcionalmente o Norte é a região onde mais se imunizaram os grupos de pessoas indígenas refugiadas e migrantes, na medida em que 70% deles afirmam ter sido vacinados. O Nordeste é a região com a menor proporção: 53% dos coletivos disseram ter tido acesso à vacinação.

GRÁFICO 37. Tipo de atendimento médico recebido pelos grupos indígenas refugiados e migrantes nos serviços de saúde pública no Brasil, por região (%)

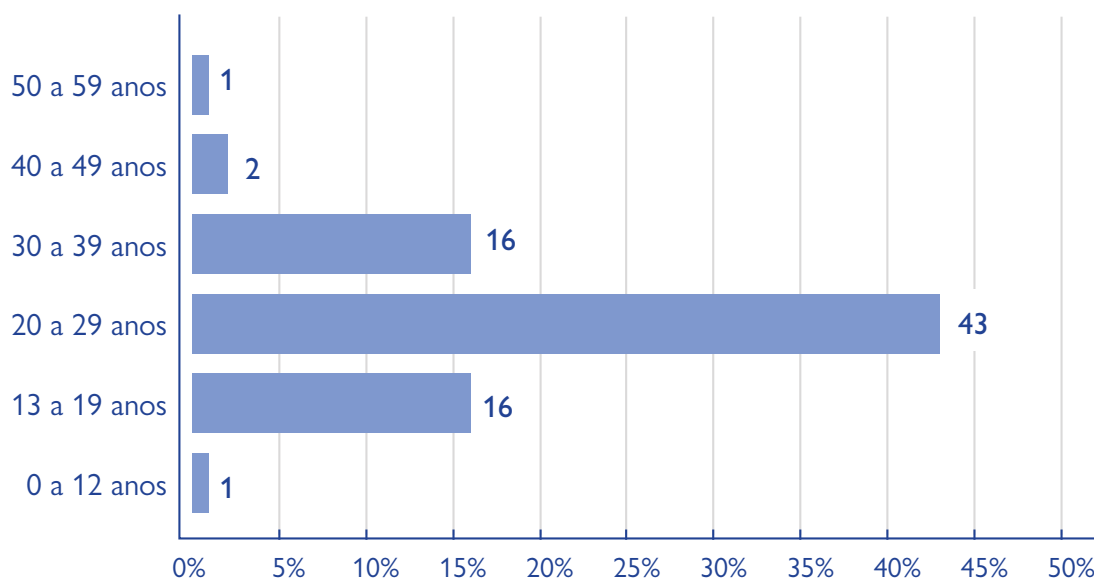


Fonte: DTM Nacional – Grupos

10.2 Saúde da mulher e saúde reprodutiva

No que diz respeito à saúde da mulher, enquanto 78% dos grupos do Centro-Oeste afirmaram receber esse tipo de atenção, apenas 39% dos que estão no Norte tiveram esse acesso. Os atendimentos relacionados à saúde sexual e reprodutiva estão entre os mais citados: 44% dos grupos mencionaram o acesso à saúde da mulher, assim como ao acompanhamento médico pré-natal, citado por 43% dos coletivos, ao atendimento perinatal (maternidade, na hora do parto), a que 37% tiveram acesso, e a planejamento familiar e métodos contraceptivos, acessados por 20% deles.

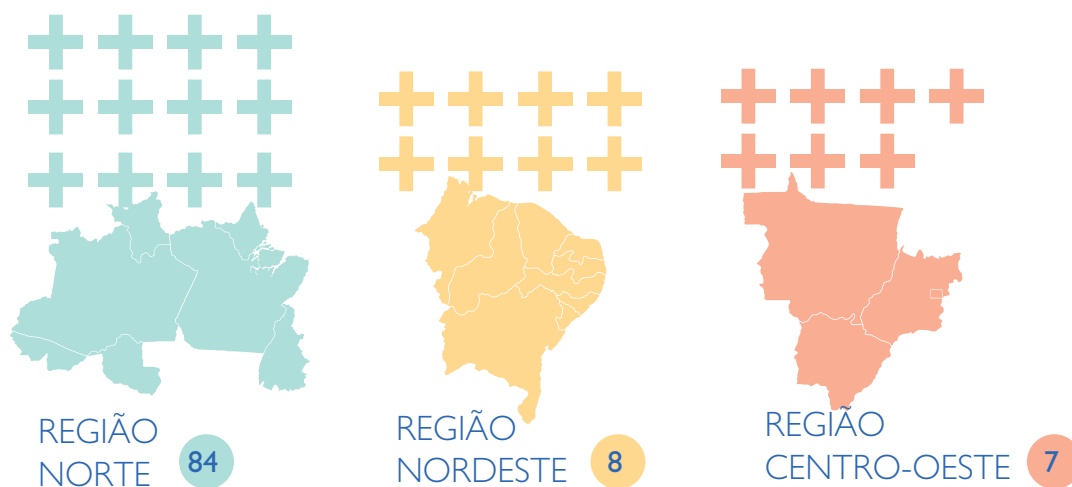
No levantamento, informações sobre mulheres grávidas foram colhidas de forma espontânea. Observou-se que havia pelo menos 79 gestantes nas famílias participantes quando a pesquisa foi realizada. Dessas, 87% viviam no Norte, onde a população indígena refugiada e migrante que participou da pesquisa é maior.

GRÁFICO 38. Mulheres indígenas refugiadas e migrantes grávidas por faixa etária (%)

Fonte: DTM Nacional – Pessoas

10.3 Óbitos

A maior parte dos óbitos de parentes declarados por familiares foi observada na Região Norte, que tem a maior população participante da pesquisa. Tais mortes correspondem a 84% dos 189 casos de falecimento notificados pelas famílias entrevistadas.

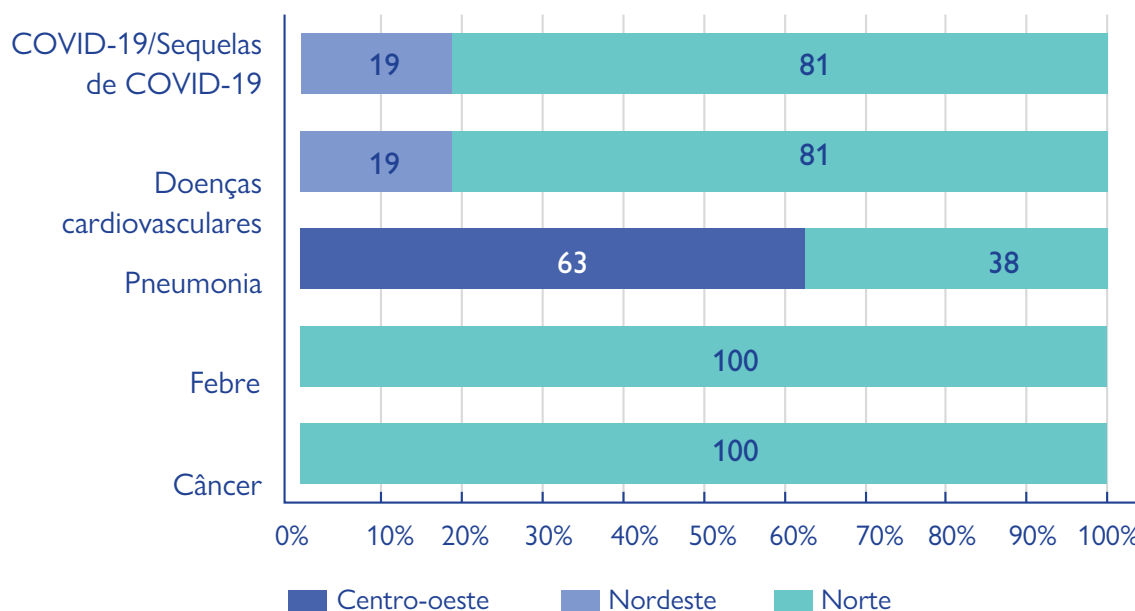
FIGURA 10. Óbitos declarados por familiares de indígenas refugiados e migrantes, por região (%)

Fonte: DTM Nacional – Famílias.

Os óbitos relacionados à Covid-19 corresponderam a 18% das mortes registradas na pesquisa. Doenças cardiovasculares foram responsáveis por 9% dos óbitos, a mesma porcentagem observada para as mortes por pneumonia. Febre (6%) e câncer (5%) também estiveram entre as principais causas, seguidos por bruxaria⁵⁵ (4%), infecções diversas (4%), doenças cerebrovasculares (3%) e violência interpessoal (assassinatos, conflitos armados etc.), com 3%.

Os motivos que levaram ao óbito de pessoas indígenas refugiadas e migrantes variaram regionalmente. As mortes relacionadas à Covid-19 se concentraram no Norte, com 81% dos casos. Já no Nordeste, observou-se que 19% dos óbitos estão associados à Covid-19, mesma proporção das mortes por doenças cardiovasculares, em relação à porcentagem nacional para essas duas causas. Os falecimentos ocasionados por pneumonia concentraram-se no Centro-Oeste: 63% do total dos óbitos aconteceu nesta região. A maioria dos óbitos, 85%, ocorreram entre pessoas adultas e idosas, principalmente adultos. Febre e câncer foram motivos registrados na pesquisa que ocorreram exclusivamente no Norte.

GRÁFICO 39. Principais causas de óbito mencionadas pelos indígenas migrantes e refugiados, por região (%)



Fonte: DTM Nacional – Pessoas

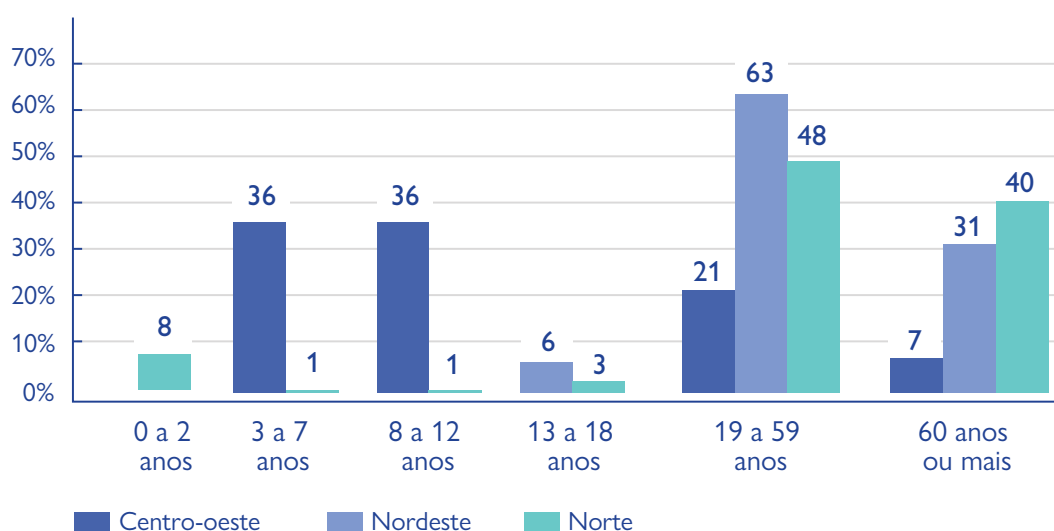
Por outro lado, no total nacional, crianças e adolescentes correspondem a 15% das mortes. Vale destacar que há maior número de óbitos entre as crianças quando comparado ao número de adolescentes que faleceram. A principal causa da morte de crianças foi pneumonia (50% dos casos), seguida da Covid-19 (com 8% dos casos) e outras causas de morte infantil recorrentes citadas foram: asma, bruxaria e choque séptico/infecções. Já as causas de morte juvenil mais citadas foram: causas desconhecidas, falta de atendimento médico e violência interpessoal.

55. É comum entre os Warao uma percepção espiritualizada de doenças e problemas de saúde, que diversa às noções da ciência biomédica. Como apontado em outras pesquisas realizadas pela OIM, na percepção dos Warao, eles “não morrem de doenças conhecidas pelos brancos. [...] O que acomete os Warao de morte é sempre a mesma causa: la brujería”.

SILVA, Sidney da; TORELLY, Marcelo. Diagnóstico e avaliação da migração indígena da Venezuela para Manaus, Amazonas. Brasília: Organização Internacional para as Migrações (OIM), 2018. p. 23.

Os óbitos de crianças representam parcelas importantes das mortes na Região Centro-Oeste – 36% dos eventos ocorridos na região foram entre crianças de 3 a 7 anos e 36% entre as de 8 a 12 anos, por pneumonia. No Nordeste, ao contrário, não foram registrados óbitos de crianças, sendo as mortes entre jovens, adultos e idosos mais significativas: 63% ocorreram entre pessoas de 19 a 59 anos e 31% entre pessoas de 60 anos ou mais. No Norte, a proporção de mortes de adultos e idosos também sobressai (34% em relação aos óbitos em âmbito nacional), mas destaca-se que 8% dos óbitos ocorreram entre crianças de 0 a 2 anos. Essa é a única região onde esse tipo de ocorrência foi registrado nessa faixa etária, devido a causas diversas (asma, Covid-19, choque séptico/ infecções, pneumonia e sintomas, febre), o que não exclui a possibilidade de subnotificação.

GRÁFICO 40. Óbitos de indígenas migrantes e refugiados por região e faixa etária (%)



Fonte: DTM Nacional – Pessoas

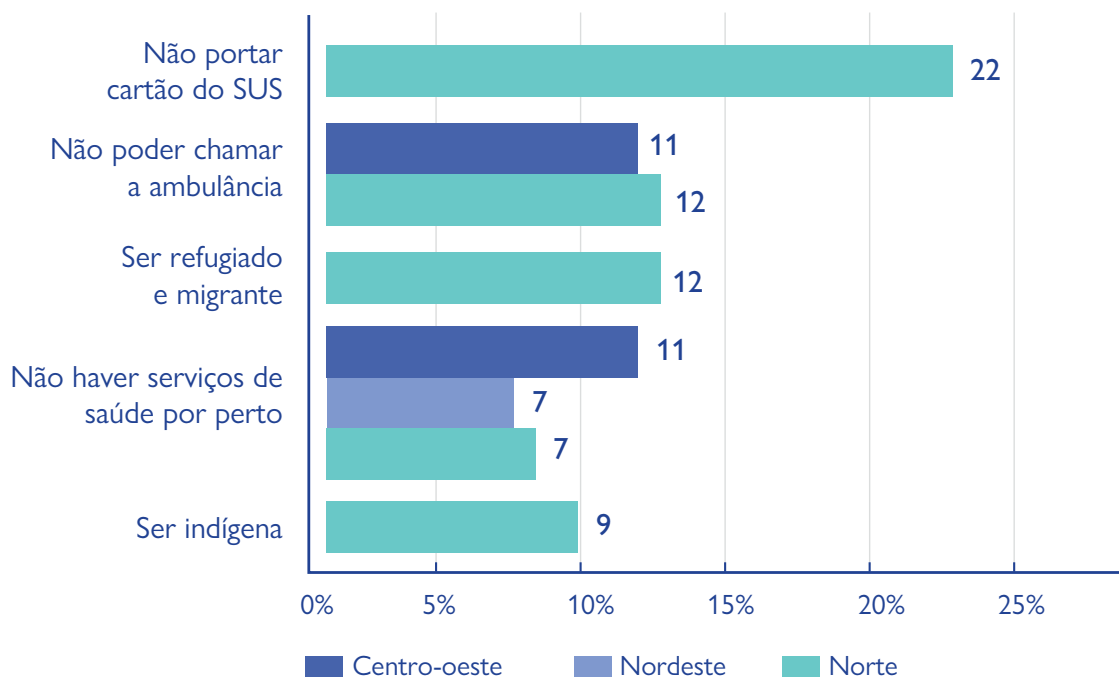
10.4 Dificuldades no acesso a serviços de saúde

Entre as dificuldades encontradas no acesso a serviços de saúde pública no Brasil, o motivo mais mencionado (16%) foi não portar o cartão do Sistema Único de Saúde (SUS). Algumas respostas espontâneas oferecidas pelas famílias ao serem perguntadas se possuíam alguma documentação brasileira indicam que pelo menos 20% das pessoas participantes contam com o cartão do SUS.

Também foram motivos para as dificuldades de acesso à saúde: não ter podido chamar uma ambulância (10%); ser pessoas refugiadas e migrantes (9%); não haver serviços de saúde por perto (8%); ser indígenas (7%); não portar documentação pessoal (5,5%); e ter dificuldades com o idioma (4%). Cabe mencionar que 52% dos grupos não responderam à questão.

Não ter cartão do SUS (22%) e ser pessoas refugiadas e migrantes (12%) ou indígenas (9%) foram os gargalos mencionados apenas por grupos que viviam no Norte no momento da pesquisa. Não poder chamar uma ambulância foi uma dificuldade citada somente por grupos que viviam no Norte (12%) e no Centro-Oeste (11%). Em todas as regiões, a distância dos serviços de saúde foi uma adversidade, mencionada por 11% dos que moram no Centro-Oeste e 7% dos que estão no Norte e no Nordeste.

GRÁFICO 41. Dificuldades dos indígenas refugiados e migrantes para obter atendimento pela rede pública de saúde, por região (%)

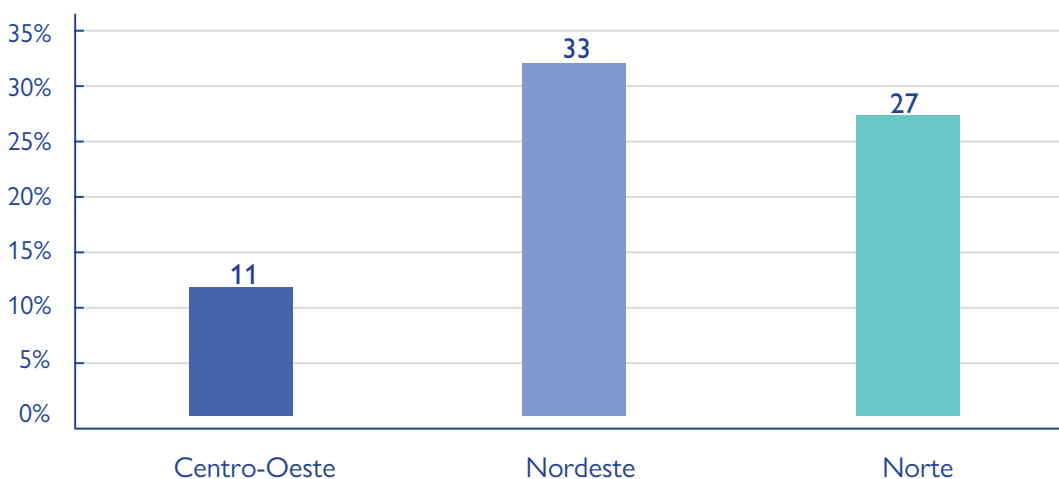


Fonte: DTM Nacional – Grupos

10.5 Práticas culturais de tratamento e cura

A maior parte dos grupos (37%) afirmaram que, quando tiveram que lidar com doenças e outras questões de saúde, buscaram atendimento nos serviços de saúde brasileiros, enquanto 26% buscaram as próprias práticas de cura. No Nordeste, a escolha por essa última alternativa foi a mais observada, declarada por 33% dos grupos, seguida pelo Norte (27%).

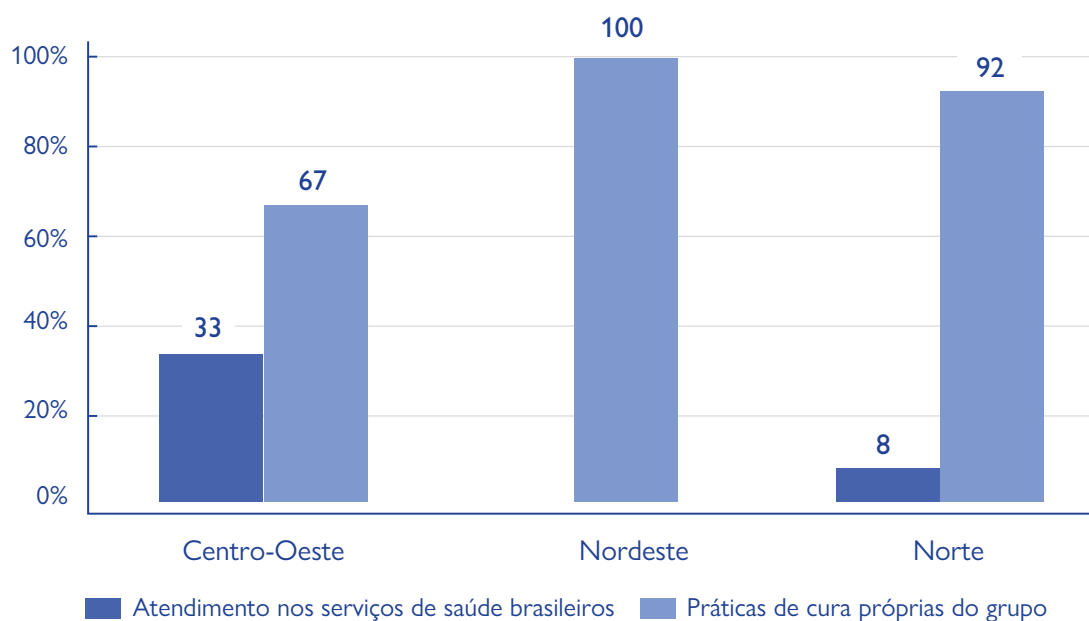
GRÁFICO 42. Grupos indígenas refugiados e migrantes que afirmaram buscar alternativas de cura em práticas próprias, por região (%)



Fonte: DTM Nacional – Grupos

Há também coletivos que afirmaram ter buscado tanto os serviços de saúde como as práticas próprias de cura, correspondendo a 23% do universo de grupos pesquisado. Nesses casos, 90,5% procuraram primeiro as próprias práticas para solucionar seus problemas. Novamente, o Nordeste se destaca na preferência pelas práticas tradicionais desses grupos indígenas, buscadas primeiro por todos os que estavam localizados nessa região, assim como o Norte, onde as alternativas próprias de cura foram priorizadas por 92% dos grupos.

GRÁFICO 43. Alternativas de cura buscadas primeiro pelos grupos indígenas refugiados e migrantes, por região (%)



Fonte: DTM Nacional – Grupos



11. CONCLUSÕES



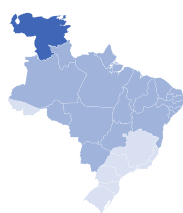
O DTM Nacional sobre a população indígena refugiada e migrante venezuelana teve como objetivo produzir conhecimento sobre esse fluxo migratório de maneira a colaborar com a formulação e o fortalecimento de políticas, e ainda com a construção de respostas duradouras e adequadas às diversidades populacionais e culturais que caracterizam esse público. Nesse sentido, algumas questões serão levantadas a seguir sobre a contribuição do estudo para a melhor compreensão das condições de mobilidade, do perfil populacional e da vulnerabilidade desses grupos no acesso às políticas públicas.

11.1 Como os dados podem auxiliar os órgãos no acompanhamento da mobilidade indígena?

O conhecimento sobre as motivações que levaram os grupos das diferentes etnias venezuelanas a migrar ao Brasil e entre diversas cidades no país traz elementos importantes para a elaboração de respostas emergenciais e para o aprimoramento de metodologias de atendimento das políticas públicas locais.

Destaca-se como motivação para as pessoas indígenas refugiadas e migrantes virem ao Brasil, assim como para migrarem de cidade em cidade dentro do país, a busca por melhores condições de vida, trabalho, moradia, segurança alimentar, educação e saúde. Também ficou evidente o movimento interno dessas populações à procura de segurança de renda, uma vez que 42% dos grupos informaram a busca por emprego como motivo para migrar para a cidade onde vivem atualmente. Entre os grupos que indicaram essa motivação, a maioria era pertencente à etnia Warao (89%).

Além disso, sobre o deslocamento dentro do país, destaca-se o interesse por reunião familiar. O desejo de se reunir com familiares foi o segundo motivo para a presença dos grupos na cidade em que viviam no momento da pesquisa, informado por 37% deles. Isso pode ser mais bem observado no mapeamento da presença de familiares em outras regiões do país, com destaque para grupos vivendo no Norte que têm familiares majoritariamente no mesmo estado, seguido do Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste; assim como aqueles nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, ambos com maioria dos familiares no Norte, seguido do Nordeste e Centro-Oeste.



ver no Mapa 4,5,6 os fluxos, pag. 55,56,57

Observou-se também que o movimento mais frequente e disperso é o da etnia Warao em território brasileiro a partir de sua entrada pelo estado de Roraima. Dado que os Warao são a etnia que mais tem migrado internamente no Brasil e que a reunião familiar é o segundo motivo para saírem de uma cidade para outra, também se considera que a migração interna desse povo pode estar relacionada e sendo motivada pelas relações de parentesco. Por outro lado, uma vez que esse povo migra predominantemente em grupos, a migração interna pode ocorrer também como estratégia de sobrevivência à situação de vulnerabilidade em que se encontram, particularmente a insegurança alimentar e a pobreza. Os dados revelam que 58% dos grupos que viviam no Norte no período da pesquisa têm uma renda mensal menor que $\frac{1}{2}$ salário mínimo, enquanto no Nordeste apenas 20% desses grupos se encontram nessa faixa de renda e nenhum grupo do Centro-Oeste declarou renda inferior a essa. Dessa forma e considerando as informações do Mapa 3, a busca pela melhoria de renda pode levá-los a sair da região fronteira em direção a outras regiões brasileiras, como o Nordeste e o Centro-Oeste, onde há grupos com rendas superiores.

Diante desse cenário, uma das necessidades diagnosticadas é a de respostas intersetoriais e coordenadas em nível local, com apoio dos estados e da União, para o atendimento das expectativas socioeconômicas da chegada dessas populações indígenas ao Brasil e às cidades, unidades administrativas de vital importância para o convívio com as comunidades de acolhida e realização de seus planos migratórios familiares e comunitários.

Em particular, considerando a mobilidade de indígenas Warao dentro do Brasil, cabe observar a necessidade de estabelecer e fortalecer redes intermunicipais e inter-regionais para o acompanhamento de saídas, trânsito e chegadas como forma de garantir uma migração mais bem informada e chegadas nas cidades em melhores condições para os indígenas e as sociedades de acolhida. Nesse sentido, vê-se a conveniência também de instâncias nacionais de coordenação para facilitar essa comunicação de locais de partida, trânsito e destino. Também seria recomendável a criação de mecanismos de consulta aos grupos, que oportunizem a comunicação entre serviços disponíveis a essa população de maneira emergencial, espontânea e localmente (por exemplo, equipamentos do SUAS, da Saúde, da Educação, dentre outras ofertas das políticas públicas), de forma rápida e eficiente.

A permanência dessas populações (majoritariamente em situação vulnerável) na região fronteira e em cidades e municípios fora dela é um dado relevante que influi nas políticas públicas. A exemplo, citamos a permanência de maior parte das populações Eñepa e Pemón em Roraima – concentrada, respectivamente, em Boa Vista e Pacaraima –, que pode ser reflexo da característica transfronteiriça desses povos⁵⁶. Seriam necessárias outras análises para compreender as motivações específicas da permanência das diversas etnias presentes nesse estado em territórios próximos à fronteira. Por outro lado, essa permanência traz desafios em diversos campos e a necessidade de atuação intersetorial, dentro das capacidades e potencialidades das redes locais, para atender às demandas e dificuldades dessa população em áreas como segurança alimentar; garantia de abrigo emergencial e moradia (garantia de convivência familiar e comunitária); possibilidade de meios de vida, respeitando as aptidões; acesso à educação formal e indígena; e saúde biomédica e indígena. Além disso, ressalta-se a importância da participação dos próprios povos indígenas na construção das soluções nessas unidades administrativas, visando ao convívio pacífico com as comunidades de acolhida e à sua organização social autônoma.

11.2 Como o perfil populacional pode ser incluído no acesso às políticas públicas?

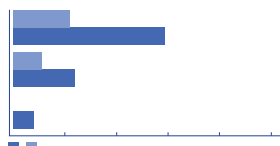
Pesquisas como o DTM Nacional da população indígena refugiada e migrante venezuelana, voltadas a grupos específicos, trazem visibilidade e explicitam questões importantes para o reconhecimento de suas particularidades e demandas pela garantia de seus direitos. Conhecer o público beneficiário é o primeiro passo para superar barreiras que podem significar a restrição do seu acesso a serviços e políticas públicas na ausência de informações-chave para a construção do diálogo intercultural. A compreensão dos diferentes perfis étnicos poderá embasar estratégias e metodologias adequadas, que possam promover um efetivo senso de pertencimento, de direito e de respeito às suas culturas e povos, aumentando a adesão dessa população às ofertas das redes de proteção. São exemplos de aspectos que podem ser considerados no atendimento a essa população e que foram abordados nesta pesquisa: os hábitos alimentares, os meios tradicionais de vida e moradia, as línguas faladas e a forma como compreendem a saúde e as relações de parentesco e família.

56. Um exemplo de como a característica transfronteiriça da etnia Pemón pode influenciar a permanência dos grupos na Região Norte é o registro de que indígenas Pemón vindos da Venezuela foram abrigados por aldeias da mesma etnia existentes em território brasileiro, mais conhecida aqui sob o etnônimo Taurepang (ver nota 17).
BURKS, Roger. Indígenas da Venezuela cruzam a fronteira com o Brasil em busca de segurança. ACNUR, ago. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/08/09/indigenas-da-venezuela-cruzam-a-fronteira-com-o-brasil-em-busca-de-seguranca/>. Acesso em: 29/09/21.

Habilidades, interesses e experiências das pessoas e grupos das diversas etnias devem ser suscitados no processo de construção de soluções e respostas às situações de vulnerabilidade, no fortalecimento da autonomia e na oferta de meios para melhores condições de vida. Como exemplo, podemos citar a habilidade de confeccionar artesanatos presente em todas as etnias, atividade realizada especialmente pelas mulheres, que poderá ser fomentada em ações de apoio à geração de renda e valorização da cultura. Além dessas aptidões, podemos destacar o acesso ao ensino da língua portuguesa, apontado como a necessidade principal e geral a todas as áreas de interesse na inserção em atividades produtivas, bem como a necessidade de maior informação sobre onde e como acessar essas oportunidades no Brasil. Assim, a forma como cada etnia compreende seu próprio coletivo, suas famílias, suas necessidades, seus papéis sociais e sua divisão de responsabilidades baseadas em gênero deve ser considerada em todos os serviços e políticas públicas na elaboração de planos de vida junto às comunidades que visem sua autonomia, sempre com respeito ao direito à consulta livre, prévia e informada.

É interessante também observar a relação entre os dados referentes a região, tipo de moradia, desejo de se fixar no atual município e motivos para a mobilidade no território brasileiro. Atualmente, no Nordeste e no Centro-Oeste a maior parte da população indígena refugiada e migrante reside em casas alugadas, sendo que, no Norte do país, a maioria dos grupos segue vivendo em abrigos. Quando questionados sobre o desejo de fixar-se nos municípios em que se encontram, as populações que estão no Nordeste e Centro-Oeste manifestam esse desejo em maior proporção. É possível, dessa forma, pensar aspectos que possam estar relacionados – se a residência nos abrigos constitui um fator para o desejo de mudar-se de município, ou se a Região Norte constitui um ponto de entrada para o posterior trânsito pelo território, ou ainda ambos os aspectos associados, como é o caso do povo Warao. Por fim, como o motivo mais frequente para a movimentação no território brasileiro é a busca por trabalho, também se pode questionar se há uma maior dificuldade para a inclusão produtiva e laboral dos Warao na Região Norte.

Salienta-se que, com base nos resultados da pesquisa, não é possível estabelecer relação entre tipo de moradia e inclusão produtiva e laboral e saber se, por exemplo, o acesso ao benefício socioassistencial eventual direcionado ao pagamento de aluguel de local para moradia e/ou a inclusão produtiva e laboral motivam a fixação no município. Por outro lado, os dados oferecem subsídios para pensar políticas públicas concomitantes e sustentáveis que envolvam moradia e inclusão socioeconômica. Cabe ainda observar que cada região tem suas especificidades populacionais e geográficas, bem como maior ou menor capacidade de inserção dos indígenas dentro de atividades produtivas, a serem observadas localmente.



Ver gráfico 23, sobre Porcentagem de pessoas ocupadas no momento da pesquisa por sexo e região

Outro ponto importante são as noções culturais dadas à saúde e ao adoecimento, fatores que também estruturam a organização sociocultural e o acesso desses povos aos serviços do SUS. Trabalhar pela preservação das manifestações culturais desses povos é dever do Estado e da sociedade, fomentando sua organização coletiva. Por outro lado, também é relevante a preservação da saúde e vida dos indígenas respeitando as figuras xamânicas e os métodos medicinais tradicionais, bem como o fortalecimento do acesso à Carteira Nacional de Saúde (CNS), a vacinas e serviços dos SUS em geral, por meio de estratégias interculturais desenvolvidas com os indígenas.

Particularmente, pelo caráter do atendimento direto ao público, a língua é um fator que influencia a comunicação com as comunidades (sendo recorrente o domínio da língua de sua etnia ou do espanhol), assim como o desconhecimento sobre a condição de sujeito de direito dos indígenas, refugiados e migrantes ou até questões relacionadas à falta de documentos requeridos na inserção escolar ou superior. Esses dados indicam que é necessário ampliar a compreensão das políticas públicas sobre as especificidades dessas etnias, visando inclusive à mitigação de situações de discriminação e dificuldades de acesso aos serviços públicos da assistência social, educação e saúde, dentre outros, dada sua situação como migrantes e sua identidade indígena. Essas situações reforçam a necessidade de criar e fortalecer estratégias interculturais de comunicação que reduzam essas dificuldades,

como a ampliação de ações de sensibilização, capacitação e difusão da informação para profissionais das diversas políticas públicas, das redes de proteção e garantia de direitos, abordando temas relacionados ao acesso a direitos, benefícios e serviços. Também é necessária maior difusão de informações e materiais nas línguas faladas nas comunidades sobre esses direitos sociais e acesso à documentação.

Além disso, diante da designação de tarefas específicas às mulheres, como é o caso das tarefas domésticas e do ensino a crianças e adolescentes, destaca-se a importância da compreensão e do respeito às relações parentais, construindo procedimentos institucionais sensíveis no atendimento às famílias e prezando pelo direito à consulta, pela garantia do convívio familiar e pela cultura, bem como pela preservação concomitante dos direitos das crianças e famílias.

Observa-se que há grupos multiétnicos, com famílias de diferentes etnias, e há famílias de indivíduos que se identificam como não indígenas ou mestiços nas regiões Norte e Nordeste. Junto da convivência interétnica, o nascimento de crianças indígenas de diferentes etnias no Brasil, o interesse desses grupos pela educação indígena e o uso de suas línguas nativas podem indicar a necessidade de fomentar os direitos culturais através de ações de valorização da cultura, da língua e dos costumes das populações indígenas refugiadas e migrantes, com a participação ativa dos próprios indígenas. Ao mesmo tempo, é relevante ampliar a análise étnica sobre os dados coletados para tratar das especificidades populacionais enquanto estão em mobilidade e as possíveis transformações socioculturais vivenciadas nesse processo.

Em particular na Região Norte, nota-se a presença e convivência da maior diversidade cultural entre as etnias de indígenas refugiadas e migrantes compreendidas por esta pesquisa, ao mesmo tempo em que a região tem a maior proporção da população indígena brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵⁷. Neste relatório, não foi possível aprofundar a compreensão sobre as demografias locais (urbanas e rurais) dos povos mapeados pelo estudo. Ao mesmo tempo, indicando uma tendência de fixação no Brasil por todos os grupos, cabe tratar da importância de promover ações, entre as instituições e organizações pertinentes, em especial as dos próprios grupos indígenas envolvidos, de intercâmbio cultural e fortalecimento comunitário entre as populações indígenas brasileiras e advindas do fluxo venezuelano para o país, em meios urbano e rural.

11.3 Como os dados corroboram os avanços feitos e apontam possíveis prioridades na garantia de direitos?

O DTM Nacional para a população indígena refugiada e migrante ofereceu um diagnóstico de diversos aspectos da situação atual desses grupos, sejam as vulnerabilidades a que estão expostos, sejam as dificuldades no acesso a determinadas políticas. Além disso, captou avanços na garantia de direitos.

É notável que 87% das pessoas indígenas refugiadas e migrantes tenham algum tipo de documentação brasileira, o que revela o avanço conquistado pelas ações voltadas para essa medida. O acesso à documentação pessoal é uma porta de entrada importante para a garantia de direitos e o acesso a políticas sociais. No entanto, há de observar a necessidade de compreender a garantia e ampliação dos direitos dessas populações também a partir do porte de determinadas documentações, já que a falta de certos documentos foi apontada como uma dificuldade na efetivação do acesso a serviços públicos, como o cartão SUS, na saúde, e comprovantes educacionais

57. OIM. Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil. Brasília, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3eU4g1a>. Acesso em: 27/09/21. p. 28.

e documentação pessoal exigidos para a matrícula em instituições de ensino no Brasil. Cumpre destacar que a ausência ou o vencimento de documentos não impede o acesso a diversos serviços públicos, tais como saúde, educação e assistência social; porém, observa-se que a documentação é instrumento para a garantia de exercício de direitos e inserção nas sociedades de acolhida.

Em se tratando do acesso à política de assistência social, educação e saúde, alguns dados revelam resultados positivos na incorporação de pessoas indígenas refugiadas e migrantes no escopo de seus serviços e programas. Quase a metade das famílias tem acesso ao Programa Bolsa Família ou ao Auxílio Emergencial, com destaque para a Região Nordeste e Norte, onde essa porcentagem passa dos 60%. No Norte, ainda há dificuldades de acesso ao Cadastro Único e ao Programa Bolsa Família, mas quase 30% podem contar com o Auxílio Emergencial, benefício criado pelo governo federal como forma de ofertar alguma garantia de renda às famílias durante a pandemia. Também foi possível observar que mais da metade dos grupos foram atendidos por algum serviço de saúde: quase 70% deles tiveram acesso a vacinação e a ações de combate à Covid-19, com destaque para estas últimas, a que quase 90% dos grupos tiveram acesso; no Centro-Oeste, 80% dos grupos tiveram atendimentos de saúde da mulher; e, no Norte, 70% dos grupos foram vacinados. Na educação, cabe mencionar os 29% de pessoas matriculadas em alguma instituição de ensino, em sua maioria nas etapas do ensino fundamental e infantil, dado o perfil etário dos povos mapeados, muito embora sejam necessárias pesquisas adicionais para averiguar o cumprimento dos direitos educacionais e culturais na escola. Esses dados sobre as relevantes proporções de acesso apontam a demanda da população por esses serviços, sendo necessário o aprimoramento desse acesso e atendimento em um trabalho contínuo.

No que diz respeito ao acesso à moradia, é relevante mencionar que apenas 10% dos grupos entrevistados estiveram vivendo em situação de rua, em oposição aos 64% que tiveram acesso a algum tipo de serviço de acolhimento (os abrigos). Também sobressai o fato de que, comparados os tipos de moradia em que já viveram e nos quais vivem hoje, todos os que responderam ter estado em situação de rua habitam moradias menos expostas a vulnerabilidades. Observa-se também uma proporção ligeiramente maior de pessoas vivendo em casas alugadas em relação àqueles que ainda vivem em abrigos, o que pode indicar melhorias no acesso a fontes de renda ou a políticas de moradia. No entanto, as grandes proporções de pessoas que vivem em moradias temporárias ou precárias revelam que as ações adotadas nessa área ainda não conseguem absorver a demanda existente.

Já as informações sobre o perfil etário dessa população mapeadas pelo DTM ilustram algumas características dos arranjos familiares e dos grupos que podem informar e orientar políticas voltadas para os mais diversos ciclos de vida, sendo a maior parte dessa população famílias composta por adultos com crianças até 12 anos. Enquanto parte considerável da população (43%) encontra-se na faixa etária economicamente ativa, entre 20 e 59 anos, quase metade são pessoas com até 18 anos. A maior parte dos dados apresentados neste documento mostram também um avanço fundamental na desagregação das especificidades populacionais desses povos para a análise de melhorias nas políticas públicas. Por exemplo, a presença de número significativo de crianças nas famílias e grupos requer a observância das necessidades de proteção e atendimento específicos para essa população em serviços das políticas públicas brasileiras, como escolas, unidades de saúde, CRAS, CREAS, dentre outros. Já na população adulta, vê-se o desejo de obter renda e meios de vida, o que requer, entre outras ações, o fortalecimento de estratégias que apoiem e forneçam estrutura para a inclusão produtiva e laboral que compreendam as aptidões e habilidades dentro de suas respectivas etnias.



12.ANEXOS

ANEXO 1. Ficha de apresentação da pesquisa (português e espanhol)

FICHA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA - PORTUGUÊS:

Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) Nacional sobre a População Indígena Migrante Venezuelana

MOTIVOS DA PESQUISA

Em agosto de 2020, foi lançado o primeiro projeto-piloto do gênero junto ao governo do Maranhão, Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) sobre Indígenas do Fluxo de Venezuelanos no Maranhão, aplicado nas cidades de São Luís, Imperatriz e São José do Ribamar. Atualmente, os indígenas migrantes venezuelanos estão em mais de 40 cidades brasileiras.

A esse fato se somam desafios de diversos níveis e aspectos sobre a compreensão que ainda precisam ser mais bem aprofundados sobre estas populações.

QUAIS SÃO OS ATORES ENVOLVIDOS NA PESQUISA?

- Ministério da Cidadania (MC)
- Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)
- Fundação Nacional do Índio (Funai)
- Organização Internacional para as Migrações (OIM)

QUAL É O OBJETIVO DA PESQUISA?

O objetivo deste estudo é ampliar os conhecimentos que temos sobre os indígenas migrantes venezuelanos e, dessa forma, apoiar no planejamento das políticas públicas e projetos baseados em evidências e dados nas cidades e em nível federal.

ATENÇÃO: ESCLARECER E FRISAR

- Os dados pessoais não são colhidos nesta pesquisa.
- Esta pesquisa é de interesse público, ou seja, voltada para benefício das comunidades indígenas venezuelanas e da sociedade brasileira.
- Esta pesquisa não trará melhorias imediatas nas condições de vida ao grupo. Essas melhorias poderão vir a médio e longo prazos, a partir da melhoria de políticas voltadas para os grupos indígenas migrantes venezuelanos no Brasil.
- Os resultados da pesquisa serão disponibilizados para conhecimento público e poderão ser acessados pelos indígenas também, caso assim o desejarem.

ONDE E POR QUEM SERÁ APLICADA A PESQUISA?

- Em cidades onde haja a presença de indígenas migrantes venezuelanos.
- As equipes entrevistadoras poderão estar identificadas com crachá e estarão acompanhadas de celulares, computadores ou tablets no momento da entrevista.

- Instituições e universidades parceiras poderão auxiliar com a tradução simultânea ao espanhol com alguns voluntários.
- Equipes da Rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- Equipes de agentes da Fundação Nacional do Índio (Funai).
- Equipes da Organização Internacional para as Migrações (OIM) também poderão fazer parte das equipes entrevistadoras.

DO QUESTIONÁRIO

As perguntas foram divididas nas dimensões “coletivas” e “por indivíduos”. As perguntas coletivas serão feitas às lideranças ou representantes dos grupos em cada local. As perguntas por indivíduos serão feitas aos chefes dos núcleos familiares menores que sejam indicados pela liderança, dentro do grupo liderado por ele/ela.

Essas perguntas estão divididas da seguinte forma:

1. O questionário *Comunidade* contém as perguntas coletivas e trata dos seguintes temas:

- Consentimento individual
- Características étnico-culturais
- Migração
- Moradia e cultura
- Segurança alimentar e cultura
- Assistência social
- Trabalho, renda e cultura
- Educação e cultura
- Organização social e cultura
- Saúde e cultura

2. O questionário *Famílias e indivíduos* contém as perguntas por indivíduos e trata dos seguintes temas:

- Consentimento individual
- Assistência social
- Migração
- Perfil sociodemográfico
- Educação
- Trabalho e renda
- Saúde

QUANTO TEMPO LEVA?

- Comunidade: 40-45 minutos.
- Famílias e indivíduos: 30-45 minutos (a depender do número de membros da família).

CARTA DE APRESENTACIÓN DE LA ENCUESTA - ESPAÑOL:

Matriz Nacional de Monitoreo de Desplazamiento (DTM) sobre la población indígena migrante venezolana

LAS RAZONES DE LA INVESTIGACIÓN

En agosto de 2020, se lanzó el primer proyecto piloto de este tipo con el Gobierno de Maranhão, Matriz de Monitoreo de Desplazamiento (DTM) sobre Pueblos Indígenas del Flujo Venezolano en Maranhão, aplicado en las ciudades de São Luís, Imperatriz y São José do Ribamar. Actualmente, migrantes indígenas venezolanos pueden encontrarse en más de 40 ciudades brasileñas.

A este hecho se suman desafíos de diferentes niveles y aspectos de comprensión que aún deben ser investigados más a fondo sobre estas poblaciones.

¿CUÁLES SON LOS ACTORES INVOLUCRADOS EN LA INVESTIGACIÓN ?

- Ministerio de Ciudadanía (MC)
- Ministerio de la Mujer, de la Familia y de los Derechos Humanos (MMFDH)
- Fundación Nacional Indígena (Funai)
- Organización Internacional para las Migraciones (OIM)

¿CUÁL ES EL OBJETIVO DE LA INVESTIGACIÓN?

El objetivo de este estudio es ampliar el conocimiento que tenemos sobre los migrantes indígenas venezolanos y así apoyar la planificación de políticas públicas y proyectos basados en evidencias y datos en las ciudades y a nivel federal.

ATENCIÓN: ACLARAR

- En esta encuesta no se recopilan datos personales.
- Esta investigación es de interés público, es decir, dirigida al beneficio de las comunidades indígenas venezolanas y la sociedad brasileña.
- Esta investigación no traerá mejoras inmediatas en las condiciones de vida del grupo. Estas mejoras pueden llegar a mediano y largo plazo, basadas en la mejora de las políticas dirigidas a los grupos indígenas migrantes venezolanos en Brasil.
- Los resultados de la investigación serán puestos a público y también los pueblos indígenas, si así lo desean, pueden acceder a ellos.

¿DÓNDE Y POR QUÉ SE APLICARÁ LA INVESTIGACIÓN?

- En épocas donde están presentes los migrantes indígenas venezolanos.
- Los encuestadores pueden identificarse con una insignia (carnet) y podrán estar acompañados de celulares, computadoras o tablets.
- Las instituciones y universidades asociadas podrán ayudar con la traducción simultánea al español con algunos voluntarios.
- Equipos de la Red del Sistema Único de Asistencia Social.

- Equipos de agentes de la Fundación Nacional Indígena (Funai).
- Los equipos de la Organización Internacional para las Migraciones (OIM) también pueden formar parte de equipos de encuestadores.

SOBRE EL CUESTIONARIO

Las preguntas fueron divididas entre las dimensiones “colectiva” y “por individuos”. En las preguntas colectivas, los encuestados serán los líderes o representantes de los grupos en cada sitio. Las preguntas por individuos serán realizadas con las/los jefes de los núcleos familiares menores que sean indicadas por el liderazgo, dentro del grupo liderado por él/ella.

Estas preguntas se dividen de la siguiente manera:

1. El cuestionario *Comunidad* contiene las preguntas colectivas y aborda los siguientes temas:

- Consentimiento individual
- Características étnico-culturales
- Migración
- Vivienda y cultura
- Seguridad alimentaria y cultura
- Asistencia social
- Trabajo, ingresos y cultura
- Educación y cultura
- Organización social y cultura
- Salud y cultura

2. El cuestionario *Familias e individuos* contiene las preguntas de individuos y cubre los siguientes temas:

- Consentimiento individual
- Asistencia social
- Migración
- Perfil sociodemográfico
- Educación
- Trabajo e ingresos
- Salud

¿CUÁNTO TIEMPO TOMA PARTICIPAR DE LA ENCUESTA?

- Comunidad: 40-45 minutos.
- Familias e individuos: 30-45 minutos (dependiendo del número de miembros de la familia).

ANEXO 2. Guia para aplicação coordenada do DTM Nacional Indígena

GUIA PARA APLICAÇÃO COORDENADA DO DTM NACIONAL INDÍGENA:

Pesquisa Nacional de Monitoramento de Deslocamento (DTM) de Indígenas Venezuelanos no Brasil

Este documento foi elaborado a partir de ferramentas metodológicas que a OIM utiliza na aplicação de suas pesquisas, dentro do Sistema de Matriz de Monitoramento de Deslocamentos (DTM), e visa contribuir no planejamento de coleta de dados para a Pesquisa Nacional de Monitoramento de Deslocamento (DTM) de Indígenas Venezuelanos no Brasil.

FASES DE APLICAÇÃO

A. PLANEJAMENTO

1. Reuniões locais de planejamento.
2. Diagnóstico da população indígena e dos riscos diante da Covid-19.
3. Avaliação da situação geral dos riscos perante a Covid-19.
4. Definição de cronograma local.
5. Articulação e organização das questões logísticas e de comunicação.

B. APLICAÇÃO

1. Definição da amostra
2. Etapas da aplicação

C. PÓS-APLICAÇÃO

1. Monitoramento

A. PLANEJAMENTO

Reuniões locais (a depender da disponibilidade dos atores locais envolvidos):

1. Divisão de tarefas e definição de pontos focais:
 - Diagnóstico de Covid-19 e população local;
 - Consulta às comunidades e autorização;
 - Articulação com os equipamentos locais e autorização;
 - Tradutores/intérpretes de espanhol: articulação para apoio externo;
 - Logística local: transportes e verificação de circulação na cidade;
 - Equipes: equipamentos (acesso aos questionários) e divisão da equipe para aplicação dos questionários;
 - Coordenação de idas a campo e envio dos dados;

Obs.: Os atores locais poderão avaliar a necessidade de realizar outras reuniões, conforme disponibilidade e necessidades que surgirem.

2. Diagnóstico da população indígena e dos riscos⁵⁸ relacionados à Covid-19 (informações necessárias para a avaliação da viabilidade de aplicar os questionários):
 - Um formulário foi disponibilizado para o envio dos dados pelas equipes locais, por meio de um ponto focal, a serem sistematizadas e compartilhadas pela coordenação da pesquisa posteriormente
3. Avaliação de riscos relacionados à Covid-19 para aplicação de questionários:
 - Seguir orientações do documento Protocolo de Prevenção de Riscos frente ao Covid-19 para Aplicação de Questionários: Pesquisa Nacional de Monitoramento de Deslocamento (DTM) de Indígenas Venezuelanos no Brasil, disponibilizado pela coordenação deste estudo.
4. Definição de cronograma local (informações necessárias para o monitoramento da aplicação dos questionários):

QUADRO 1. Cronograma local

Aplicação				
Período de aplicação	Locais: aplicação	Datas previstas	Autorização dos locais	Comunicado às comunidades

5. Articulação e organização das questões logísticas e de comunicação:
 - Peças de comunicação: cards e cartazes sobre a pesquisa, com espaços abertos para que as equipes possam agregar as datas, a ser disponibilizados pela coordenação deste estudo.
 - Tradução simultânea (português ó espanhol): ofício padrão de apoio para as equipes locais procurarem outras instituições, para apoio linguístico na aplicação desta pesquisa, contendo link para registro obrigatório das pessoas que participarem como voluntárias, a ser disponibilizados pela coordenação deste estudo.
 - Consulta prévia à comunidade: a ser realizada pelas equipes antes da aplicação dos questionários, seguindo as informações e orientações do documento Ficha de Apresentação, a ser disponibilizados pela coordenação deste estudo.

B. APLICAÇÃO

1. Amostra

Definição de amostra por cidade, não nacional:

Amostras locais: $NFPC \times 100 / NTL^{**} = \% \text{ população participante da pesquisa.}$

*Número final sobre a população consultada (NFPC): calculada a partir do montante de questionários aplicados.

**Números totais locais (NTL): Diagnóstico para levantamento do total aproximado da população em cada cidade. Total geral nacional estimado: 5.100 indígenas

Justificativa e fatores que dificultaram a definição da amostra nacional:

58. A escala de riscos diante da Covid-19 utilizada na pesquisa é baseada na tabela elaborada pela Associação Médica do Texas, nos Estados Unidos: CARVALHO, Elis. Covid-19: estudo mostra quais atividades do dia a dia são mais perigosas. A Gazeta, 21 jul. 2020. Disponível em: [//www.agazeta.com.br/mundo/covid-19-estudo-mostra-quais-atividades-do-dia-a-dia-sao-mais-perigosas-0720](http://www.agazeta.com.br/mundo/covid-19-estudo-mostra-quais-atividades-do-dia-a-dia-sao-mais-perigosas-0720). Acesso em: 27/09/21.

Limitações estruturais: capilaridade da população ainda sendo explorada pelas instituições e pela pesquisa, pois não havia uma base de dados estatísticos nacionais integrados até a realização da pesquisa.

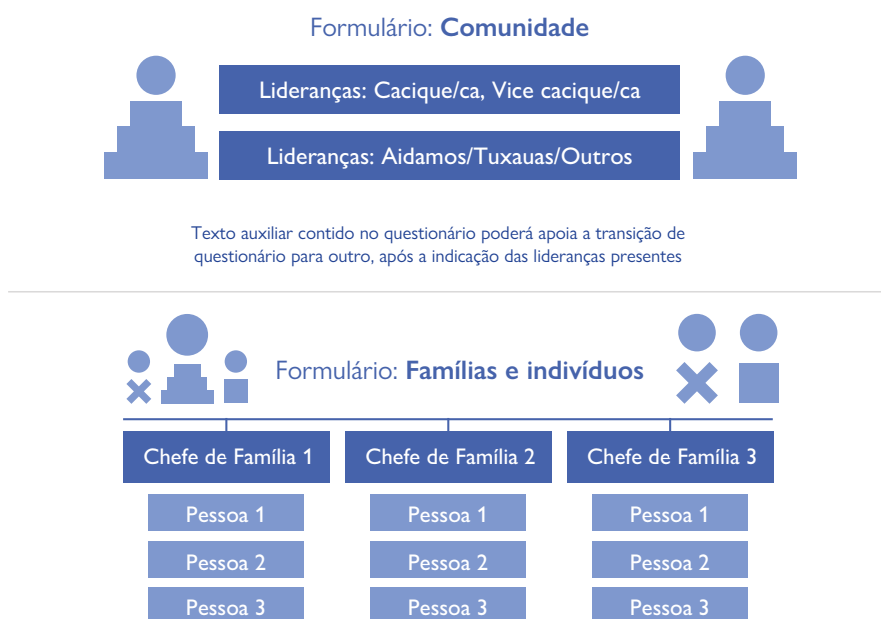
Limitações territoriais: mobilidade imprevisível e geografia humana (interação da população com o espaço) ainda a ser mais bem compreendida pela pesquisa.

Limitações institucionais:

- Disseminação da Covid-19, que dificultaria um diagnóstico prévio exaustivo em todas as cidades, devido ao potencial adoecimento e redução de equipes;
- Consolidação de transições das gestões executivas municipais, bem como a rotatividade de equipes locais que iriam a campo para realizar as entrevistas;
- Vinculação dos indígenas às instituições em construção e possíveis declínios dos grupos indígenas em relação à participação da pesquisa.

1. Etapas de aplicação, lembrando que são dois questionários, destinados a pessoas diferentes:

FIGURA 1. Aplicação dos questionários

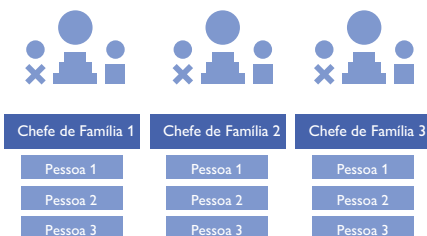
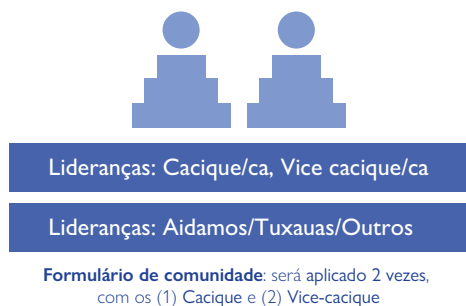


O quadro a seguir fornece exemplos de aplicação:

FIGURA 2. Situações de aplicação

Situação 1 de aplicação:

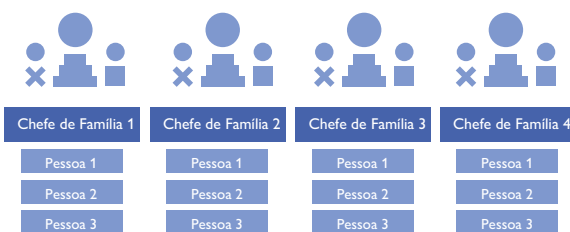
presença de cacique e vice caciques no grupo local



Formulário da família e indivíduos será aplicado 3 vezes, com cada um dos núcleos familiares. Serão coletadas informações sobre cada uma das pessoas da família também

Situação 2 de aplicação:

presença de aïdamos/tuxauas/outros/etc. no grupo local



Formulário da família e indivíduos será aplicado 4 vezes, com cada um dos núcleos familiares. Serão coletadas informações sobre cada uma das pessoas da família também

C. PÓS-APLICAÇÃO

Monitoramento do envio dos dados (informações necessárias para o monitoramento da pós-aplicação dos questionários)

QUADRO 2. Monitoramento do envio dos dados

Pós-aplicação				
Confirmação: ida a campo	Nº total de questionários aplicados	Confirmação: envio dos dados	Nº total de questionários recebidos	Observações

ANEXO 3. Protocolo de prevenção de riscos relacionados à Covid-19 na realização das entrevistas

PROTOCOLO DE PREVENÇÃO DE RISCOS RELACIONADOS À COVID-19 NA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS:

Pesquisa Nacional de Monitoramento de Deslocamento (DTM) de Indígenas Venezuelanos no Brasil

Este documento foi elaborado a partir de ferramentas metodológicas que a OIM utiliza na aplicação de suas pesquisas, dentro do Sistema de Matriz de Monitoramento de Deslocamentos (DTM), e visa contribuir para orientar a avaliação dos riscos e das medidas de prevenção de riscos associados à Covid-19 no processo de coleta de dados da Pesquisa Nacional de Monitoramento de Deslocamento (DTM) de Indígenas Venezuelanos no Brasil.

O documento aborda as seguintes dimensões para a avaliação de riscos⁵⁹:

1. Nível de restrição de circulação de pessoas na cidade.
2. Condição das equipes para a coleta de dados.
3. Condição dos locais para a coleta de dados.

COMO CALCULAR A VIABILIDADE DA APLICAÇÃO DA PESQUISA?

QUADRO 3. Cálculo da viabilidade da aplicação da pesquisa

Viabilidade da pesquisa			
Nível de impossibilidade da pesquisa	Nível de restrição de circulação	Nível de exposição da equipe à Covid-19	Nível de exposição nos locais
Alto			
Médio			
Baixo			

Se há **nível alto** de impossibilidade de aplicar os questionários, confirmar com a equipe de coordenação desta pesquisa e verificar a possibilidade de adiar a aplicação em 15 dias. Se não for possível adiar, cancelar definitivamente a aplicação dos questionários.

Se há **nível médio** de impossibilidade de aplicar os questionários, confirmar com a equipe de coordenação desta pesquisa e, se houver alguma limitação na equipe, ver a possibilidade de adiar a aplicação por alguns dias. Caso o nível aponte para a cor amarela, verificar a possibilidade de aplicação dos questionários nos próximos dias, conforme a equipe consiga se organizar, e redobrando os cuidados que estiverem ao seu alcance.

Se há **nível baixo** de impossibilidade de aplicar os questionários, confirmar com a equipe de coordenação desta pesquisa e verificar a possibilidade da aplicação dos questionários assim que possível, conforme a disponibilidade de agenda das equipes.

59. A escala de riscos relacionados à Covid-19 para esta pesquisa foi desenvolvida a partir da tabela elaborada pela Associação Médica do Texas, nos Estados Unidos:
CARVALHO, Elis. Covid-19: estudo mostra quais atividades do dia a dia são mais perigosas. A Gazeta, 21 jul. 2020. Disponível em: [//www.agazeta.com.br/mundo/covid-19-estudo-mostra-quais-atividades-do-dia-a-dia-sao-mais-perigosas-0720](http://www.agazeta.com.br/mundo/covid-19-estudo-mostra-quais-atividades-do-dia-a-dia-sao-mais-perigosas-0720). Acesso em: 27/09/21.

A. RESTRIÇÃO DE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS NA CIDADE

1. Nível alto de restrição de circulação

Em caso de lockdown total:

Adiamento da coleta dos dados. Observar se a medida máxima de circulação de pessoas permite a aplicação dos questionários no tempo definido para tal.

2. Nível médio de restrição de circulação

a. Funcionamento com restrições de horário

- Serviços públicos essenciais de atendimento
- Serviços públicos não essenciais de atendimento
- Transporte público
- Veículos oficiais dos serviços públicos

Observar se há limitações para acessar os locais para aplicação de pesquisa.

Verificar se é possível o uso do transporte público para a locomoção da equipe até os locais da aplicação dos questionários, na falta de veículos oficiais.

Verificar se é possível o uso de veículos oficiais dos serviços públicos, na falta de transporte público.

b. Toque de recolher no período noturno ou nos finais de semana

Observar se há limitações para acessar os locais para aplicação de pesquisa e de agendamento de visitas para aplicação dos questionários.

3. Nível baixo de restrição de circulação

a. Funcionamento com restrições de horário

- Serviços públicos essenciais de atendimento
- Serviços públicos não essenciais de atendimento
- Transporte público
- Veículos oficiais dos serviços públicos

Observar se há limitações para acessar os locais para aplicação de pesquisa.

Verificar se é possível o uso do transporte público para a locomoção da equipe até os locais da aplicação dos questionários, na falta de veículos oficiais.

Verificar se é possível o uso de veículos oficiais dos serviços públicos, na falta de transporte público.

b. Toque de recolher no período noturno ou nos finais de semana

Observar se há limitações para acessar os locais para aplicação de pesquisa e de agendamento de visitas para aplicação dos questionários.

QUADRO 4. Restrições de circulação nas cidades

Cidades				
Tipo de nível e descrição		Circulação com restrição mais severa	Circulação com algumas restrições	Nenhuma medida adotada
Nível de restrição de circulação	Alto			
	Médio			
	Baixo			

C. CONDIÇÃO DAS EQUIPES PARA A COLETA DE DADOS

1. Nível baixo de risco: aplicar os questionários

Que medidas de prevenção contra a Covid-19 são tomadas pela equipe?

- Uso de máscara
- Uso de álcool gel ou líquido para higienização das mãos
- Uso de sabonete nos banheiros para higienização das mãos
- Uso de espaços abertos ou ao ar livre para atividades como a pesquisa
- Uso de espaços com barreiras de isolamento para atividades como a pesquisa
- Uso de espaços onde seja respeitada a distância de 1 metro⁶⁰ entre o profissional e o beneficiário

2. Nível médio de risco: avaliar as condições de prevenção da equipe antes de definir pela aplicação dos questionários

Que medidas de prevenção contra a Covid-19 são tomadas pela equipe?

- Uso de máscara
- Uso de álcool gel ou líquido para higienização das mãos

3. Nível alto de risco: não aplicar os questionários

Que medidas de prevenção contra o Covid-19 são tomadas pela equipe?

- Nenhuma medida é adotada.

60. Segundo recomendações oficiais do Ministério da Saúde (MS). Como se proteger? Brasília, 8 abr. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/2V9MJev>. Acesso em: 26 jul. 2021.

QUADRO 5. Quadro 5. Medidas de prevenção contra a Covid-19 conforme o risco

Equipes				
Tipo de nível e descrição		Nenhuma medida adotada	Medidas moderadas tomadas	Alto índice de medidas tomadas
Nível de exposição à Covid-19	Alto			
	Médio			
	Baixo			

RECOMENDAÇÕES:

Caso alguém da equipe tenha comorbidades de saúde, não deve ir a campo. Verificar o grau de gravidade das comorbidades.

Existem casos suspeitos ou confirmados de infecção por Covid-19 na equipe nos últimos 15 dias?

Sim: Não se deslocar para esses locais pelo menos nos próximos 15 dias. Prever um planejamento contemplando mais 15 dias à frente. Observar o nível de interação entre as mesmas pessoas da equipe.

Não: Prever um planejamento de visitas que esteja contemplado no período de coleta de dados para a pesquisa.

Caso haja alguma suspeita ou for confirmada a infecção pela Covid-19 um dia antes da pesquisa, há profissionais na equipe que possam revezar ou substituir a pessoa que aplicaria os questionários?

Sim: Prever um planejamento de visitas que esteja contemplado no período de coleta de dados para a pesquisa.

Não: Não se deslocar para esses locais pelo menos nos próximos 15 dias. Prever um planejamento contemplando mais 15 dias à frente. Observar o nível de interação entre as mesmas pessoas da equipe, em caso de contágio.

CONDIÇÃO DOS LOCAIS PARA A COLETA DE DADOS

1. Nível baixo de risco: aplicar os questionários

No local onde serão aplicados os questionários, quais medidas de prevenção contra a Covid-19 foram adotadas?

- Uso de máscara
- Uso de álcool gel ou líquido para higienização das mãos
- Uso de sabonete nos banheiros para higienização das mãos
- Higienização constante dos espaços, das superfícies e dos objetos de uso comum
- Uso de espaços abertos ou ao ar livre para atividades como a pesquisa

2. Nível médio de risco: avaliar as condições de prevenção da equipe antes de decidir pela aplicação dos questionários

No local onde serão aplicados os questionários, quais medidas de prevenção contra a Covid-19 foram adotadas?

- Uso de máscara
- Uso de álcool gel ou líquido para higienização das mãos

3. Nível alto de risco: não aplicar os questionários

No local onde serão aplicados os questionários, quais medidas de prevenção contra a Covid-19 foram adotadas?

- Nenhuma medida foi adotada.

QUADRO 6. Condição dos locais para a coleta de dados

Locais				
Tipo de nível e descrição		Nenhuma medida adotada	Medidas moderadas tomadas	Alto índice de medidas tomadas
Nível de exposição à Covid-19	Alto			
	Médio			
	Baixo			

RECOMENDAÇÕES:

Existem casos suspeitos ou confirmados de infecção por Covid-19 no local nos últimos 15 dias?

Sim: Não se deslocar para esses locais pelo menos nos próximos 15 dias. Prever um planejamento contemplando mais 15 dias à frente.

Não: Prever um planejamento de visitas que esteja contemplado no período de coleta de dados para a pesquisa.

No local, existe alguma medida que restrinja o acesso das equipes para aplicação dos questionários?

Se o acesso ao local está totalmente restrito:

Adiamento da coleta dos dados. Observar atualização semanal para saber se a medida foi mantida ou não.

Se o acesso ao local requer agendamento de horário:

Observar condições de agendamento e agenda disponível das equipes.

Se o acesso está permitido somente a alguns espaços designados:

Observar a quantidade de pessoas que podem estar ao mesmo tempo nesse espaço para definir o limite de pessoas da equipe que poderão ir ao local.

Se não há restrição de acesso ao local:

Observar se há local aberto (ao ar livre) para a aplicação da pesquisa.

ANEXO 4. Cards de comunicação (português e espanhol)

PORTUGUÊS

Já ouviu falar da Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) Nacional sobre a População Indígena Migrante Venezuelana?

É uma pesquisa desenvolvida no Brasil sobre os indígenas migrantes venezuelanos, feita pelo Ministério da Cidadania (MC), pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e pela Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Quando a pesquisa será realizada em minha comunidade?

Cidade:

Local:

Horário:

Para que serve essa pesquisa?

Poderá apoiar o melhoramento das políticas públicas e projetos nas cidades e em nível federal.

Atenção:

- Seus dados pessoais não serão colhidos nesta pesquisa.
- Esta pesquisa é voltada para o benefício das comunidades indígenas venezuelanas e a sociedade brasileira.
- Esta pesquisa não trará benefícios imediatos ao grupo. Esses benefícios virão a médio e longo prazos.
- Os resultados da pesquisa serão públicos e poderão ser acessados pelos indígenas também.

Como acontece a pesquisa?

- Tem perguntas sobre a comunidade: feitas para lideranças ou representantes dos grupos em cada local.
- Tem perguntas sobre as famílias e pessoas do grupo: feitas para chefes dos núcleos familiares indicados pela liderança.

Quanto tempo leva?

- Comunidade: 30 a 40 minutos.
- Famílias e indivíduos: 15 a 40 minutos (a depender do número de membros da família)

ESPAÑOL

¿Ha oído hablar de la Matriz Nacional de Monitoreo de Desplazamiento (TMD) sobre la población indígena migrante venezolana?

Se trata de una investigación realizada en Brasil sobre migrantes indígenas venezolanos, realizada por el Ministerio de Ciudadanía (MC), el Ministerio de la Mujer, Familia y Derechos Humanos (MMFDH), la Fundación Nacional Indígena (Funai) y la Organización Internacional para las Migraciones (OIM).

¿Cuándo se llevará a cabo en mi comunidad?

Ciudad:

Local:

Horario:

¿Para qué es esta investigación?

Podrá apoyar la mejora de políticas y proyectos públicos en las ciudades y a nivel federal.

Aviso:

- Sus datos personales no se recopilarán en esta encuesta.
- Esta investigación tiene como objetivo el beneficio de las comunidades indígenas venezolanas y la sociedad brasileña.
- Esta investigación no traerá beneficios inmediatos al grupo. Estos beneficios vendrán a mediano y largo plazo.
- Los resultados de la encuesta serán públicos y los pueblos indígenas también podrán acceder a ellos.

¿Cómo se desarrolla la investigación?

- Hay preguntas sobre la comunidad: hechas para líderes o representantes de los grupos en cada lugar.
- Tiene preguntas sobre las familias y las personas del grupo: hechas a los núcleos familiares designados por la lideresa.

¿Cuánto tiempo lleva?

- Comunidad: 30 a 40 minutos.
- Familias e individuos: 15 a 40 minutos (dependiendo del número de miembros de la familia).

ANEXO 5. Lista de comunidades, parroquias, cidades e estados de origem dos indígenas

Comunidade Warao	Parroquia	Cidade de origem	Estado de origem
Tucupita	Tucupita	Tucupita	Amacuro
Yakariyene	Jose Antonio de Sucre		
Mariusia	Juan Mallan		
Antonio Díaz	Antonio Díaz	Antonio Díaz	
Winikina, Araguabisi, Barranquilla, Koberuna, Nabasanuka, Kokal, Kuarejoro, Koboína, Jojene, Bonoina e Borojosanuka	Manuel Renaud		
Guayo	Padre Barralo		
Araguaimujo e Boca Araguao	Santo de Abelga		
Pedernales	Pedernales	Pedernales	
Casacoima	Casacoima	Casacoima	
Maturín	Maturín	Maturín	
Barrancas del Orinoco	Barrancas del Orinoco	Maturín	
Passo Nuevo	Uracoa	Uracoa	
Gran Sabana	Gran Sabana	Gran Sabana	Bolívar

ANEXO 6. Número de pessoas, famílias e grupos mapeados por cidade e estado

Região Norte

Norte		Nº por etnias								Total
Cidade	Agrupamento	Baniva	Eñepá	Karíña	Pemón	Warao	Wayuu	Ye'kwana	Outras	
Boa Vista - RR	Pessoas	0	98	7	3	922	4	2	56	1092
	Famílias	0	25	1	2	238	0	0	1	267
	Famílias Multiétnicas	0	2	2	0	28	2	0	23	30
	Grupos	0	1	0	0	23	0	0	0	24
	Grupos Multiétnicos	0	0	0	0	2	0	0	2	2
Pacaraima - RR	Pessoas	1	1	3	742	237	0	12	58	1054
	Famílias	0	0	0	132	53	0	1	11	197
	Famílias Multiétnicas	1	1	1	20	10	0	1	35	32
	Grupos	0	0	0	4	6	0	0	0	10
	Grupos Multiétnicos	0	0	0	2	0	0	2	0	2
Belém - PA	Pessoas	0	0	0	0	235	0	2	16	253
	Famílias	0	0	0	0	63	0	0	1	64
	Famílias Multiétnicas	0	0	0	0	2	0	0	2	2
	Grupos	0	0	0	0	13	0	0	0	13
	Grupos Multiétnicos	0	0	1	0	1	0	0	0	1
Manaus - AM	Pessoas	0	0	0	2	178	0	1	5	186
	Famílias	0	0	0	2	47	0	0	1	50
	Famílias Multiétnicas	0	0	0	0	1	0	0	1	1
	Grupos	0	0	0	0	4	0	0	0	4
	Grupos Multiétnicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto Velho - RO	Pessoas	0	0	0	0	154	0	0	5	159
	Famílias	0	0	0	0	34	0	0	0	34
	Famílias Multiétnicas	0	0	0	0	1	0	0	1	1
	Grupos	0	0	0	0	4	0	0	0	4
	Grupos Multiétnicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santarém - PA	Pessoas	0	0	0	0	108	0	0	6	114
	Famílias	0	0	0	0	34	0	0	0	34
	Famílias Multiétnicas	0	0	0	0	1	0	0	1	1
	Grupos	0	0	0	0	2	0	0	0	2
	Grupos Multiétnicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Parauapebas - PA	Pessoas	0	0	0	0	46	0	0	3	49
	Famílias	0	0	0	0	14	0	0	0	14
	Famílias Multiétnicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Grupos	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	Grupos Multiétnicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itaituba* - PA	Pessoas	0	0	0	0	29	0	0	1	30
	Famílias	0	0	0	0	6	0	0	0	6
	Famílias Multiétnicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Grupos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Grupos Multiétnicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Araguaína - TO	Pessoas	0	0	0	0	15	0	0	0	15
	Famílias	0	0	0	0	3	0	0	0	3
	Famílias Multiétnicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Grupos	0	0	0	0	2	0	0	0	2
	Grupos Multiétnicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Palmas - TO	Pessoas	0	0	0	0	13	0	0	1	14
	Famílias	0	0	0	0	5	0	0	0	5
	Famílias Multiétnicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Grupos	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	Grupos Multiétnicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Altamira* - TO	Pessoas	0	0	0	0	14	0	0	0	14
	Famílias	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Famílias Multiétnicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Grupos	0	0	0	0	1	0	0	0	0
	Grupos Multiétnicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Norte	Pessoas	1	99	10	747	1951	4	17	151	2980
	Famílias	0	25	1	136	497	0	1	14	674
	Famílias Multiétnicas	0	2	2	0	33	2	0	28	67
	Grupos	0	1	0	4	57	0	0	0	62
	Grupos Multiétnicos	0	0	1	2	3	0	2	2	5

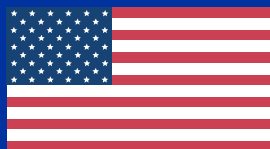
Região Nordeste

Nordeste		Nº por etnias								Total
Cidade	Agrupamento	Baniva	Eñepá	Ka'riña	Pemón	Warao	Wayuu	Ye'ikwana	Outras	
Imperatriz - MA	Pessoas	0	0	0	0	43	0	0	1	44
	Famílias	0	0	0	0	8	0	0	0	8
	Famílias Multiétnicas	0	0	0	0	1	0	0	1	1
	Grupos	0	0	0	0	10	0	0	0	10
	Grupos Multiétnicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recife - PE	Pessoas	0	0	0	0	39	0	0	3	42
	Famílias	0	0	0	0	6	0	0	0	6
	Famílias Multiétnicas	0	0	0	0	1	0	0	1	1
	Grupos	0	0	0	0	3	0	0	0	3
	Grupos Multiétnicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Luís - MA	Pessoas	0	0	0	0	64	0	0	1	65
	Famílias	0	0	0	0	18	0	0	0	18
	Famílias Multiétnicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Grupos	0	0	0	0	2	0	0	0	2
	Grupos Multiétnicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Nordeste	Pessoas	0	0	0	0	146	0	0	5	151
	Famílias	0	0	0	0	32	0	0	0	32
	Famílias Multiétnicas	0	0	0	0	2	0	0	2	2
	Grupos	0	0	0	0	15	0	0	0	15
	Grupos Multiétnicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Região Centro Oeste

Centro Oeste		Nº por etnias								
Cidade	Agrupamento	Baniwa	Eñepá	Ka'ña	Pemón	Warao	Wayuu	Ye'kwana	Outras	Total
Brasília - DF	Pessoas	0	0	0	0	66	0	0	7	73
	Famílias	0	0	0	0	19	0	0	0	19
	Famílias Multiétnicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Grupos	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	Grupos Multiétnicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Goiânia - GO	Pessoas	0	0	0	0	115	0	0	9	124
	Famílias	0	0	0	0	31	0	0	0	31
	Famílias Multiétnicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Grupos	0	0	0	0	8	0	0	0	8
	Grupos Multiétnicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Centro-oeste	Pessoas	0	0	0	0	181	0	0	16	197
	Famílias	0	0	0	0	50	0	0	0	50
	Famílias Multiétnicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Grupos	0	0	0	0	9	0	0	0	9
	Grupos Multiétnicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0

DTM



Esta atividade é
financiada pelo Escritório
de População, Refugiados
e Migração (PRM)



www.brazil.iom.int
iombrazil@iom.int
f t y @ OIMBrasil



MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS HUMANOS

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL